



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CAIO BRITO BARREIRA

**“EM MEIO A IMAGENS BORRADAS E CONTORNOS MISTERIOSOS”: A
TELEVISÃO COMO UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA NACIONAL NOS
DISCURSOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NA DITADURA CIVIL-
MILITAR (1966-1984)**

FORTALEZA

2019

CAIO BRITO BARREIRA

“EM MEIO A IMAGENS BORRADAS E CONTORNOS MISTERIOSOS”: A TELEVISÃO
COMO QUESTÃO DE SEGURANÇA NACIONAL NOS DISCURSOS DA ESCOLA
SUPERIOR DE GUERRA NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1966-1984)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Rita Fonteles Duarte.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo autor

B253"

Barreira, Caio Brito

"Em meio a imagens borradas e contornos misteriosos": a televisão como questão de segurança nacional nos discursos da Escola Superior de Guerra na Ditadura Civil-Militar (1966 - 1984) / Caio Brito Barreira. – 2019.

134 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019.

Orientação: Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte.

1. Escola Superior de Guerra. 2. Televisão. 3. Ditadura Civil-Militar. I. Título.

CDD 900

CAIO BRITO BARREIRA

“EM MEIO A IMAGENS BORRADAS E CONTORNOS MISTERIOSOS”: A TELEVISÃO
COMO QUESTÃO DE SEGURANÇA NACIONAL NOS DISCURSOS DA ESCOLA
SUPERIOR DE GUERRA NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1966-1984)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Rita Fonteles Duarte (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Edmilson Alves Maia Junior
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Para minha avó Edna.

A mulher mais forte que já conheci, pelos seus
noventa anos de luta.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos e às camaradas do curso de História da Universidade Federal do Ceará, da pós-graduação e da graduação, pelo apoio, pela força em cada abraço e gesto de ajuda. O processo de mestrado já possui muitas dificuldades relacionadas à escrita e às disciplinas, porém todos nós nesse período enfrentamos uma conjuntura avassaladora que todos os dias nos colocava em situações de ansiedade e crise. Obrigado por terem permanecido firmes, e aguentado todas as agonias diárias desde a PEC 241 do governo Temer, a prisão do ex-presidente Lula, o assassinato de Marielle e Anderson e a eleição de um candidato racista, homofóbico, misógino, que nega a história como disciplina. Vocês continuam resistindo, continuamos na luta.

Dentro deste curso gostaria de agradecer algumas pessoas nominalmente, que sempre estiveram dispostas a me amparar nos momentos de necessidade:

À minha orientadora Ana Rita Fonteles Duarte, por ter sido decisiva em toda a minha formação como historiador desde o ano de 2014, quando me dedicou seu livro sobre a Escola Superior de Guerra, por ter proporcionado as experiências transformadoras no PIBID, as bolsas de monitoria e pesquisa. Uma professora que mudou a minha vida em tantas situações que estes agradecimentos poderiam ter o dobro do tamanho somente nesta primeira menção.

Ao professor Jailson Pereira, pelas aulas com poesia, por ter me apresentado Todorov, Paulo Freire e Thiago de Mello. Suas disciplinas foram fundamentais para a escrita desse texto e pelos momentos que nunca me esquecerei.

À professora Meize Lucas, pela sempre disponibilidade em debater as temáticas sobre ditadura e pelas discussões no grupo de estudos.

Ao professor Edmilson, pelos debates e discussões sobre televisão tão importantes para esta pesquisa. Sua indicação sobre o livro de Raymond Williams foi fundamental para a escrita. Agradeço também sua disponibilidade para participar da banca.

À Joana, Lílian e Paulo, por sempre estarem a disposição em todos os momentos de crise nos caminhos institucionais da UFC.

Esta pesquisa foi financiada com bolsa de mestrado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradeço a oportunidade à instituição e lamento as gerações vindouras que provavelmente não terão o mesmo direito se a conjuntura de cortes e contingenciamentos fiscais permanecer.

Ao camarada Cláudio José, pessoa iluminada que entrou na minha vida no final da graduação. Nos aproximamos no processo de seleção e construímos uma grande amizade. Obrigado pelas ajudas nas crises diárias, quando um texto não era aceito ou quando a tela do computador quebrou e você, sem titubear, me emprestou uma nova. Obrigado também pelos momentos bons, de conversas no pátio e passeios de carro. Seguimos para a vida.

À Michele, Marcela e Ramona por terem me ensinado que nada é impossível.

A Leonardo, Raul e Jaili pela poesia de cada um em sua forma. A presença de vocês sempre é uma alegria.

A Weber, Ronald e Rafael, por terem vivido e vencido esse processo conosco.

À Milena Azevedo, por tudo que passamos desde 2015 e por tudo que ainda vamos enfrentar nesse mundo. Sua amizade é uma das coisas mais preciosas que trago da graduação. Muito obrigado pela ajuda nos momentos de coração partido e pelas risadas nos dias felizes. Muito obrigado também por entender as dificuldades desse processo e me ajudar sempre que pode.

À Sara, Dávila, Venâncio, Alexandre e Isa. Pela alegria dos encontros e conversas.

Ao Thiago Sales, por toda ajuda do mundo nos processos de seleção e nas agonias da escrita, muito obrigado.

À Valesca e Rafael, pelos exemplos de conquistas que um historiador e uma historiadora podem ter.

À Elisa, Stephanie e Érica, grandes amigas sempre dispostas a conversar sobre qualquer coisa, desde a conjuntura nacional ao final de *Game of Thrones*.

Ao Vítor, caro amigo do espanhol e da vida. Obrigado pelas conversas e risadas. À ajuda vinda em forma de leveza. Obrigado por estar presente durante todos esses anos.

À Beatriz, pelos dois anos de companheirismo, por ter me ajudado na caminhada. Muito obrigado pelos momentos felizes. E, claro, pela ajuda com os documentos no Rio de Janeiro, sem você batendo as fotos comigo no arquivo jamais teria conseguido as fontes, ou pelo menos elas seriam todas literalmente borradas. Essa pesquisa não existiria sem você.

Ao camarada Dudinha por mostrar como a vida é mais simples quando se escolhe ser uma pessoa agradável e respeitosa com todos a seu redor. Muitas pessoas dizem que é impossível não gostar do Duda, eu concordo plenamente com essa teoria. Obrigado pelos momentos de paz no meio desse turbilhão que foi a vida nesses dois anos.

Ao Cris, Gil e Roberto, por estarem sempre dispostos a ajudar.

A minha família também foi de extrema importância nessa caminhada, sem vocês eu não teria ido tão longe:

Aos meus pais, Edna Cristina e José Maria, por terem me apoiado desde sempre nos estudos e nas leituras. À minha mãe por ter me ensinado a ler o mundo com sonhos de mudança e ao meu pai por todas as aventuras. Os livros sempre foram os únicos presentes aos quais nunca me disseram não, mesmo quando as contas estavam apertadas. Sei todo o sacrifício que passaram para me proporcionar essa educação e sou muito grato por isso.

À minha tia Marília, por toda a ajuda do mundo e por ser uma das pessoas com as quais sempre posso contar. Quero um dia poder lhe ajudar pelo tanto que a senhora me ajudou.

À minha avó Edna por ter construído minha relação com o Cariri, do Crato não tenho o sotaque nem a certidão de nascimento, mas tenho a casa de minha avó.

À minha avó Haidê e minha tia Liduína, que me acolheram no momento de necessidade.

Ao meu primo André pelas conversas e pela ajuda. Você é um exemplo de luta para mim, sempre preparado para ajudar ao próximo, conhecido ou não. A ajuda que me deu foi desde livros importantíssimos, até conversas em momentos de crise. Muito obrigado por sempre tentar estar presente, mesmo à distância, e pelo abrigo em Recife, foi uma viagem curta, mas bastante divertida ao seu lado.

Ao meu irmão Isac e aos meus primos Arthur, Caio, Levi e Lucas. Companheiros da vida que sempre estiveram presentes por mim. Agradeço ao apoio, sempre.

Obrigado à Laís Maria. Te encontrei no final desse processo e você me ajudou tanto de tantas formas. Agradeço pelas conversas e discussões, pelos vinhos, cervejas e madrugadas ouvindo Milton. Pelo carinho, apoio, nossos encontros no terminal da Lagoa e nos cinemas de Fortaleza. Nesses tempos tão difíceis você é a minha segurança e meu refúgio. Todos os dias sou grato pela sua presença na minha vida. Nos encontramos a história em muitas coisas mais.

“- Quem é você? - perguntou Shadow.
- Tudo Bem. Boa pergunta. Eu sou a caixa dos idiotas. Sou a TV. Eu sou o olho que vê tudo e sou o mundo do raio catódico. Eu sou o tubo dos tolos... o pequeno altar na frente do qual a família se reúne para fazer suas preces.
- Você é a televisão? Ou alguém na televisão?
- A TV é o altar. Eu sou aquilo pelo qual as pessoas se sacrificam.
- Como elas se sacrificam? - perguntou Shadow.
- Dão o tempo que têm – disse Lucy. - Às vezes, umas às outras.”¹

“Ellie deixou de lado o acesso aleatório e avançou sequencialmente, passando de uma estação de TV a outra. Canais contíguos apresentavam programas de baixa categoria. Era evidente, num relance, que a televisão não havia realizado tudo quanto se podia esperar dela.”²

¹ GAIMAN, Neil. **Deuses americanos**. São Paulo: Conrad Livros, 2004, p. 141.

² SAGAN, Carl. **Contato**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 131.

RESUMO

A Escola Superior de Guerra é uma instituição militar de ensino superior criada em 1949, ligada a uma conjuntura relacionada com a Guerra Fria; com o intuito de “formar elites para a solução dos problemas do País”. A instituição é fundamentalmente militarizada, porém possuía ligação direta com certa parcela da sociedade civil. Entendemos a ESG como um importante polo formador de discurso oficial e políticas públicas na Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Nessa instituição, foram escritos, por exemplo, os manuais de disciplinas de Moral e Cívica e OSPB (Organização Social e Política do Brasil). Tendo em vista esse lugar da instituição nos governos ditatoriais, este trabalho problematiza a televisão como questão de segurança nacional nos discursos da ESG para um projeto político de modernização do Brasil e para uma pretensa legitimidade da Ditadura Civil-Militar. Analisando os escritos da ESG, trabalhos de alunos, manuais e transcrições de palestras, percebemos uma preocupação latente com a televisão, principalmente a partir dos anos 1970, quando a comercialização do aparelho começa a ganhar força no Brasil. Para a ESG, a TV representava, ao mesmo tempo, uma força de modernização que não poderia ser ignorada e uma ameaça à moral e aos bons costumes da sociedade brasileira. No contexto da Guerra Fria, o “perigo vermelho” era também o “inimigo interno”, a ameaça da televisão consistia, em grande parte, no entendimento dos egressos da ESG, na sua possibilidade de ser apropriada e utilizada como ferramenta na propagação dos valores comunistas. A programação televisiva estaria, nesse sentido, sujeita a apropriação do inimigo para a tentativa de conversão da sociedade. Apoiando-nos no conceito de modernização conservadora, pretendemos entender essa relação de possibilidade e medo para com a TV na Escola e como essa tensão gerou discursos que tentavam legitimar as práticas autoritárias do regime.

Palavras-chave: Escola Superior de Guerra. Televisão. Ditadura Civil-Militar.

ABSTRACT

The Escola Superior de Guerra is a military institution of higher education created in 1949, linked to a Cold War-related conjuncture; in order to “form elites to solve the nation's problems”. The institution is fundamentally militarized, but it had a direct connection with a certain portion of civil society. We understand ESG as an important center for the formation of official discourse and public policies in the civil-military dictatorship (1964-1985) in this institution were written, for example, the manuals of Educação Moral e Cívica and OSPB. Given this place of the institution in the dictatorial governments we intend to problematize television as a matter of national security in ESG's discourse for a political project of modernization of Brazil and claiming legitimacy of the civil-military dictatorship. Analyzing ESG's writings, student work, textbooks and lecture transcripts, we noticed a latent concern with television, especially since the 1970s, when the commercialization of the device began to gain strength in Brazil. For ESG, TV represented both a latent force of modernization that could not be ignored and a threat to the morals and morals of Brazilian society. In the context of the Cold War the “red danger” was also the “internal enemy”, the threat of television was largely the understanding of ESG graduates, their possibility of being appropriated and used as a tool in the spread of communist values. Television programming would, in this sense, be subject to the appropriation of the enemy to attempt to convert society. Drawing on Motta's concept of conservative modernization, we intend to understand this relationship of possibility and fear towards TV at school and how this tension generated discourses that attempted to legitimize the regime's authoritarian practices.

Keywords: Escola Superior de Guerra. Television. Civil-military dictatorship.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A TELEVISÃO INVADE OS LARES: UMA QUESTÃO DE AMEAÇA.....	25
2.1 As estratégias psicossociais e a televisão: a família em perigo.....	27
2.2 “Difusão pornográfica e vulnerabilidade social”: o ataque à moral.....	41
2.3 O Complô: a “ameaça comunista” e a televisão.....	50
2.3.1 A ESG e os processos de legitimação da censura.....	56
3 A TELEVISÃO COMO TECNOLOGIA: UMA QUESTÃO DE ALERTA.....	60
3.1 Marshall Mcluhan e o mosaico da imagem televisiva.....	61
3.2 “Eu me apoiarei em seus olhos, ouvidos, nervos e cérebro”: leituras e apropriações de Mcluhan nos discursos da ESG.....	71
3.3 Charles R. Wright: comunicação de massa, televisão e opinião pública.....	79
4 “AS RESPONSABILIDADES PSICOSSOCIAIS DA TELEVISÃO” OU UMA QUESTÃO DIALÓGICA.....	91
4.1 O documento como acontecimento.....	92
4.2 Da introdução à bibliografia.....	106
4.2.1 Televisão e Futebol: “As responsabilidades psicossociais da televisão” e o planejamento de políticas públicas.....	114
4.3 O enunciado e o diálogo no discurso.....	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
FONTES.....	127
REFERÊNCIAS.....	130

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas no ofício do historiador podem ser analisadas como uma trama intrincada de metodologias, fontes, referências bibliográficas e chaves de leitura³. A metáfora da tapeçaria, utilizada por Ginzburg, reflete bem esta trama:

Poderíamos comparar os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete. Chegamos a este ponto, vemo-los a compor-se numa trama densa e homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com os olhos em várias direções.⁴

Ressignificando esta metáfora, podemos fazer um paralelo entre o desenho da tapeçaria e a imagem de uma televisão. Se Ginzburg pensa os pontos de tensão de uma tapeçaria como os pontos da pesquisa, poderíamos pensar as questões da nossa pesquisa como os chuviscos que formavam a imagem da televisão analógica. Esses pontos formam uma imagem cabível de análise que vai se tornando coesa a medida em que é apresentada ao leitor. Assim, definimos a imagem da “telinha” como o objeto da pesquisa: a televisão como uma questão de segurança nacional nos discursos da Escola Superior de Guerra para um projeto político de modernização do Brasil e de legitimação do regime na Ditadura Civil-Militar (1964-1985)⁵. Pretendemos, nesse primeiro momento, explicar como formamos essa imagem, suas linhas horizontais, seus pontos “borrados e contornos misteriosos”. Ao adentrarmos nos capítulos do trabalho, teremos a “imagem da televisão” à vista e, assim, começaremos a análise do objeto.

Um preâmbulo faz-se necessário ainda antes de adentrarmos na imagem objeto. Entendemos os referidos “discursos” a partir de Foucault como não simplesmente um conjunto de documentos ou textos, mas sim como produções de poder. Pretendemos “[...] não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a

³ Segundo Ginzburg a chave de leitura consiste em: “a rede que Menochio de maneira inconsciente interpunha entre ele e a página impressa um filtro que fazia enfatizar certas passagens enquanto ocultava outras, que exagerava o significado de uma palavra, isolando-a do contexto, que agia sobre a memória de Menochio deformando a sua leitura.” GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006, p. 72.

⁴ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989, p. 170.

⁵ O recorte temporal destacado no título dessa dissertação, de 1966 a 1984, é referente às fontes utilizadas na pesquisa, engloba do documento mais antigo ao mais recente. O recorte temporal destacado no referente período diz respeito ao processo histórico da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos.”⁶

Podemos considerar a própria Escola Superior de Guerra como uma das linhas horizontais da imagem do nosso “objeto TV”, a instituição foi central para a pesquisa e suas produções foram as principais fontes utilizadas. A ESG é uma instituição militar de ensino superior criada em 1949, ligada a uma conjuntura relacionada com a Guerra Fria; com o intuito de “formar elites para a solução dos problemas do País”⁷. Vamos entender, ao longo das linhas horizontais, quais são essas elites e, tão importante quanto, o que era entendido pelos egressos da Escola como os “problemas do País”.

A instituição é fundamentalmente militarizada, e, ao longo do texto, entenderemos melhor a amplitude dessa militarização, já que foi possível perceber que a organização militar permeava profundamente desde o currículo até as metodologias de ensino. Entretanto, a Escola possuía ligação direta com certa parcela da sociedade civil, como afirma Duarte:

Entre 1950 e 1967, 50% de seus alunos eram civis, vários ocuparam postos importantes no regime em instituições políticas e econômicas brasileiras. O primeiro presidente do regime, marechal Castelo Branco, foi um dos grandes expoentes da Escola.⁸

Entre os textos da ESG analisados, encontramos autorias de generais, advogados, engenheiros, juízes e pastores. A matrícula de mulheres era vetada desde a sua criação até o ano de 1973⁹, quando ocorrem diversas mudanças na estrutura da Escola. No entanto, na amostragem selecionada de vinte e sete trabalhos dos anos de 1967 a 1983, encontramos somente duas autoras, uma no ano de 1974 e outra em 1983; e nenhuma professora ou convidada palestrante. Concluimos, assim, que seu quadro discente e docente era fundamentalmente masculino. A maioria dos documentos selecionados consistem em trabalhos de conclusão de curso denominados Trabalhos Especiais ou Trabalhos de Turma. A diferente nomenclatura refere-se muito mais às datas de produção dos trabalhos: até o ano de 1973 os alunos dos cursos da ESG produziam, de forma individual, um trabalho de conclusão de curso, denominado

⁶ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2009, p. 56.

⁷ ARRUDA, Antônio de. **ESG – História de sua doutrina**. São Paulo: GRD: Brasília: INL, 1980, p. 3.

⁸ DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena [organizadoras]. **As Mobilizações do Gênero na Ditadura Brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014, p.14

⁹ Disponível em:

<http://www.esg.br/images/Cursos%20Regulares/CAEPE/HISTORICO_CAEPE_ATE_2016.pdf> Acesso em: 26 de jul. de 2019.

“Trabalho de Turma”. No ano de 1973, a denominação é alterada para “Trabalho Especial” e, a partir da data, os estudantes recebiam temas específicos em grupos de três participantes. A produção do texto continuava individual, porém deveria ser entregue, para além do Trabalho Especial em si, um relatório redigido pelos três participantes sobre o tema escolhido. Em 1978, porém, os grupos de três pessoas deixaram de existir e os temas voltaram a ser distribuídos de forma individual.¹⁰

O primeiro curso oferecido pela Escola, e principal recorte dos documentos selecionados nesta pesquisa, foi o Curso Superior de Guerra (CSG), ainda vigente no ano de 2018, mas com a denominação de Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE). A mudança ocorreu em 1984, talvez numa tentativa da Escola de se adequar a transição democrática. O curso destinava-se a militares e civis graduados no nível superior, tendo o já citado objetivo de “formar elites para a solução dos problemas do País”. O CSG possuía um período letivo de 40 semanas, em que os trabalhos analisados começavam a ser produzidos, teoricamente, na trigésima quinta semana. Além dos trabalhos de conclusão de curso, encontramos nos arquivos da ESG transcrições de palestras e painéis, bem como relatórios de produção dos trabalhos.

O curso era dividido em três etapas: Período Doutrinário, com duração de dez semanas; o Conjuntural, com vinte e cinco semanas de duração; e o Planejamento, com cinco semanas. A primeira etapa era destinada aos estudos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), um conjunto de documentos materializados no Manual Básico da ESG e nos Fundamentos da Doutrina, criado na própria ESG, e que deveria servir de base para todas as produções da Escola. Toda a forma de pensar a produção dos discursos da instituição tem a Doutrina como base de diálogo principal. É na DSN que é colocado o binômio norteador de toda a política pensada na Escola Superior de Guerra: “segurança e desenvolvimento”. As “elites do Brasil” precisavam serem formadas, segundo os idealizadores da Escola, para que o país atingisse esse objetivo. Ao longo da análise da nossa imagem-objeto iremos problematizar o que se entendia por segurança e por desenvolvimento nessa Doutrina e na ESG.

A segunda etapa, denominada Conjuntural, era destinada aos estudos dos “problemas do País”. Entenderemos, no decorrer da análise do objeto, o que eram considerados esses problemas para a Escola. Era nessa fase que os alunos deveriam escolher, a partir de seus interesses, uma estratégia de estudo para formular planejamentos sobre esses “problemas”.

¹⁰ ARRUDA, Antônio de. **ESG – História de sua doutrina**. São Paulo: GRD: Brasília: INL, 1980, p. 9.

Tendo a Doutrina como base, eram quatro estratégias possíveis para escolha: políticas, econômicas, militares e psicossociais. As quatro estratégias possuíam turmas de produção diferentes, mas que não eram totalmente apartadas entre si, existia o diálogo. A questão norteadora aqui seria a “Segurança Nacional”, temática sempre presente nos trabalhos da ESG que é o ponto central, inclusive, da própria existência da Escola Superior de Guerra.

No contexto da Guerra Fria, a “Segurança Nacional” significaria um nível de salvaguarda das estruturas de poder da Ditadura Civil-Militar. O medo do “inimigo comunista” era colocado como a principal justificativa para essas preocupações com a “segurança”, mas, como vamos discutir nos capítulos a seguir, esse conceito também estava ligado as formas com as quais os discursos oficiais da ditadura tentavam legitimar suas bases autoritárias e conservadoras. Como tem-se no Manual Básico:

Segurança Nacional é o grau de garantia que através de ações Políticas, Econômicas, Psicossociais e Militares - o Estado proporciona à Nação para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais a despeito dos Antagonismos ou Pressões existentes ou potenciais.¹¹

Os “antagonismos ou pressões” poderiam ser as “ameaças comunistas”, mas também seriam as reuniões sindicais, a imprensa criticando o governo e a ditadura, os relatos de ex-presos políticos sobre as sessões de tortura no DOPS, a campanha pela anistia na segunda metade dos anos 1970, enfim, tudo aquilo que ameaçasse de alguma forma o governo ditatorial e suas bases autoritárias. Um dos nossos principais objetivos é compreender como a televisão veio a ser entendida como um dos elementos capazes de ameaçar essas bases, como uma questão de Segurança Nacional.

Os trabalhos analisados na pesquisa, consistem naqueles somente das estratégias psicossociais, pois os estudos sobre comunicação e televisão se encontravam somente nessa categoria. No decorrer do nosso texto, problematizaremos essa ligação. Por fim, temos a etapa do planejamento que ocorria nas últimas cinco semanas, quando os trabalhos de conclusão dos cursos eram produzidos e corrigidos.¹²

Somente neste curso, entre os anos de 1964 e 1985, foram graduados 1424 civis e 1432 militares, tendo uma média de setenta civis e setenta militares formados por ano¹³.

¹¹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. Manual Básico. 1977, p. 215.

¹² *Ibid.*, p. 13.

¹³ Disponível em:

Existiam também cursos sazonais de menor duração, também aplicáveis a militares e civis, como o Curso de Informação. Este, porém, durou somente até 1973, quando foi criada a Escola Nacional de Informações.¹⁴ Para além destes dois cursos, existiu também o Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas (CEMCFA), criado em 1953, também com 40 semanas de período letivo, e com produções individuais de conclusão. Este curso foi ofertado, com a denominação de Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC), assim como o CSG, até 2018. Entretanto, o CEMCFA possui exclusividade para militares. Não foram encontrados nas sessões abertas dos arquivos da Escola, localizados na Biblioteca General Cordeiro de Farias¹⁵, nenhuma produção referente ao este curso.

Reconhecemos, a partir da bibliografia¹⁶, a Escola como um importante polo de construção e elaboração de um discurso oficial para a Ditadura Civil-Militar sobre o Brasil. Dessa forma, podemos ver as sincronias e a inserção desse discurso na administração pública, tanto a partir de discursos oficiais, como os do presidente Médici¹⁷, como por referências nas próprias fontes da Escola.

O presente trabalho constitui um exercício de aplicação de técnica de pesquisa, interpretação e avaliação de dados e informações e do Método para a Formulação da Política Nacional e Planejamento Governamental, com as adaptações julgadas úteis (conf. M.B. 76). O trabalho se situa a nível de assessoria direta da Presidência da República. Trata-se da contribuição individual do estagiário signatário, ao trabalho de grupo realizado para o desenvolvimento do mesmo tema.¹⁸

O trecho se refere a perífrase do trabalho nomeado, “Política e Estratégia: Campo Psicossocial: Formação da Opinião Pública, de 1976”. Entretanto, nosso objetivo não é analisar essa inserção propriamente dita, mas sim as formas como esse discurso tem a televisão como

< http://www.esg.br/images/Cursos%20Regulares/CAEPE/HISTORICO_CAEPE_ATE_2016.pdf.> Acesso em: 5 de ago. de 2019.

¹⁴ ARRUDA, Antônio de. **ESG – História de sua doutrina**. São Paulo: GRD: Brasília: INL, 1980, p. 12.

¹⁵ O arquivo localiza-se na Praia Vermelha, no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro, dentro das instalações da própria Escola Superior de Guerra. Organizado entre o acervo da biblioteca, as caixas de documentos são divididas por estratégias e por anos. Visitamos o arquivo em 2017 e nos atentamos para as estantes referentes às estratégias psicossociais de 1964 até 1985, o resultado foram os vinte e sete trabalhos encontrados entre 1967 e 1983. Além disso, encontramos livros, manuais e palestras transcritas que nos forma de suma importância para esta pesquisa.

¹⁶ DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena [organizadoras]. **As Mobilizações do Gênero na Ditadura Brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014 e REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984**. Londrina: Editora UEL, 2001.

¹⁷ Discurso do Emílio Médici apresentado por Arruda: “Creio que a Escola Superior de Guerra está suficientemente amadurecida para que possa prestar uma contribuição ainda mais efetiva no sentido do aperfeiçoamento de nossos homens públicos, constituindo-se em verdadeira escola de estadistas.” ARRUDA, Antônio de. **ESG – História de sua doutrina**. São Paulo: GRD: Brasília: INL, 1980, p. 11.

¹⁸ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e Estratégia: Campo Psicossocial: Formação da Opinião Pública**. 1976, p. 4.

um dos pontos centrais na construção do projeto político de modernização nacional e legitimação do regime. Pretendemos entender e problematizar também as formas de inteligibilidade desse discurso, como ele é racionalizado e como se materializa nas relações de poder.

Essa pesquisa teve início como um projeto PIBIC de graduação intitulado “Meios de comunicação social e segurança nacional: do temor ao controle – uma análise dos escritos da Escola Superior de Guerra (1964-1985)”, sob orientação da professora Ana Rita Fonteles Duarte na Universidade Federal do Ceará. Nosso objetivo, então, seria entender a relação entre os trabalhos da ESG e os meios de comunicação de massa (elencados nas fontes como aqueles capazes de atingir uma grande quantidade de público: jornais impressos, rádio, televisão e cinema. Entretanto, logo nos primeiros meses de leitura das fontes, percebemos questões específicas sobre a televisão. Existia um sentimento de alerta sobre esse meio que nos chamou atenção na leitura dos documentos. Assim, mudamos o recorte da pesquisa para pensarmos a relação dos trabalhos da ESG como instituição formadora de práticas políticas durante a Ditadura Civil-Militar e a televisão.

Existe uma urgência nas produções da ESG sobre os meios de comunicação de massa, em específico a televisão. A temática mais recorrente quando o assunto é abordado refere-se aos perigos desse meio e a “segurança nacional”.

A imprensa escrita e falada, distorcendo a sua finalidade de informar e educar para o bem comum, e empregando métodos de propaganda para subverter a ordem, tem o poder de transformar os leitores e ouvintes em 'cães de Pavlov' e realizar uma revolução social de proporções incalculáveis.¹⁹

Ivan Perovich Pavlov foi um psicólogo comportamentalista russo idealizador, na primeira metade do século XX, das teorias de reflexo condicionado a partir de experimentos com cães. A teoria de Pavlov consistia, dita de forma simplificada, em recompensas e castigos para os animais como respostas a determinadas ações. O reflexo condicionado é irracional, ausente de pensamento crítico. Podemos entender as relações das produções de discurso na Escola e a televisão a partir da analogia utilizada pelo autor do trabalho. A imprensa, a partir de estímulos positivos e negativos, tem “o poder” de condicionar a população e os grupos contra o Regime, podendo se apoderar dessa ferramenta a qualquer momento.

¹⁹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Os meios de comunicação social, suas implicações sobre a formação da opinião pública.** 1981, p. 17.

Girardet, em seu trabalho “Mitos e Mitologias Políticas”, defende a tese de que os estudos sobre as narrativas políticas podem utilizar-se do imaginário social como possibilidade de análise. Para o autor, os mitos políticos pertencentes a esse imaginário abarcam uma forma de explicação da realidade:

[...] narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos.²⁰

O autor afirma que cada recorte possui singularidades psicológicas distintas e que as análises referentes a essa metodologia não podem ser transpostas pelo método cartesiano de aplicações generalizantes. Assim, a obra de Girardet parte do exemplo francês, nos séculos XVIII e XIX, para elencar quatro grandes conjuntos mitológicos, as constelações mitológicas: Conspiração ou Complô, da Unidade, da Idade do Ouro e do Salvador. Atentos às observações do autor, não pretendemos, de maneira alguma, pura e simplesmente transpor nossa análise dos discursos da ESG para uma das mitologias citadas. Tentaremos, sim, problematizar os signos e significantes encontrados nas fontes como pertencentes a uma constelação mitológica do Complô, semelhante a trabalhada pelo autor, mas também com suas especificidades.

“No centro da mitologia do Complô impõem-se em primeiro lugar a imagem, temível e temida, da Organização.”²¹ O inimigo à espreita nesse caso seria a temida ameaça comunista, o “perigo vermelho”. Podemos encontrar nos manuais e livros básicos da ESG²² o conceito de guerra total, amplamente utilizado e ponto de partida de muitos trabalhos, podendo essa questão ser analisada como centro da constelação mitológica do Complô.

Essas novas modalidades de conflito procuram o controle progressivo da Nação, pela destruição sistemática dos seus valores, das suas instituições e do seu moral. A agressão já não vem apenas de fora, para a qual basta a defesa, entregue às Forças Armadas. Agora, a população é atacada como um todo, e, para resguardá-la, é necessário algo mais abrangente.²³

O inimigo de muitas faces é tão imenso e seus tentáculos tão longos que suas ações atingem a toda população e seus agentes podem estar em qualquer lugar. Teriam a intenção de

²⁰ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987, p. 13.

²¹ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987, p. 34.

²² ARRUDA, Antônio de. **ESG – História de sua doutrina**. São Paulo: GRD: Brasília: INL, 1980, p. 5.

²³ GIRARDET, *op cit*, p. 34.

disseminar as ideias revolucionárias à população brasileira sobre quaisquer meios. Assim, o conceito de Guerra Total estaria ligado à prontidão tanto da Ditadura, quanto da população em geral que deveria cumprir seu dever cívico de combate ao comunismo e às possíveis mensagens subversivas presentes em todos os âmbitos da sociedade. Dentre eles, os meios de comunicação. A “segurança nacional” dependeria, assim, da intervenção do Estado nesses meios de comunicação.

É importante ressaltar aqui a construção do imaginário do ódio e de medo do comunismo, relacionando todos os valores elencados pela Ditadura ao extremo oposto daquilo que seria o arquétipo do comunista: ateu, apátrida, antinacionalista, divorciada e lasciva (no caso das mulheres), pervertido, violento. Os meios de comunicação de massa estariam, nesse sentido, sujeitos a apropriação do inimigo para tentativa de conversão da sociedade.

Voltando à imagem-objeto, temos a televisão, ou as produções da ESG sobre a televisão, como outra linha na construção da nossa imagem. A preocupação do “Perigo Comunista” já é percebida referindo-se aos meios de comunicação de massa como um todo, porém existem questões específicas referentes a essa nova tecnologia que seria a TV. É interessante pensarmos como essa tecnologia nova estava, já no final dos anos 1960 e início da década de 1970, sendo um ponto de debate acalorado em diversos campos da cultura ocidental. Cientistas sociais ligados aos estudos culturais como Williams²⁴; pesquisadores do processo comunicacional como Marshall McLuhan e Charles Wright²⁵; a Igreja Católica a partir de encíclicas papais e discursos oficiais; jornalistas; todos estavam tentando entender essa nova tecnologia. Para além disso, o debate ligava-se aos discursos oficiais da ditadura, que por um lado queria “modernizar” o Brasil com uma rede de novas tecnologias, dentre as quais a TV com um papel destacado, mas, ao mesmo tempo, se preocupava com a possibilidade de “subversão” da ferramenta pelo “perigo vermelho”

No Brasil, a televisão passou por um processo de massificação tardiamente, destacando-se a década de 1970: “Enquanto em 1960, havia somente 4,46% das residências brasileiras que possuíam televisão, esse número cresceu para 24,11% em 1970, e para 56,1% em 1980.”²⁶ As fontes analisadas ainda em 1968 e 1969, porém, já possuem forte preocupação com essa tecnologia. Diferente de meios de comunicação de massa como o jornal impresso e o

²⁴ WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Tradução Marcio Serelle; Mário F.I. Virggiano. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2016.

²⁵ Esses autores são citados repetidas vezes nos trabalhos da ESG entre 1968 e 1981.

²⁶ DUARTE, Ana Rita Fonteles [organizadora]. **Imagens sob suspeita: censura e meios de comunicação na ditadura civil-militar brasileira**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017, p. 17.

cinema, a televisão era caracterizada com a propriedade de “penetrar nos lares”. É interessante não naturalizarmos essa caracterização. O jornal impresso, por exemplo, bem como o rádio, também estava física e materialmente nos lares brasileiros, inclusive em maior quantidade que a televisão, pelo menos até os anos 90. Por que então somente a TV “penetraria os lares”? Para começarmos a entender e responder essa questão, precisou-se utilizar da categoria do gênero²⁷ como uma ferramenta de análise histórica.

Pensar família e TV está diretamente ligado ao pensar sobre o homem e a mulher brasileiros, em como estes deveriam fazer a sua parte para o bem da “Pátria”. Nesse sentido, essa pesquisa tenta problematizar a utilização política do gênero, nos discursos sobre a televisão, em projetos políticos de Brasil na ditadura. O gênero é construído nas e a partir das relações de poder. Percebemos, nos trabalhos da ESG, como essa construção tinha o propósito de arregimentar a sociedade tanto para impedir o perigo comunista como para tornar a opinião pública favorável ao regime.

Nossa imagem-objeto, possuindo linhas horizontais e pontos chuviscados referentes a fontes e metodologias, também possui uma linha transversal: a ligação entre os discursos do poder sobre a televisão e as relações de gênero, sobre o que significa ser mulher, ser homem, as relações das mães dentro da família e da sociedade e as diferentes masculinidades. Questões como a “revolução sexual”, a pílula anticoncepcional, mulheres no mercado de trabalho e no sindicato, o divórcio e quebras das rígidas hierarquias advindas da sociedade patriarcal. Todas essas mudanças correntes sobre o comportamento que estavam em pauta no Brasil, nos anos 1960 e 1970, poderiam encontrar espaço na televisão. Nosso conceito de gênero tem base num diálogo entre bibliografias como Scott²⁸, afirmando “que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder.”

²⁷ Utilizamos essa categoria como pensada por Pedro: “[...] alguns trabalhos historiográficos, mesmo não tendo em seus objetivos discutir a questão de gênero nem focalizar as mulheres, têm integrado a discussão em suas problemáticas, fazendo aquilo que sempre foi a grande ambição desses estudos: tornar essa uma questão transversal, incorporando-a como uma categoria de análise que torna mais rica a escrita da história.” O gênero no nosso trabalho não possui justamente esse lugar central na análise do objeto, porém a categoria é utilizada de forma transversal por possuir diversas inserções nos discursos da ESG. Apesar de não ser nosso ponto central, entendemos que nosso trabalho sem as discussões de gênero seria deveras simplista e reducionista. Cf. PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 44.

²⁸ SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila, Do original *Gender: An useful category of hystorical analyses*. Recife: S.O.S. Corpo, 1991, p. 86.

A autora afirma que os poderes políticos se concebem e se legitimam por meio dessas relações. Entretanto, elas não são, de forma alguma, percepções essencialistas sobre as categorias, o poder é formado e forma as categorias que são também, ao mesmo tempo, vazias e transbordantes. Estudar as mobilizações do gênero²⁹ seria pensar como as produções da ESG significaram e ressignificaram essas relações em seus discursos sempre sob a égide da produção de um projeto político modernizador.

Motta apresenta um conceito muito caro a esta pesquisa: modernização conservadora. Entendemos, assim como o autor, uma potência de modernização do Estado brasileiro durante a ditadura. Políticas como o Mobral (desenvolvido dentro da ESG) e as reformas universitárias tinham, entre outros pontos, essa tendência modernizante; bem como as obras faraônicas da ponte Rio-Niterói e da Transamazônica. Pensamos, porém, assim como Motta, que essas políticas tinham forte tendência conservadora e autoritária.

Para fazer uso desse campo conceitual há que distinguir entre conservadorismo e autoritarismo nas políticas implantadas pelo regime militar. O impulso conservador foi importante na montagem do Estado pós-64, expressando anseios de grupos que almejavam manter o *status quo* e a ordem tradicional. No entanto, em vários momentos, as demandas conservadoras entraram em contradição com os propósitos modernizadores, às vezes levaram a pior, enquanto o autoritarismo sempre esteve presente, não obstante certas ambiguidades e a influência moderadora da opinião liberal. Por isso, há motivos para oscilar na escolha da melhor adjetivação para o regime militar brasileiro: modernização conservadora ou autoritária? A resposta é que ele foi simultaneamente autoritário e conservador, e a melhor maneira de mostrar os impasses entre impulsos modernizantes e conservadores é analisar as situações em que os dois se fizeram presentes.³⁰

Pretendemos, com essa pesquisa, analisar justamente uma dessas situações em que o impasse entre a modernização e o conservadorismo pode ser sinalizado. Para o projeto político de Brasil da ditadura, o acesso da população brasileira à mídia televisiva significaria essa modernização e não somente isso, significaria também como a comunicação e integração nacional elevariam do País ao patamar das civilizações desenvolvidas. Primeiramente, devemos pensar o que significaria essa modernização para o Regime. O que é ser moderno na segunda metade do século XX? Para o governo Médici, a modernidade veio com o assassinato em massa de tribos indígenas na Amazônia durante a construção da rodovia Transamazônica³¹. Dentro

²⁹ Estamos nos apropriando do conceito pensado por Ana Rita Fonteles e Meize Regina de Lucas. Cf. DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena [organizadoras]. **As Mobilizações do Gênero na Ditadura Brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

³⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 11.

³¹ “[...] analisamos o papel dos Grandes Projetos implantados no território indígena, que ganharam destaque a partir do início da construção da BR 174 (Manaus/Boa Vista), que cortou a reservam causando assim conflitos, resistência e genocídio. A esse respeito, o relatório produzido pela Comitê Estadual da Verdade do Amazonas, fez

dos ideais de moderno e civilidade trabalhados na ESG não existia nenhuma contradição nesse fato.

A ditadura foi construída para e a partir de diversas forças conservadoras: uma parcela da imprensa; os grandes empresários; a elite conservadora cristã e católica; aqueles que participaram da Marcha de Família Com Deus Pela Liberdade; e, obviamente, a maioria do corpo militar nacional. Para esses sujeitos, todos eles presentes e produzindo na ESG, a televisão representava uma grande contradição a ser enfrentada: modernizante, mas extremamente perigosa aos valores morais da nação brasileira.

Na função de diversão, os meios de comunicação também podem ser nocivos e indesejáveis. A exploração do sexo, do erotismo, a propaganda de produtos nocivos, como o fumo e bebidas alcoólicas, constituem desserviços à sociedade. A televisão, pela sua capacidade de atingir o recesso das habitações e o grupo social primário, possui um potencial de influência enorme. Particularmente sobre os membros jovens da família.³²

A fonte citada é referente a um trabalho especial de 1976 e nos é interessante por ser possível, por meio do documento, pensarmos essas relações com a tecnologia da televisão. Existe uma preocupação com as programações da mídia, a “exploração do sexo, do erotismo” por exemplo, como também uma questão específica sobre a televisão como tecnologia. O aparelho em si, para os egressos da ESG, já seria danoso ao indivíduo e, principalmente, à família brasileira.

Pretendemos, no decorrer do trabalho, pensarmos como a ESG entendia diferentes programações, e as relações da ditadura com o mercado da mídia televisiva. Para isso, vamos adentrar também nas perspectivas de estudos sobre a censura no Brasil, a partir, principalmente, de Beatriz Kushnir³³. Entretanto, buscamos entender também a relação dos discursos da ESG com a ferramenta de comunicação televisão. Entendemos, tendo como base o debate liderado

uma denúncia que desde a implantação desse projeto, houve a morte de mais de dois mil índios Waimiri-Atroari, as primeiras notícias foram dadas pelos próprios índios, que forma testemunha do genocídio praticado junto ao seu povo. [...] Um dos sobreviventes, o índio Panxi, habitante de uma aldeia do rio Alalaú, disse, que durante a construção da BR 147 seu pai, mãe, irmãos, parentes e amigos foram tacados por aviões, helicópteros, bombas, metralhadoras, fios elétricos e estranhas doenças, comunidades inteiras desapareceram depois que helicópteros de soldados sobrevoavam ou pausaram em suas aldeias.” SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. No rastro da tragédia: projetos desenvolvimentistas na terra indígena Waimiri-Atroari. *Tessituras*. Pelotas, v.2, n.2 p. 293-314, jul/dez. 2014, p. 294.

³² BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e Estratégia – campo psicossocial**: formação da opinião pública: considerando o decênio 66/75 e tendo em vista a conjuntura brasileira, formular para a década 76/85, política e estratégias opcionais. 1976, p. 10.

³³ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

por Williams³⁴, que não é possível estudar uma tecnologia separando-a da sociedade e atribuindo-a um valor intrínseco. Não é isso que pretendemos. Sabemos que só é possível entender a televisão como tecnologia historicamente produzida, analisando também seus usos, sociabilidades e produções de mercado. No entanto, buscamos perceber como os discursos da ESG atribuíam esse valor intrínseco, criticado por Williams, e como essa atribuição significa, necessariamente, formas de relações específicas com o mercado televisivo. Relações que não são vistas, de forma alguma, como vias de mão única, nem mesmo como vias de mãos duplas, mas como uma intrincada malha de pressões e forças entre o mercado, a ESG, a Ditadura Civil-Militar e a população brasileira.

Essa relação dos discursos da Escola Superior de Guerra sobre televisão com o mercado televisivo e com a sociedade é explorada no primeiro capítulo, intitulado: *A televisão invade os lares: uma questão de ameaça*. Busca-se pensar em como essa relação é construída sobre a ótica da “ameaça” para a ESG, em como a televisão, nos discursos da Escola, representava uma questão a ser ponderada, tendo em vista a “segurança nacional”. A TV representava uma ameaça sobre duas perspectivas que não são excludentes e que têm intensidades diferentes, alterando-se durante os anos 1960, 1970 e 1980: a “ameaça comunista” e a “ameaça contra a família”. Nesse sentido, utilizamos o gênero como categoria histórica de análise transversal para pensar a “ameaça à família” representada pela televisão. Como as representações do “ser homem” e “ser mulher”, pela programação televisiva, eram uma questão para a Escola, um ponto de atrito entre a potência modernizadora e as raízes conservadoras da ditadura brasileira.

Sobre a “ameaça comunista”, ainda no primeiro capítulo, tenta-se entender as relações da ESG com o anticomunismo nos contextos da Guerra Fria. A televisão, por suas fortes “características” de “penetração nos lares” brasileiros, poderia ser, assim, a principal “arma” desse complô comunista contra o regime. Busca-se entender, também, como essas duas questões, o anticomunismo e a questão de gênero, se entrelaçam no discurso da ESG e, principalmente, como são utilizadas numa tentativa de legitimação da Ditadura Civil-Militar.

No segundo capítulo, intitulado: *A televisão como tecnologia: uma questão de alerta*, tentaremos entender como a ESG pensava a televisão como tecnologia e em como essa percepção estava intrinsecamente ligada às suas expectativas sobre a mídia relacionadas à segurança e ao desenvolvimento. Utilizando-nos da metodologia criada por Ginzburg, da

³⁴ WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Tradução Marcio Serelle; Mário F.I. Virggiano. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2016

análise das “chaves de leitura”, buscou-se entender os caminhos de inteligibilidade construídos nos discursos da ESG sobre a televisão. Analisando as leituras citadas nas bibliografias dos trabalhos da Escola, tentamos problematizar a forma como os egressos liam e interpretavam obras da época referentes à TV e em como essa significação das leituras correspondia à maneira como os discursos na Escola Superior de Guerra pensavam a televisão dentro do projeto político de Brasil.

O terceiro capítulo intitula-se, *As responsabilidades psicossociais da televisão ou uma questão dialógica*, aqui é feito um trabalho único sobre um documento específico de 1981, cujo o título dá nome ao capítulo. Procurando entender o lugar da televisão nos discursos da ESG para um projeto político de Brasil, volta-se a trabalhar o gênero como categoria transversal e as perspectivas da TV como tecnologia. A análise é realizada neste momento, porém, tendo como ponto central o documento encontrado por acaso na biblioteca da Escola.

2 A TELEVISÃO INVADE OS LARES: UMA QUESTÃO DE AMEAÇA

Costuma-se dizer que a televisão alterou o nosso mundo. (...) A maioria de nós sabe o que geralmente se sugere quando tais coisas são ditas. Mas pode residir aí a dificuldade central: estamos tão acostumados, na maioria de nossas discussões cotidianas, as declarações genéricas desse tipo que podemos não perceber seus significados específicos.³⁵

Sobre a televisão, pode-se aceitar quase como fato consumado essa declaração genérica afirmada por Williams. Para o leitor do século XXI é inconteste que, desde a sua criação, a televisão alterou o mundo. Entretanto, pode-se não ter as dimensões do tamanho do impacto que a chegada da “telinha” teve na vida cotidiana no século XX, no Brasil e no mundo ocidental. A partir do final dos anos 1950, e com mais força no final dos anos 1960, a televisão era assunto corrente em tão variados espaços que torna difícil dimensionar o debate. Nas universidades, nos jornais impressos, nos programas de rádio, nos livros, nos botequins e barbearias, na sala de jantar e na cozinha. Falava-se sobre TV. Falava-se com medo e com

³⁵ WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Tradução Marcio Serelle; Mário F.I. Virggiano. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2016, p. 24.

admiração, empolgação pelas novas possibilidades abertas pelo “tubo de raios catódicos” e desconfiança pela nova forma de comunicação.

O debate sobre a TV não poderia passar sem nota pelas salas e bibliotecas da Escola Superior de Guerra. Instituição de ensino militar que estaria preocupada com a formação das “elites intelectuais” que iriam “reger” o Brasil da “revolução”. A ESG enxergava na televisão possibilidades, mas, sobretudo, problemas. Uma questão de oportunidade estratégica para desenvolver o Brasil do “milagre econômico”, mas uma questão de ameaça para o regime ditatorial imposto em 1964.

Dos meios de comunicação de massa, é a televisão aquele que possui maiores recursos e atinge as mais amplas faixas da coletividade. Possui capacidades infinitas, que vêm modificando a psicologia da população do planeta e que poderão transformar a face da humanidade.³⁶

Pretendemos, com este capítulo, entender a ameaça representada pela televisão como ponto central no projeto político de Brasil construído nos discursos da ESG. Para isso, pensando por meio de Foucault, objetivamos compreender como o discurso se constrói e é construído através das técnicas polimorfos de poder.

Segundo o autor, pensar discurso e poder não é somente entender as censuras e interdições, mas também as “vontades de saber”:

Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas. Que caminhos lhe permitem atingir as formas raras ou quase imperceptíveis do desejo, de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano – tudo isso com efeitos que podem ser de recusa, bloqueio, desqualificação, mas, também, de incitação, de intensificação, em suma, as técnicas polimorfos de poder. Daí, enfim, o fato de o ponto importante não ser determinar se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam a formular a verdade do sexo ou, ao contrário, mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a 'vontade de saber' que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento.³⁷

Entender as “vontades de saber” seria tão importante quanto analisar as interdições. Nesse sentido, pretendemos entender “as técnicas polimorfos de poder” nos discursos sobre a televisão. Como esses discursos perpassam e atravessam temas ligados a manutenção ou

³⁶ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Modelo psicossocial brasileiro**: considerada a conjuntura, formular, para a década de 1975/84, política e estratégias opcionais para a comunicação social. 1974, p. 37.

³⁷ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade vol 1**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. 18.

ameaça das estruturas de poder construídas com o golpe de 1964. Buscamos analisar como essas representações significam questões dentro do projeto político para o Brasil pensado na ESG; e, principalmente, a televisão como ponto fundamental na produção desses discursos.

2.1 As estratégias psicossociais e a televisão: a família em perigo

Dentro de sua pretensão de legitimidade, os regimes civil-militares tentaram se colocar como representantes do povo brasileiro, como afirma Rezende:

O regime lutava para construir um sistema de valores e ideias visando sedimentar na sociedade como um todo a crença de que o movimento de 1964 somente se legitimava porque ele expressava sob todos os aspectos, os interesses do povo brasileiro.³⁸

A televisão era vista como uma tecnologia capaz de propagar esses valores, mas, ao mesmo tempo, como uma grande ameaça a estes. O binômio da contradição, analisado tão bem por Motta (2014), é também um ponto nesta pesquisa: a modernização conservadora característica do regime pode ser percebida nesse movimento de medo e interesse pela televisão.

Apesar de não possuir pretensões de construção de um Estado totalitário³⁹, como conceito estruturado por Arendt (2013), a Escola Superior de Guerra pensava um projeto político para o Brasil que abarcasse uma certa totalidade da Nação. Dentro dos cursos da ESG, eram pensadas políticas públicas para diversos âmbitos da sociedade brasileira, a instituição construía seu projeto político pensando a escola, a família, as fronteiras, a economia, a política institucional, os meios de comunicação e a televisão. Nosso objetivo é então problematizar a TV como questão de segurança nacional nos discursos da ESG, e em como esse novo meio de comunicação de massa significou uma fissura nesse projeto de totalidade.

No regulamento da ESG de 1966, temos as atribuições do curso que produziu a maior parte de nossas fontes nessa dissertação: as monografias e trabalhos especiais. Os objetivos do Curso Superior de Guerra eram assim caracterizados:

³⁸ REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984**. Londrina: Editora UEL, 2001, p.33.

³⁹ Arendt classifica o Estado totalitário como: “[...] o princípio de autoridade é, para todos os efeitos, diametralmente oposto ao princípio do domínio totalitário. O seu caráter primígeno já aparece na história romana: ali a autoridade, sob qualquer forma, visa restringir ou limitar a liberdade, mas nunca aboli-la; O domínio totalitário, porém, visa à abolição da liberdade e até mesmo à eliminação de toda espontaneidade humana e não a simples restrição, por mais tirânica que seja, da liberdade.” ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 543.

Habilitar civis e militares para o exercício de funções de direção e assessoria, especialmente dos órgãos responsáveis pela formulação, desenvolvimento, planejamento e execução de uma Política de Segurança Nacional; [...] Os estudos realizados no Curso Superior de Guerra compreendem essencialmente: a discussão de uma Doutrina de Segurança Nacional visando à sua consolidação e difusão; [...] discussão e ensaio de uma metodologia de formulação e desenvolvimento de uma Política de Segurança Nacional e da sistematização de uma técnica de planejamento dessa Segurança.⁴⁰

A “segurança nacional” regia todas as produções discursivas no Curso Superior de Guerra e nos outros cursos ministrados na ESG. O planejamento estratégico desenvolvido era voltado em primeiro lugar para esse conceito:

[...] temos a segurança como: encarada como um estado de alerta, de prevenção, de consciência do perigo. E como este não ameaça o indivíduo, mas toda a Nação, força é que esta se ponha em guarda como um todo. Daí o sentido do preceito da nossa Constituição que diz que toda pessoa, natural ou jurídica, é responsável pela Segurança Nacional, nos termos definidos na lei.⁴¹

Na segurança nacional, como objetivo principal do projeto político formulado na ESG, tem-se essa noção de totalidade. Ao longo da dissertação vamos entendendo quem são esses inimigos da Nação, perante os quais era preciso estar em “estado de alerta e de consciência do perigo”.

A Escola pretendia formar uma elite militarizada que deveria “reger” o país sob a ótica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN consistia em uma série de objetivos e obrigações do Estado brasileiro, e foi construída pela ESG e seus egressos. A metodologia da instituição indicava o estudo sistemático da Doutrina⁴², toda produção e curso eram pensados a partir dessa chave de inteligibilidade.

A DSN era dividida em estratégias de ação e toda a organização dos cursos da ESG se pautava nessa mesma divisão. As estratégias eram caracterizadas como: políticas,

⁴⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Regulamento da Escola Superior de Guerra**. 1966, p. 15.

⁴¹ ARRUDA, Antônio de. **ESG – História de sua doutrina**. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1980, p. 19.

⁴² “A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pela ESG, pode ser analisada a partir de um pensamento sistematizado em textos cujo principal é o Manual da Escola Superior de Guerra, publicado em 1975 e reeditado com reformulações, periodicamente até 2009, além de artigos publicados nas revistas *A Defesa Nacional* e *Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg)*, e do pensamento sistematizado de alguns dos seus principais ideólogos como os generais Golbery do Couto e Silva e Moacir Araújo Lopes, integrantes da rede militar-civil que institucionalizou e disseminou a DSN através da realização de conferências, seminários, debates e cursos por todo o país.” DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena [organizadoras]. **As Mobilizações do Gênero na Ditadura Brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014, p. 14.

econômicas, militares e psicossociais. A última é referente às relações sociais como um todo, baseada em instituições como: a família, a religião e a Igreja, o sindicato, o partido político e a escola. Os cursos focados na área psicossocial buscavam estudar essas instituições para entender suas origens na sociedade brasileira e seus “pontos fracos”, designados na linguagem da ESG como “óbices”. Dentro das perspectivas estratégicas do ensino militar, os cursos pretendiam identificar esses óbices, pontos fracos, e pensar políticas públicas para a neutralizá-los. Entenderemos, no decorrer da dissertação, como a televisão seria considerada um dos principais óbices que afetaria as instituições ligadas às estratégias psicossociais.

A versão de 1975 do manual básico da ESG define as estratégias psicossociais dessa forma: “conjunto de meios, predominantemente psicológicos e sociais, de que dispões a Nação para assegurar a plena realização da pessoa humana com visa à consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais”⁴³. A ESG se baseava nas teorias da psicologia funcionalista americana⁴⁴ para traçar estratégias de ação sobre as instituições sociais. Tibola define as estratégias psicossociais com fundamentação “pela pessoa, pelo ambiente e pelas instituições sociais, onde a cultura, padrões de comportamento e níveis de bem-estar são fatores a serem considerados”⁴⁵. Nesse sentido, a comunicação social e os meios de comunicação de massa eram considerados peças fundamentais nas estratégias psicossociais.

Os discursos sobre televisão como meio de comunicação de massa estão ligados aos trabalhos na área psicossocial. Esse é um dos pontos que todos os textos que pensam a televisão, pelo menos os encontrados durante a pesquisa, convergem. Percebemos, nos trabalhos analisados, um consenso de que as informações transmitidas pela TV têm acesso, com muita facilidade, à família, à escola, à igreja e ao sindicato. As distensões e atritos aparecem no nível de profundidade dessa relação.

Num Trabalho Especial do ano de 1976, com o título “Política e estratégia – campo psicossocial: formação da opinião pública”, podemos trabalhar algumas questões.

⁴³ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual básico**. 1975, p. 462.

⁴⁴ “O foco para os funcionalistas era a operação dos processos conscientes, e não a estrutura ou conteúdo da consciência. O principal interesse dos psicólogos funcionais era a utilidade ou o propósito dos processos mentais para o organismo vivo em suas permanentes tentativas de adaptar-se ao seu ambiente. Os processos mentais eram considerados atividades que levavam a consequências práticas, em vez de elementos componentes de alguma espécie de padrão. A orientação prática do Funcionalismo levou inevitavelmente os psicólogos a se interessarem pela aplicação da Psicologia aos problemas do mundo real.” MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; RIBEIRO, Marianne Montenegro Stolzmann Mendes. [Organizadoras]. **Psicologia em debate**. Novo Hamburgo: Feevale, 2015, p. 19.

⁴⁵ TIBOLA, Ana Paula Lima. **A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966)**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo. Programa de Pós-Graduação em História. Passo Fundo, 2007, p. 83.

Primeiramente, é interessante começarmos nossa análise com uma breve discussão sobre o título do trabalho citado e, tão importante quanto, o seu subtítulo: “Considerando o decênio 66/75 e tendo em vista a conjuntura brasileira, formular para a década de 76/85, política e estratégias opcionais.” Podemos entender com esse subtítulo como funcionava a metodologia de trabalho da Escola. As produções escritas, feitas ao final dos cursos de quarenta semanas, tinham uma década da sociedade brasileira como base de análise, e tinha como objetivo formular ações para a década seguinte. Tal noção é importantíssima para nos ajudar a compreender as “projeções de futuro e a compreensão do passado, as perspectivas de ação e o sentido histórico dessas ações.”⁴⁶

Quanto ao primeiro título, referente ao tema central do trabalho, podemos perceber mais uma vez a televisão e o campo psicossocial relacionados. É muito interessante pensar essa relação, pois podemos entender como a ESG pensava a televisão sempre partindo do ponto de vista coletivo e individual. A junção da “psiquê” do indivíduo com o coletivo do social formando o psicossocial.

O entendimento do processo de comunicação por meio da televisão representado pela Escola passa por esse conceito, presente em todos os trabalhos analisados. Podemos encontrar o termo em diferentes textos ao longo dos anos 1960, 1970 e 1980; alguns tão distantes da ESG quanto possível, como, por exemplo, na “Escrita da história” de Michel de Certeau⁴⁷, publicado pela primeira vez no francês em 1975: “E, igualmente, organizado por uma profissão que tem suas próprias hierarquias, suas normas centralizadoras, seu tipo de recrutamento psicossocial.” Também encontramos referência em um dicionário de português do ano de 1975: “Psicossociologia: Estudo da natureza e influência da sociedade nas funções psíquicas dos indivíduos”.⁴⁸

O termo estava em voga na segunda metade do século XX, na ESG significava a relação entre o indivíduo e as instituições sociais como a família, a igreja e os sindicatos.

Passemos ao texto interno do trabalho:

⁴⁶ VIEIRA, Rafael de Farias. **Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional:** ou uma história da censura televisiva durante a ditadura militar (1964 – 1988). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016, p. 11.

⁴⁷ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 26.

⁴⁸ SILVA, Alberto Prado e; MARINS, Francisco. **O grande dicionário brasileiro Melhoramentos.** São Paulo: Melhoramentos, 1975, p. 748.

Na função de diversão, os meios de comunicação também podem ser nocivos e indesejáveis. A exploração do sexo, do erotismo, a propaganda de produtos nocivos, como o fumo e bebidas alcóolicas, constituem desserviços à sociedade. A televisão, pela sua capacidade de atingir o recesso das habitações e o grupo social primário, possui um potencial de influência enorme, particularmente sobre os membros jovens da família.⁴⁹

Inicialmente, podemos nos ater ainda no oxímoro do psicossocial. Existe perigo à sociedade e ao mesmo tempo aos membros jovens da família. Podemos pensar também, como já afirmado no tópico anterior, que o próprio entendimento dos egressos da Escola sobre o ato de comunicar implica na possibilidade dos “desserviços à sociedade” para todos os meios de comunicação, a depender do seu uso. A televisão, entretanto, possui uma questão a mais. Para além de todos os outros meios de comunicação de massa, a televisão era a única capaz de “atingir o recesso das habitações e o grupo social primário”. Nos perguntamos, então, porque a televisão. Um aparelho de rádio não estaria também dentro dos lares brasileiros? Ou mesmo os meios de comunicação impressos como jornais e revistas? Foi esse ponto de vista que nos intrigou sobre a problemática da televisão e as relações de gênero⁵⁰, e a “ameaça” à família, pontuando novamente que abordamos o gênero como categoria transversal, apontada por Pedro⁵¹ como uma possibilidade para a escrita da história.

Williams tenta teorizar sobre essa questão, produzindo interessantíssimos debates sem, porém, respondê-la de fato. Suas sempre citadas linhas iniciais ainda são, mesmo depois de quase quarenta e cinco anos, um paradigma para quem se aventura a estudar essa mídia: “Costuma-se dizer que a televisão alterou nosso mundo”⁵². Ora disso nenhum de nós têm dúvida, porém, como afirma Williams, é muito difícil superar “declarações genéricas” para perceber seus “reais significados”.⁵³ Buscar essa resposta, no entanto, não é um ponto central nesta pesquisa, pois entendemos essa questão muito mais como um ponto de inteligibilidade do

⁴⁹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e estratégia – campo psicossocial**: formação da opinião pública. Considerando o decênio 66/75 e tendo em vista a conjuntura brasileira, formular para a década de 76/85, política e estratégias opcionais. 1976, p. 10.

⁵⁰ Entendemos as relações de gênero a partir de Scott: “Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila, Do original *Gender: An useful category of historical analyses*. Recife: S.O.S. Corpo, 1991, p. 86.

⁵¹ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.

⁵² WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Tradução Marcio Serelle; Mário F.I. Virggiano. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2016, p. 23.

⁵³ *Ibid*, p. 23.

que um fato em si. Como afirma Certeau: “É o postulado e o ponto de partida – mas também o ponto cego – da compreensão.”⁵⁴ “As respostas estão no entender como as perguntas são feitas”.⁵⁵

Podemos perceber algumas pistas sobre esse postulado pensando uma fonte de 1978, o painel⁵⁶ de José Bonifácio, Octávio Pereira e Glauco Carneiro⁵⁷. Nesse texto, Glauco Carneiro, professor da ESG, propõe justificativas técnicas para os “poderes” tão específicos da televisão:

O telespectador se hipnotiza pelo vídeo e a repercussão da mensagem sobre sua sensibilidade é maior porque a TV focaliza detalhes de fatos e muito pouco o contexto das coisas. Daí o receptor ser um mestre em se impregnar de formulações mosaicas da realidade. Passivamente ele tudo recebe, qual uma esponja, não tendo tempo de conectar nem de imaginar. Tudo já é apresentado pronto. A simultaneidade e continuidade das imagens faz com que a luz da TV seja projetada diretamente em sua mente. Ele e nós somos os sintetizadores, com a nossa sensibilidade, nosso mundo interior. A maioria absoluta dos telespectadores vivencia na TV sensação e não conscientizações. Isto quer dizer que neles não há muita autodefesa.⁵⁸

Existem aí algumas questões a serem pensadas. Importante salientar, primeiramente, que as discussões sobre os possíveis impactos da televisão não eram exclusivas da ESG. Acadêmicos, religiosos psicólogos e jornalistas se preocupavam com essas questões e frequentemente se debruçavam sobre o problema.⁵⁹

Analisando o trecho “a simultaneidade e continuidade das imagens faz com que a luz da TV seja projetada diretamente em sua mente”, a partir da noção de fluxo⁶⁰ de Williams,

⁵⁴ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 104.

⁵⁵ Anotação feita a partir da fala do Professor Jailson Pereira da Silva durante aula ministrada no Programa de Pós-Graduação em História na UFC em 2017.

⁵⁶ Os painéis eram especiais ministradas durante a etapa de conjuntura, entre a décima primeira e trigésima quinta semanas, os convidados recebiam um tema dado pela ESG para dissertar em via oral. O que temos nessa fonte é a transcrição do painel realizado em questão, sua temática central foi intitulada como “Televisão e educação”.

⁵⁷ Cf. BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Televisão e educação**. 1978.

⁵⁸ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Televisão e educação**. 1978, p. 67.

⁵⁹ Como exemplo desse debate tem-se as encíclicas papais Miranda Prorsus, de 1957, sobre cinematografia, rádio e televisão; e o Decreto do Concílio do Vaticano II sobre os meios de comunicação social, de 1963. Na academia tem-se o livro de Raymond Williams, *Televisão: tecnologia e forma cultural*, de 1974; bem como *Os meios de comunicação como extensão do homem*, de Marshall McLuhan de 1963; *Meios de comunicação de massa*, de Charles S. Steinberg de 1970; *Comunicação de massa: uma perspectiva sociológica*, Charles R. Wright, 1964. Nos jornais brasileiros temos matérias sobre a televisão durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, como exemplo utilizamos nessa dissertação, entre outras, trecho da matéria intitulada *Vendendo a violência*, do Jornal da Tarde, do dia 9 de Maio de 1977.

⁶⁰ “Em todos os sistemas de radiodifusão desenvolvidos, a organização característica – e, portanto, a experiência característica é a de sequência ou fluxo. [...] Em todos os sistemas de comunicação anteriores à radiodifusão, os elementos essenciais estavam separados. [...] Um encontro ocorria em datas e locais específicos. Uma peça era encenada em um teatro específico, em determinada hora. A diferença na radiodifusão não é somente que esses eventos ou outros semelhantes estão disponíveis no lar, ao simples ligar de um aparelho. Mas, sim, que o programa de fato oferecido é uma sequência ou um conjunto de sequências alternativas desses ou de outros eventos similares, que assim ficam disponíveis numa única dimensão e numa única operação.” WILLIAMS, Raymond. **Televisão:**

podemos começar a entender as causas do desconforto gerado pela nova tecnologia. A televisão, diferente do cinema, possui transmissão contínua, ininterrupta, que pode ser pensada como um todo.

Retornando para o nexos percebido por nós entre a televisão e as relações de gênero, partimos do ponto em que a TV é considerada o único aparelho capaz de “atingir o recesso das habitações” e, por isso, de extremo perigo. Podemos problematizar aqui a importância da instituição família para esse polo de produção discursiva da ditadura. Como trabalha Rezende⁶¹, na sua tentativa de legitimação, os discursos oficiais da ditadura duplamente tentavam elencar padrões de comportamento na sociedade brasileira e estabelecer os representantes do regime como defensores desses padrões, logo defensores da maioria e, conseqüentemente, da “democracia”.

As relações de gênero nos discursos sobre a televisão e a comunicação de massa, assim, são instrumentalizadas com intenções objetivas no processo de construção de um projeto político para o Brasil. Essa instrumentalização, ou, como pensa Duarte e Luca⁶², essa mobilização, é um intrincado movimento que é construído e constrói as relações de gênero simultaneamente. “O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não faz apenas referência ao significado da oposição homem/mulher; ele, também o estabelece”.⁶³

Um desses valores elencados seria o da família patriarcal, já presente na sociedade brasileira, homogeneizado e generalizado.

Conceito de Nação segundo o Manual Básico de Escola Superior de Guerra, 1976: Nação é a sociedade já segmentada pelo longo cultivo de tradições, vinculadas a determinado espaço de terra e unida pela sociedade criada pelas lutas e vicissitudes comuns que se traduz na vontade de continuar vivendo em conjunto e projetar-se no futuro, preservando os valores alcançados e buscando a realização dos objetivos colimados.⁶⁴

tecnologia e forma cultural. Tradução Marcio Serelle; Mário F.I. Virggiano. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2016, p. 97.

⁶¹ REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984.** Londrina: Editora UEL, 2001.

⁶² DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena [organizadoras]. **As Mobilizações do Gênero na Ditadura Brasileira: 1964-1985.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014, p. 11.

⁶³ SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila, Do original *Gender: An useful category of hystorical analyses*. Recife: S.O.S. Corpo, 1991, p. 92.

⁶⁴ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e estratégia – campo psicossocial: formação da opinião pública. Considerando o decênio 66/75 e tendo em vista a conjuntura brasileira, formular para a década de 76/85, política e estratégias opcionais, 1976, p. 11.**

Novamente podemos ver, dessa vez de forma mais literal, perspectivas de futuro construídas nos trabalhos da ESG. É interessante pensarmos que a televisão é ao mesmo tempo uma grande ameaça a essas perspectivas e, contraditória e concomitantemente, um grande meio para a realização dessas projeções.

Também temos a relação entre o mercado privado e a tentativa de controle estatal, por exemplo. Muitos trabalhos afirmam que o mercado televisivo pode ser prejudicial à família brasileira por transmitir valores contraditórios à “moral e aos bons costumes” com o intuito do lucro acima de tudo: “nos países democráticos, os meios de comunicação de massa, quando pertencem à iniciativa privada, dedicam-se mais à propaganda como fonte de renda, menos à diversão e muito pouco à educação e à cultura.”⁶⁵

Debrucemo-nos agora em outro trabalho especial, dessa vez de 1975 e intitulado *Política e estratégia: 1975 – 1985: Família – a problemática do divórcio*. Esse documento difere um pouco dos outros analisados até aqui, pois o seu foco principal não é a televisão, mas sim a família em si, ou melhor “a problemática do divórcio”. O trabalho consiste em um acalorado texto repleto de citações defendendo ou condenando o divórcio⁶⁶. Conseguimos, porém, perceber uma clara intenção do autor em condenar o fim conjugal pela via jurídica. Nosso principal objetivo em trazer esse trabalho para a discussão seria o de pensar as representações de gênero contidas nas definições dos papéis sociais dentro da família. Com isso, pensamos sermos capazes de dialogar melhor com as fontes referentes à televisão e, a partir desse documento, de conseguir entender melhor a posição central que a instituição familiar tinha para o Regime.

Antes de começarmos a pensar o trabalho, contudo, sempre é pertinente marcamos como, mais uma vez, logo no título, fica evidente as perspectivas de futuro que a ESG fazia em sua metodologia. Os trabalhos de “política e estratégia” novamente apresentam projeções de

⁶⁵ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e estratégia – campo psicossocial**: formação da opinião pública. Considerando o decênio 66/75 e tendo em vista a conjuntura brasileira, formular para a década de 76/85, política e estratégias opcionais, 1976, p. 8.

⁶⁶ Em 1975 os debates sobre o divórcio estavam em pleno vigor, as disputas sobre o tema culminariam com a lei de 1977 que finalmente institucionalizaria o divórcio no Brasil. Como afirma Nichnig: “o ápice dessa desta transformação legislativa se deu através da Emenda Constitucional nº 9, de 1977, que alterou a Constituição de 1967, estabelecendo o divórcio no país, o que poderia ser feito após três anos de separação judicial. Da publicação da Emenda Constitucional até a promulgação da Lei do Divórcio, em 26 de dezembro de 1977, o debate se estendeu, mudando as regras que disciplinavam o relacionamento entre homens e mulheres no país, permitindo a ruptura do vínculo conjugal após três anos de separação judicial, o que possibilita a realização de um novo casamento após o divórcio”. NICHNIG, Cláudia Regina. Rompendo o laço: embates e debates em torno da Lei do Divórcio no Brasil. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena [organizadoras]. **As Mobilizações do Gênero na Ditadura Brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014, p. 216.

dez anos perante a sociedade brasileira. A relação da ESG com o tempo é única. Sempre planejado, sempre dentro de uma duração certa. Um dos caminhos para entendermos essa forma de perceber o contínuo é pensar o ensino militar como prática estratégica. As políticas públicas eram pensadas sob a ótica da longa duração e da perpetuação do poder nos círculos militares.

Assim, o trabalho especial define a instituição familiar:

Em sentido estrito, família é um grupo de pessoas composto de pais e filhos, apresentando uma certa unidade de relações jurídicas, tendo uma comunidade de nome, domicílio e nacionalidade e fortemente unida pela identidade de interesses e fins morais e materiais organizado sob a autoridade de um chefe (O paterfamilias).⁶⁷

Chama-nos a atenção como a família é estruturada ao redor de um “chefe”. O termo “paterfamilias”, destacado em parêntese, representa a autoridade do homem dentro da instituição familiar. É interessante perceber como a cultura militarizada da Escola também estruturou e hierarquizou as instituições sociais. Dessa forma, podemos pensar a representação do homem dentro dessa instituição, não só como aquele que detêm maior autoridade, mas como o ponto central de toda a organização familiar.⁶⁸

A estrutura da família, nessa representação, é construída por e para o homem. Scott, nos ajuda a entender as construções das relações de poder a partir dessas representações de gênero: “Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou acesso diferenciais e simbólicos) o gênero torna-se implicado na concepção e construção do próprio poder”.⁶⁹ Entendemos a Escola Superior de Guerra como um polo de produção dessas concepções e construções de poder por meio das relações de gênero. Os trabalhos pesquisados mobilizam essas relações nos discursos sobre a televisão, estabelecendo as “distribuições de poder” definidas por Scott.

Intriga-nos agora a relação do Estado com a família ou a relação construída na ESG acerca do suposto papel do Estado brasileiro perante a família. Os discursos oficiais da ditadura, como já discutido, pretendiam elencar e defender os “reais” valores da sociedade, entendemos

⁶⁷ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e estratégia: 1975 – 1985: Família – a problemática do divórcio.** 1975, p. 5.

⁶⁸ Barberot argumenta que a virilidade nas estruturas do patriarcado faz parte de um processo histórico de criação. Além disso, para o autor, existiria um caso específico relacionado a virilidade no meio militar, que imporia fortes relações de agressividade e hierarquia na convivência masculina. BARBEROT, Arnaud. **Não se nasce viril, torna-se viril.** In: CORBIN, Jean-Jacques (Org.). **História da virilidade. Vol. 3: a virilidade em crise?** Petrópolis: Vozes, 2013.

⁶⁹ SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila, Do original *Gender: An useful category of hystorical analyses*. Recife: S.O.S. Corpo, 1991, p. 88.

esse processo como uma tentativa de legitimação da ditadura. Um dos mais caros desses padrões era a família.

Assim, o Estado existe para ajudar a família na consecução das suas finalidades, por isso que a unidade elementar do Estado é a família. Esta é a célula mater da sociedade civil, o mais importante dos agrupamentos sociais, 'como convivência exigida pela própria natureza do homem para os atos da vida quotidiana', fonte inigualável e insubstituível de segurança do indivíduo.⁷⁰

Não só é o dever do Estado protegê-la, ele “existe para ajudar a família na consecução das suas finalidades”. A família é pensada como um núcleo de arregimentação social, como um instrumento ou aparelho de controle “quotidiano”. Pensamos aqui existir, para além da tentativa de legitimação já citada, um movimento de controle, “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”.⁷¹ Ela, a família, existe e deve ser protegida, pois sua estrutura hierarquizada disciplina os corpos para a disciplinarização da sociedade civil brasileira durante a ditadura. “A família deve conservar os seus valores, do seu nível moral, de sua solidez dependem o futuro, promissor ou não, da Pátria, da Igreja e de todos nós. Mas isso não se consegue senão a duras penas”.⁷²

Uma última problemática pode ser levantada ainda relativa a essa fonte. Na sua argumentação contra o direito ao divórcio, o autor utiliza algumas figuras conhecidas do nosso campo semântico: o padrasto e a madrasta.

Mas se os cônjuges se divorciam e contraem novos casamentos, os filhos perdem os cuidados contínuos de um dos genitores, e são levados a lares estranhos numa atmosfera deprimente de ódio da madrasta ou indiferença do padrasto, que lhes dificulta senão impede, a expansão dos bons sentimentos e moralmente os deforma.⁷³

Pensando essas duas categorias, podemos entender melhor as representações do ser mulher e ser homem construídas nos discursos da Escola. Enquanto a relação do homem com seu enteado seria de indiferença, a mulher demonstraria, necessariamente, ódio pela criança. Sabemos que essa associação é mais antiga do que a década de 1970, ou mesmo que o próprio século XX. Os alunos da ESG não criaram esses estereótipos, mas os utilizaram, conscientemente ou não, nas suas produções. Essa utilização está intrinsecamente ligada às

⁷⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e estratégia**: 1975 – 1985: Família – a problemática do divórcio. 1975, p. 6.

⁷¹ SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila, Do original *Gender: An useful category of historical analyses*. Recife: S.O.S. Corpo, 1991, p. 88.

⁷² BRASIL, *op. cit.*, p. 22

⁷³ *Ibid.* p. 12.

“concepções e construções do poder”. Simone de Beauvoir trabalha muito bem essa construção do feminino por meio da figura da madrasta:

Como as representações coletivas e, entre outros, os tipos sociais definem-se geralmente por pares de termos opostos, a ambivalência parecerá uma propriedade intrínseca do Eterno Feminino. A mãe santa tem como correlativo a madrasta cruel; a moça angélica, a virgem perversa: por isso ora se dirá que a Mãe é igual à Vida, ora que é igual à Morte, que toda virgem é puro espírito ou carne votada ao diabo.⁷⁴

Sobre a construção do outro, a autora discute esse arquétipo como uma das muitas representações do feminino.

Retornando para nossa relação entre essas representações de gênero e a televisão, utilizamos um trabalho especial de 1981. A mídia televisiva, como tecnologia, mercado e utilização cultural possui diferenças na década de 1980 se comparada aos anos 1970. No entanto, apesar dessas diacronias, percebemos uma sincronia referente as mobilizações do gênero pela ESG através dos discursos sobre a TV.

Como essa mensagem cobre a população em âmbito nacional, concretizando-se o descompasso entre seus códigos e a capacidade de decodificação das massas atingidas fora dos centros geradores. Pode um homem simples do interior brasileiro, que foi educado sob a palavra cristã da igreja, por exemplo, entender a fantasia de uma novela onde um dos personagens é bígamo e aceitado naturalmente pelos seus pares? Qual a postura do cidadão que luta pela subsistência de sua família, face ao conteúdo de opulência e desperdício da programação que o atinge? Como reage a família burguesa e patriarcal diante da família esfacelada que lhe é exibida na telenovela?⁷⁵

Percebemos, logo de início uma diacronia em relação as fontes dos anos 1970. A televisão já havia passado por uma certa popularização, apesar das desigualdades de distribuição ainda serem muito elevadas. Somente nesse panorama começa-se a pensar o “homem simples do interior” como um possível telespectador. Entretanto, continuamos com algumas representações características das diferenças entre os sexos. O homem é colocado como provedor de uma família patriarcal e monogâmica e a simples ideia do contato dessa realidade com outras diferentes é assustadora para o autor. Começamos aqui a pensar, dentro do debate de gênero, a construção de uma masculinidade nos discursos da Escola. Esse ponto será mais bem discutido no segundo capítulo.

⁷⁴ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014, p. 300.

⁷⁵ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Comunicação social, opinião pública e censura**. 1981.

Não conseguimos identificar o caso específico de telenovelas em que o personagem é “bígamo e aceitado naturalmente pelos seus pares”, porém, nos anos 1970 e início dos 1980, temos diversos casos de atrito entre os discursos oficiais da ditadura e as programações televisivas. Temos, por exemplo, a censura de *Selva de Pedra*⁷⁶, de 1972, em que a “proteção ao núcleo familiar, considerado como célula base da sociedade brasileira, é bastante recorrente na elaboração das justificativas em torno dos vetos”.⁷⁷ Emblemático também o caso de *Roque Santeiro*⁷⁸ que foi totalmente vetada para transmissão em televisão, ainda segundo Thiago de Sales Silva:

A proibição integral de “Roque Santeiro” simbolizava a expressão mais opulenta do exercício do poder censório, na operação de uma coação desmesurada aos elementos que, normalmente, destoavam e de alguma maneira ameaçavam a legitimidade e a autoridade do regime no campo da produção cultural.⁷⁹

Ainda se tem exemplos da programação televisiva fora do contexto das telenovelas. Os programas de auditório, como os diversos programas apresentados pelo *Chacrinha* no decorrer dos anos 1960 e 1970, também eram questão nos discursos oficiais da ditadura.

Um fato, porém, alentador, é que o *ethos* dos programas ao vivo da televisão brasileira, identificado, (...) como o grotesco, o caricatural, o cômico, e mesmo o monstruoso melhorou consideravelmente, seja por força da conscientização das emissoras e patrocinadores seja talvez pela pressão da opinião pública. Quem não se lembra dos programas – felizmente já erradicados – em que se promoviam desfiles de miseráveis, mesas-redondas de mendigos, temas de baixo espiritismo, curandeirismo e aberrações, casos de infelicidades amorosas, além do ato de jogar bacalhau no público? Esses programas já desapareceram em grande parte. E isso se deve a que, nos próprios veículos, programadores de bom senso insistiram e venceram essa fase primária da nossa TV.⁸⁰

Os programas humorísticos apresentam, em muitos casos, aspectos deseducativos, pondo em ridículo defeitos físicos, as pessoas idosas, a autoridade paterna e valores morais que devem ser preservados. A imitação ou apresentação de homossexuais, frases e gracejos maliciosos, de duplo sentido, por vezes até fesceninos, podem ser

⁷⁶ Escrita por Janete Clair e Dias Gomes e dirigida por Daniel Filho. A novela foi ao ar no horário das 20 horas do dia 10 de abril de 1972 até 23 de janeiro de 1973, totalizando 243 episódios.

⁷⁷ SILVA, Thiago de Sales. “**Espetáculo inconveniente para qualquer horário**”: a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016, p. 94.

⁷⁸ Escrita por Dias Gomes, a novela deveria ter sido exibida na programação da Rede Globo no dia 27 de agosto de 1975. Entretanto, devido aos vetos só viria a ser transmitida entre os dias 24 de junho de 1985 e 22 de fevereiro de 1986, totalizando 209 episódios.

⁷⁹ SILVA, *op cit.*, p. 82.

⁸⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Televisão e educação**. 1978. p, 83.

admissíveis no teatro ou no cinema em espetáculos dados como impróprios para menores, porém jamais na Televisão que entra no recesso dos lares.⁸¹

Chacrinha e seus bacalhaus também incomodava a ditadura. A representação, em rede nacional, de um Brasil que aceitava esse “grotesco” era inadmissível para os discursos oficiais da ditadura. Como se colocar representante de um povo que aceitava “o ato de jogar bacalhau no público”? A representação de sexualidades não normativas⁸² nos programas também era caracterizada como imoral e “fescenina”, devasso. A Rede Globo de Televisão, a partir dos processos de estabelecimento do “padrão globo de qualidade”⁸³, e constituída pelas pressões da censura, foi aos poucos encerrando esse tipo de *show* até atingir o atual formato dos programas de auditório da emissora.

Pensando a televisão como ferramenta capaz de atingir a família, por exemplo, os discursos da ESG foram construídos tendo uma preocupação com essa instituição. Entendemos aqui um processo de mobilização do gênero, de construção de categorias. Durante a análise das fontes, podemos perceber grande recorrência dessa associação, bem como a preocupação específica com certos membros da família, ou, pelo menos, com membros do que seria uma família tradicional elencada pela Doutrina.

Em reportagem publicada sobre a televisão brasileira, aparecida na edição inaugural da Revista Extra (dezembro de 1976), faz-se menção ao telespectador brasileiro médio: “pertence ao sexo feminino, tem mais de 30 anos, é casada, classe C e uma fatiazinha da D. É católica, vai ao cabeleireiro uma vez por mês. Faz as unhas em casa. Sábado a noite sai com o marido. Ela é quem compra tudo para o homem. É o fator determinante da vida familiar. Ela sofre todo impacto das transformações, da velocidade tecnológica, mas ainda está presa à casa, à família.” (...) O mesmo informante menciona então a estratégia para esse telespectador-massa: “6 da tarde, história juvenil, que faz lembrar o tempo das avós, o romantismo. Às 7 já entram problemas, gênero fotonovela. Às 8 é a catarse da vida dela, o dia-a-dia. Já às 10 é a literatura, onde a TV pode se soltar mais, fazer experiências.”⁸⁴

⁸¹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Modelo psicossocial brasileiro**: considerada conjuntura, formular, para a década de 1975/84, política e estratégias opcionais para a comunicação social. 1974. p, 56.

⁸² Para entender mais sobre as relações da ditadura e essas sexualidades não normativas Cf. VERAS, Elias. **Travestis: carne, tinta e papel**. Curitiba: Prismas, 2017.

⁸³ “A pressão política levou a Rede Globo internalizar a censura. [...] O aumento do controle sobre a programação levou a Globo a diminuir também a transmissão de programas ao vivo, cujo controle sobre o que seria exibido era evidentemente menor. A nova política levou ao cancelamento de um dos programas mais populares da televisão brasileira: *A Discoteca do Chacrinha*. [...] Nos anos 1970, em parte como resposta à demanda oficial por valores nacionais, e seguindo sua política interna de produzir programas com tecnologia avançada e bem-acabados, a emissora criou e difundiu o chamado 'padrão Globo de qualidade', um corpo de convenções formais que garantiu um estilo próprio às programações da emissora. Na grade que resultou dessas mudanças, a improvisação, a informalidade e o inesperado que a transmissão ao vivo permite diminuíram consideravelmente em favor da formalidade e padronização do acabamento.” HAMBURGUER, Esther. **O Brasil antenado**: A sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 35.

⁸⁴ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Televisão e educação**. 1978, p. 80.

Ao lermos a fonte acima, transcrição do já citado painel de 1978, podemos perceber, de certa forma, essa “criação” das massas no discurso. O “telespectador-massa”, a audiência da televisão brasileira, representado na fonte, é a mulher casada, de classe média e católica. Não pretendemos colocar em questão a veracidade dessa constatação registrada no documento, mesmo sabendo que tal exercício pode ser minimamente possível por meio de análise e de pesquisas de público da época, não é a isso que nos propomos. Pensamos, a partir dessa fonte, como os discursos da ESG sobre a televisão tentam elencar diferentes sujeitos dentro da população brasileira. Sujeitos que tem o seu papel para o desenvolvimento da nação e que são pensados como público da rede televisiva.

O ideal de mulher pode ser lido no documento como um sujeito ainda extremamente ligado à família, a “dona do lar” responsável por todos da casa e pelo bem-estar do marido no domicílio. Não só religiosa, mas especificamente católica e fortemente vulnerável ao “impacto das novas tecnologias”. Rezende⁸⁵ nos apresenta esse movimento de elencar os sujeitos da nação como uma das tentativas do regime de legitimar-se como democrático. Valores que já existiam na sociedade brasileira do século XX, como o próprio ideal de família e a religião católica, foram apropriados, universalizados e homogeneizados. A ditadura pretendia se justificar como democrática por defender esses valores.

A televisão é mostrada, de forma recorrente, como uma possível ameaça a esses sujeitos vulneráveis. Ao mostrar a questão do divórcio, por exemplo, atacava essa mulher como sujeito que deveria ser “fator determinante da vida familiar”. Ao pensarmos nos discursos da ESG sobre a televisão, percebemos uma preocupação latente da Escola com essa mídia. A TV como forma específica de tecnologia teria maior eficiência de influenciar os já citados sujeitos vulneráveis.

Segundo a interação social e segundo os conceitos dos cientistas sociais, existe em qualquer grupo social, uma minoria capaz e uma maioria incapaz, ou melhor, daqueles que pensam, têm ideias e os afilosóficos, ou seja, influenciadores e influenciados pelo grupo. Daí ser permissível acreditar que as regras de comportamento social (...) contribuição de uma minoria (que lidera, comanda ou dirige), por ideias, por gestos e atos e por afetividade.⁸⁶

⁸⁵ REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984.** Londrina: Editora UEL, 2001.

⁸⁶ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Comunicação social e segurança psicossocial.** 1974, p. 13.

Essa característica reconhecida pela Escola colocava a televisão no centro do debate de segurança e desenvolvimento promovido pela instituição. Era preciso pensar os usos dessa ferramenta para o bem do povo brasileiro e da própria Nação.

No painel de 1978, um jornalista e empresário do campo televisivo fez uma explanação sobre a empresa da qual fazia parte e ajudou a consolidar. José Bonifácio de Oliveira Sobrinho⁸⁷, um dos mais importantes produtores da Rede Globo de Televisão, participou de diversos encontros na ESG, promovendo um diálogo direto entre a empresa e a instituição. Podemos perceber na fala do professor Glaucio Carneiro um esboço da rede de programação televisiva, estrutura criada por Boni em 1969.⁸⁸

O professor da ESG fez referência à estrutura criada quase dez anos antes por Boni. Nosso objetivo com essa constatação não é somente notar as ligações entre o discurso da Escola e o mercado televisivo. Pensamos que essa construção discursiva está ao mesmo tempo respondendo e inquerindo a esse mercado. O texto da ESG se refere às questões do mercado sobre a grade de programação e pergunta para os leitores, alunos que assistiam ao painel, quais os benefícios ou malefícios da estrutura. Quando problematizamos os discursos da ESG sobre a televisão como um dos marcos fundantes da rede televisiva no Brasil, nos referimos, mas não somente, a essa relação de diálogo e tensão com o mercado.

2.2 “Difusão pornográfica e vulnerabilidade social”: o ataque à moral

Difusão pornográfica e vulnerabilidade social é o título de dois trabalhos da ESG de 1982. Depois das reformas no currículo de 1973⁸⁹, era dada à turma do Curso Superior de Guerra uma lista de temáticas trabalhadas nos períodos teóricos. Dentre essas temáticas era

⁸⁷ A Rede Globo teve uma relação única com o regime civil-militar que variava a depender do núcleo da empresa. Era muito próxima, por exemplo, quando tratamos do seu núcleo jornalístico, os jornais televisivos bem como o próprio impresso *O Globo*; existe apoio evidente ao regime. A relação torna-se um pouco mais conturbada quando analisamos o núcleo de cultura com muitos casos de censura em telenovelas e programas de auditório. Cf. SILVA, Thiago de Sales. “**Espetáculo inconveniente para qualquer horário**”: a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.

⁸⁸ Cf. GOULART, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (orgs). **História da televisão no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

⁸⁹ “O Trabalho Especial [...] consistia na elaboração de uma monografia sobre determinado tema distribuído pelo Departamento de Estudos a cada estagiário. Era, pois, um trabalho individual, considerado coletivo por formar um conjunto harmônico. A partir de 1973, com o Trabalho Especial, a ESG instituiu um sistema idêntico ao anterior, só que em grupo de três estagiários para cada tema. Os estagiários elaboravam sua monografia e o grupo um relatório resumido sobre o tema.” ARRUDA, Antônio de. **ESG – História de sua doutrina**. São Paulo: GRD: Brasília: INL, 1980, p. 9.

preciso escolher uma para que dela se produzisse as monografias, utilizadas nessa dissertação como fonte primária. No caso específico, *Difusão pornográfica e vulnerabilidade social* era o tema 27º do ano.

O segundo deles começa com o seguinte período: “Este nosso trabalho pretende fornecer alguns subsídios que permitam avaliar, com mais precisão e detalhes, o problema da difusão pornográfica como causa fundamental de vulnerabilidade social.”⁹⁰ Logo no início do trabalho é estabelecida uma relação de causa e consequência entre a “difusão pornográfica” e a “vulnerabilidade social”. Entender como os egressos da Escola Superior de Guerra pensam esses dois conceitos e, principalmente, como os relacionam diretamente com os projetos políticos sobre comunicação de massa e a televisão para o Brasil, pode nos ajudar a historicizar e problematizar a construção das “técnicas polimorfas de poder”.

Primeiramente, pensando a “difusão pornográfica”, entendemos que o termo pornografia é utilizado de forma específica nos trabalhos da ESG. Em um momento inicial, por exemplo, acreditávamos que os trabalhos fariam referência ao cinema brasileiro e suas produções de “porno-chanchadas” e da “Boca do lixo”⁹¹. Entretanto, ambos os trabalhos são focados especificamente na televisão como meio difusor dessa pornografia. Além disso, não existe nenhuma referência às produções cinematográficas que poderiam ser transmitidas pela televisão, por exemplo.

Pornografia era vista, então, com um sentido diferente ao da “indústria pornográfica” que se firmava nos anos 1970. Difere também da categoria histórica trabalha por Hunt:

Ela não constituía uma categoria de literatura ou de representação visual independente e distinta antes do início do século XIX. Se a considerarmos como representação explícita dos órgãos e das práticas sexuais para estimular sensações, então, até meados ou final do século XVIII, a pornografia era quase sempre algo além. Na Europa, entre 1500 e 1800, era mais frequentemente um veículo que usava o sexo para chocar e criticar as autoridades políticas e religiosas.⁹²

⁹⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Difusão pornográfica e vulnerabilidade social** – B. 1982.

⁹¹ “A Boca do Lixo foi um polo de produção cinematográfica, localizado no centro de São Paulo, que teve como elemento primordial de sua cinematografia a exposição de mulheres e o apelo ao erotismo e à pornografia em suas histórias. Tornou-se referência de uma indústria de cinema da cidade, de condições precárias, mas de alta produtividade: filmes de baixo orçamento e rotação rápida eram exibidos e, com o capital resultante, investia-se novamente em outros filmes, criando-se uma produção em cadeia. Produtores, diretores e um *star* system próprio assim sobreviveram ao longo de toda a década de 1970 e na primeira metade da década de 1980.” LAMAS, C. T. P. **Boca do lixo**: erotismo, pornografia e poder no cinema paulista durante a ditadura militar (1964 – 1987). Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo (USP), Escola de Comunicações e Artes. 2013, p. 12.

⁹² HUNT, Lynn [Organizadora]. **A invenção da pornografia**: obscenidades e as origens da modernidade. São Paulo: Hedra, 1999, p. 10.

A pornografia, nos trabalhos da ESG, está longe de ser, simplesmente “a representação explícita dos órgãos e das práticas sexuais para estimular sensações”. Pornográfico poderia ser uma única palavra no roteiro, ou decisões e ações feitas pelas personagens consideradas “ímorais”. Os textos da ESG se referem à “pornografia” em um caso específico na programação: as novelas.

Para entendermos melhor o caso da “pornografia” vista nas novelas, utilizamos o processo de censura de *Gabriela Cravo e Canela*, da Rede Globo de Televisão, exibida em 1975. Entendemos os processos de censura e os discursos da Escola Superior de Guerra como pertencentes a um mesmo local de produção de poder: os “discursos oficiais” da ditadura. Entendemos a ESG e o Departamento de Censura a Diversões Públicas (DCPD) como pertencentes a um mesmo campo de produção intelectual de uma burocracia militarizada do Estado brasileiro⁹³. Por isso utilizamos como exemplo o processo para entendermos as concepções do “pornográfico” nos trabalhos da Escola.

“A única restrição a ser feita, é referente só termo usado por Berto Leal, na fl. 14 do cap.12: No “script” consta “rapariga”, entretanto no “tape” foi proferida a palavra “quenga”, que no Nordeste tem o sentido pornográfico. Para a referida expressão solicitamos corte.”⁹⁴ O trecho foi retirado do parecer de censura feito no Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP) da Polícia Federal em Brasília no dia 23 de abril de 1975. É referente aos capítulos 11 e 12 da adaptação do romance de Jorge Amado, *Gabriela Cravo e Canela*, feita pela Rede Globo de Televisão, com roteiro de Walter Durst, lançada pela emissora no mesmo ano. O parecer da censura determinou que a palavra “quenga” não fosse utilizada na cena da novela e classificou os capítulos com proibição para menores de 16 anos, tendo sido realizado o corte indicado. No caso indicado, a mudança entre duas palavras que possuem o mesmo significado, dentro da forma coloquial da língua portuguesa, possui conotações “pornográficas”.

Na língua formal, porém, pode-se considerar, nos anos 1970, as palavras com significados distintos. No dicionário coordenado por Martins, temos os vocábulos indicados

⁹³ Cf. VIEIRA, Rafael de Farias. **Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional:** ou uma história da censura televisiva durante a ditadura militar (1964 – 1988). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016 e MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia:** a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963-1990). São Paulo: Editora UNESP, 2004.

⁹⁴ Parecer nº 2877 – 75. **Gabriela Cravo e Canela** – episódio 11 e 12. Fundo de Divisão de Censura e Diversões Públicas, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Seção: Censura Prévia, Série: Telenovelas, Subsérie: Telenovelas, Caixa 26. 1975.

como: “Quenga: 1. Espécie de vasilha feita com metade da casca (endocarpo) vazia de um coco-da-baía. 2. Guisado de galinha com quiabos. 3. Meretriz. 4. Coisa imprestável e inútil.”⁹⁵ Logo abaixo tem-se ainda explícito “quengada”, definido como “grupo de quengas ou prostitutas”⁹⁶. Sobre o vocábulo “rapariga”, entretanto, encontra-se: “1. Fem. de rapaz. 2. Mulher nova; moça. 3. Mulher no início da adolescência. 4. Moça do campo; moça rústica.”⁹⁷; já no coletivo, “raparigada”, é encontrado apenas “grupo de raparigas”⁹⁸. Percebe-se, na língua formal, uma diferença entre as expressões. Apenas se pode supor que essa discrepância de sentido seguiu a mesma linha de raciocínio do censor para ter como aceitável a primeira palavra e não a segunda, utilizada de fato na cena antes do corte.

Começa-se a entender, então, o quão sutil poderia ser, para os discursos oficiais da ditadura, a “pornografia”, o ato que atenta à moral. Retornando para as fontes da ESG, temos explícito o primeiro local de onde poderia ser encontrada essa “pornografia” na televisão:

No evento da Televisão – em novela mais precisamente – o aspecto socialmente reprovável, a falta de caráter o comportamento amoral, se processa por uma infinidade de capítulos, e é quase certo que ao final, a punição social sobrevenha castigando o imoral; contudo, este já esbanjou simpatia, captando vários defensores, ou mesmo sendo admitido por determinado segmento da comunidade como tendo um comportamento aceitável. No Teatro tal espaço de tempo não ocorre, toda a problemática se desenvolve no período máximo de pouco mais de duas horas.⁹⁹

A pornografia, portanto, é entendida não necessariamente, embora também o seja, como representação direta dos órgãos genitais e das relações sexuais, mas sim como ações que contradizem o padrão de moralidade estabelecido pelos polos produtores de discursos oficiais da ditadura. Tem-se ainda uma marcante diferença entre a televisão e as outras formas de produção cultural, como o teatro e mesmo o cinema. Por estar no cotidiano da sua audiência, para os egressos da ESG, a TV teria um impacto diferente, já que todos os dias as pessoas entram em contato com aquelas personagens, principalmente no caso das novelas. Aqui está uma das ligações entre a difusão pornográfica e a vulnerabilidade social construída na Escola.

Tentamos pensar, ainda a partir do caso da Rede Globo de Televisão, as programações, as quais os trabalhos do tema *Difusão pornográfica e vulnerabilidade social* se referem. O trabalho foi escrito em 1982, se pensarmos um recorte de apenas três anos, a partir

⁹⁵ MARTINS, Francisco. **Grane dicionário brasileiro melhoramentos**. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1975, p. 760.

⁹⁶ *Ibid.* p. 760.

⁹⁷ *Ibid.* p. 773.

⁹⁸ *Ibid.* p. 773.

⁹⁹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Difusão pornográfica e vulnerabilidade social** - A. 1982, p. 23.

de 1979 até a produção, teríamos um extenso leque de exemplos de novelas do canal que foram alvos da censura e poderiam ter estado no universo de sentido dos autores dos trabalhos.

Em 1979 temos, por exemplo, *Malu Mulher*, de Armando Costa, o enredo acompanha a personagem Maria Lúcia (Malu), interpretada por Regina Duarte, que, após ter passado por um processo de divórcio, tenta seguir com sua vida de forma independente, inclusive se relacionando com outro homem. A produção trata de temas “tabus” para a época e que foram alvo da censura por serem considerados “ataque a moral”, e facilmente seriam caracterizados como “pornografia” pela ESG. São eles: a utilização da pílula anticoncepcional¹⁰⁰ por uma mulher solteira e a relação sexual de uma mulher divorciada com outro homem. Em *Água Viva*, escrita por Gilberto Braga e Manoel Carlos, e transmitida em 1980, tem-se a “disputa” de dois irmãos pela mesma mulher. A novela é alvo da censura por apresentar cenas, segundo os pareceres¹⁰¹, explícitas de sexo.

Esses exemplos de “pornografia” poderiam ser tolerados em mídias como o cinema ou o teatro, porém, são alvos da censura e de críticas da ESG quando expostos na televisão. A “difusão pornográfica” pelo “tubo de raios catódicos” tem uma especificidade de acordo com os discursos da Escola. Faz-se necessário pensar um pouco mais sobre a utilização peculiar do termo difusão nos trabalhos da Escola.

A Televisão é o próprio representante essencial de uma sociedade dentro dos lares dos indivíduos. Anote-se aqui, que esse representante da sociedade entra sem bater na casa do telespectador, é admitido como um íntimo, mas sua estada é essencialmente passiva (...). A imagem luminosa é unidirecional: nós a vemos, mas não falamos com ela. Aí está toda a diferença, fundamentalmente, entre difusão e comunicação propriamente dita, assinalada ao nível da vida cotidiana. Destarte, o mito dinâmico da cultura televisiva está longe de ser o da janela aberta para o mundo, tão decantado por nossos poetas, pois é impossível nos debruçarmos a essa janela. A cultura televisiva será, isso sim, “periscópio do indivíduo dentro do oceano do social”, servindo para reforçar a ideia de uma concha provida desse periscópio.¹⁰²

¹⁰⁰ Como afirma Duarte, a pílula na imprensa e na mídia até o final dos anos 1970 era vista muito mais como controle de natalidade dentro do casamento: “Não se discutiam as possibilidades de liberdade e autonomia sexual representada pelo novo produto na vida das mulheres. A pílula, para *Cláudia*, era artigo voltado para casais que desejassem um maior controle sobre o número de filhos. A revista combatia inclusive o que seria o desvirtuamento da finalidade da pílula, isto é, seu uso por mulheres solteiras, uma verdadeira ‘ameaça aos bons costumes’”. DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Carmem da silva**: o feminismo da imprensa brasileira. Fortaleza: Expressão gráfica e Editoria, 2005, p. 27.

¹⁰¹ Cf. SILVA, Gabriela Nascimento. “**Sugerimos o Corte**”: as censuras das telenovelas *Dancin' Days* e *Água Viva* em tempos de Estado Autoritário (1978-1980). Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2018.

¹⁰² BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Difusão pornográfica e vulnerabilidade social** - A. 1982, p. 21.

Começa-se a compreender a “difusão pornográfica” como fundamentalmente ligada à TV. A partir do texto anterior, entende-se que a relação entre a divulgação dessa pornografia e as “vulnerabilidades sociais” tem contexto definido na televisão. Nesse sentido, várias questões são expostas para caracterizar essa ligação: temos o senso comum da época, difundido pelas teorias de Marshall McLuhan¹⁰³, de que a televisão é um meio que causa extrema passividade ao espectador; a figura da mídia televisiva como um aparelho localizado dentro dos lares brasileiros; e a suposta distorção da realidade que a TV provocaria. Difusão aqui é diferente de comunicação, por implicar uma sistemática e cotidiana “transmissão” de ideias para a população vulnerável.

O periscópio referido no trecho anterior consiste em um instrumento ótico, utilizado principalmente em submarinos, feito a partir de um jogo de espelhos que permite ao marinheiro observar a superfície da água enquanto está em submersão. O autor faz um paralelo entre a televisão como “janela para o mundo” e o periscópio. Em vez de se debruçar sobre a realidade, o telespectador teria acesso a ela a partir de distorções. Isso nos remete aos textos de McLuhan, os quais trabalharemos no segundo capítulo, sobre as capacidades da TV de envolver e “submergir” o indivíduo.

Ainda em torno da Televisão, comparando-se com o Teatro, podemos fazer os seguintes comentários: a televisão penetra no recesso do lar a qualquer hora, o Teatro não, vai-se a ele; o indivíduo, ao ligar o aparelho de Televisão, por estar em casa, normalmente está inteiramente à vontade (indumentária mental), psicologicamente relaxado, ocasião em que capta mensagens com maior facilidade; no que diz respeito ao Teatro, ele vai com uma armadura (aspecto psicológico), ou seja: roupa adequada, possivelmente leu uma crítica, examinou o autor, artista, etc.¹⁰⁴

A difusão está ligada, então, à televisão, ao cotidiano e ao espaço do lar. A vulnerabilidade social alegada pelos trabalhos é referente aos perigos da TV sobre os lares e as famílias brasileiras. A face mais vulnerável, segundo os discursos da ESG, da sociedade, perante os perigos da TV, seria assim a família; que possuía, ao mesmo tempo, grande destaque dentro dos conceitos de sociedade desenvolvidos na Escola:

¹⁰³ Teórico sobre os estudos de comunicação social a partir dos anos 1960. Suas produções foram uma das maiores referências da ESG sobre os meios de comunicação de massa. Entre os seus textos tem-se dois citados nos trabalhos da Escola: *Os meios de comunicação como extensão do homem*; e *Os meios são as mensagens*. O primeiro foi encontrado em praticamente todos os trabalhos analisados sendo citado de forma literal no texto, aparecendo na bibliografia ou sendo parafraseado.

¹⁰⁴ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Difusão pornográfica e vulnerabilidade social** - A. 1982, p. 20.

“Célula mater” da sociedade, instituição conservadora por excelência, e, necessariamente, alicerce dos padrões sócio-culturais de um povo. A Família é um dos grupos primários da sociedade, estando envolvida nas relações face a face.¹⁰⁵

Classificada como um dos “grupos primários” de uma sociedade, além de ser colocada como alicerce da cultura, a família é pensada como “conservadora por excelência”. A partir do trecho, pode-se começar a pensar qual tipo de família os egressos da ESG pensam e produzem discursos sobre. As relações de poder são produzidas na instituição significando um ideal específico de organização familiar. Os trabalhos referentes ao tema da *Difusão pornográfica e vulnerabilidade social*, são, porém, ainda mais específicos na classificação dessa família:

O casamento é a instituição sancionada pelas sociedades para estabelecer vínculos duradouros entre homens e mulheres, permitindo as relações sexuais para os fins implícitos da procriação e estabelecimento de uma família. A família é a instituição primária das sociedades. (...) A estabilidade da família é preocupação maior das sociedades.¹⁰⁶

O texto caracteriza a família como resultado indissociável da instituição do casamento. Além disso, estabelece o casamento como a união entre homens e mulheres, que só assim poderiam ter relações sexuais com fins reprodutivos. Estabelecendo o conceito, o texto ainda coloca que sua estabilidade deve ser uma das maiores preocupações da sociedade. A censura às novelas, e o próprio projeto político sobre os meios de comunicação de massa, em específico a televisão, têm como uma das questões centrais a pretensão de estabilidade desse tipo de família construída nos discursos da ESG.

Constrói-se, então, as relações entre a difusão da pornografia, a vulnerabilidade social, e suas implicações, e a televisão:

Poder-se-á, facilmente, deduzir a importância da televisão na Sociedade Brasileira atual. Sua penetração em inúmeros lares brasileiros está criando uma plateia passiva que aceita – em grande número – seus dogmas como verdadeiros, na impossibilidade do diálogo com o transmissor.¹⁰⁷

Essa tecnologia teria a capacidade de tornar seus espectadores passivos às ideias transmitidas. No próximo capítulo, discutiremos as percepções da televisão como tecnologia nos anos 1970 e 1980, para a ESG. Entretanto, aqui trabalhamos as perspectivas da ameaça, a televisão que invade os lares e que estaria pronta para destruir a família brasileira. Dentro da

¹⁰⁵ *Ibid*, p. 8.

¹⁰⁶ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Difusão pornográfica e vulnerabilidade social** - B. 1982, p. 13.

¹⁰⁷ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Difusão pornográfica e vulnerabilidade social** - A. 1982, p. 2.

concepção de vulnerabilidade social, construída nos trabalhos da ESG, são colocadas também ações para remediar essa vulnerabilidade. A metodologia da Escola é pautada sempre na prerrogativa da proposição. Os egressos não só faziam análises de conjuntura sobre o Brasil, mas propunham políticas públicas ou planos de ação para o Estado.

Vale ressaltar que nem sempre essas propostas eram necessariamente convertidas em ações concretas, mas que de uma forma ou de outra elas faziam parte das múltiplas formas de construção do poder, dos processos de legitimação da ditadura e de seus projetos políticos.

As instituições familiares, a par de suas funções procriativas e econômica, atuam, decisivamente, na formação psicológica que é a responsável direta pelo equilíbrio emocional e afetivo das pessoas, tanto adultos quanto crianças, além de fator agregativo[sic] e de fortalecimento da Solidariedade humana; quando esta função não é bem desempenhada, o resultado é o enfraquecimento dos laços que unem as instituições familiares e, conseqüentemente, o desmoronamento da Sociedade como um todo, com o aparecimento natural de conflitos e fugas das quais a pornografia é a mais comum.¹⁰⁸

O trecho anterior encontra-se na sessão do trabalho de 1982, intitulada *Ações estratégicas de combate à difusão pornográfica*¹⁰⁹. Trata-se do último capítulo do trabalho da ESG, logo anterior a uma conclusão, e é focado nessas estratégias contra a ameaça à moral da família brasileira. No texto, podemos perceber a ligação direta, construída em larga escala na Escola, da estrutura familiar com as estruturas do Estado brasileiro. Na conclusão do texto, tem-se ainda sobre a pornografia: “ela se constitui, obviamente, em uma vulnerabilidade perigosa, pois uma Nação sem uma estrutura ética e moral conveniente terá sérios e incontáveis problemas na consecução dos seus objetivos.”¹¹⁰ Procurando entender os processos de inteligibilidade nos textos da ESG, e em outros discursos oficiais da ditadura, como os pareceres de censura, tentamos perceber o que poderia representar, efetivamente, esses abalos na estrutura familiar, sempre tão citados nos documentos.

A sociedade brasileira passava por muitas mudanças no começo da década de 1980, como visto com o exemplo de *Malu Mulher*, os debates sobre a sexualidade e a autonomia da mulher começavam a ganhar força; bem como a inserção de certa parcela da população feminina no mercado de trabalho¹¹¹. Os discursos oficiais da ditadura, que se apoiavam nos

¹⁰⁸ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Difusão pornográfica e vulnerabilidade social** - B. 1982, p. 22.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 21.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 28.

¹¹¹ Segundo Guedes, a partir de estudos sobre os censos do IBGE de 1970 e 1980, as diferenças entre a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho passam de 71,8% para os homens e 18,5% para as mulheres, no ano de 1970, para 72,40% e 26,6%, respectivamente, em 1980. Apesar de ainda representar uma grande

ideais conservadores do regime, ao mesmo tempo em que construía esses valores, eram também constituídos por eles, na medida em que tentavam de várias formas, conscientemente ou não, barrar essas discussões:

Nota-se, como em todas as instituições sociais, a presença da mudança. Há toda uma instabilidade sentida na Família que tende a projetar-se em toda a vida social. Moral, costumes, valores sofrem alterações. A estrutura familiar é abalada pelo poder econômico; pela independência da mulher, [...] pelo pouco tempo que a família pode permanecer unida, face aos seus compromissos profissionais e sociais.¹¹²

A vulnerabilidade social apresentada nos trabalhos seria também referente a essas mudanças e atritos entre as pretensões do que seria uma família ideal, construídas pelos discursos da ditadura, e por outros campos da sociedade, como a mídia televisiva. Dentro dessa relação de ameaça da televisão, os trabalhos da ESG propõem formas de tentar blindar essas instituições:

O controle social é necessário à estabilidade das sociedades, por causa da variabilidade humana e das diferenças nas influências ambientais. É principalmente conseguido pelo treino, mediante o qual as aspirações propósitos, valores e normas da sociedade são internalizados pelos membros da sociedade; e pelas restrições, mediante as quais as sociedades induzem à conformidade pela renúncia ou a retirada de valores. Para implementar o treino e a restrição, a sociedade emprega numerosas técnicas de persuasão e dissuasão.¹¹³

Tendo trabalhado toda a relação entre as vulnerabilidades sociais e a difusão da pornografia, o texto da ESG coloca, assim, a necessidade do “controle social”. São colocadas formas de “internalização” dos valores pelos membros de uma sociedade e, para isso, deveriam ser empregadas técnicas de “persuasão e dissuasão”. Nesse sentido, os trabalhos da Escola, durante todo o período estudado, pautaram a censura como forma direta de interferência do Estado. Foram levantados debates sobre a pretensão de legitimidade do regime baseados em um ideal de democracia, que seria ligada à liberdade de imprensa, e a censura realizada de forma

discrepância, os quase 9% de crescimento, em uma década, da participação feminina no mercado de trabalho são uma mudança significativa na sociedade brasileira. Cf. GUEDES, Moema de Castro; ALVES, José Eustáquio Diniz. A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000: particularidades do grupo com nível universitário. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14, Caxambú, MG. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais** (online), Caxambu, ABEP, 2004, p. 3. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/34/showToc>. Acesso em: 26 de julho de 2019 às 22 horas.

¹¹² BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Difusão pornográfica e vulnerabilidade social** - A. 1982, p. 9.

¹¹³ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Difusão pornográfica e vulnerabilidade social** - B. 1982, p. 16.

explícita pelos aparelhos do Estado. Entendemos os trabalhos da ESG também como uma tentativa de legitimação dessas “técnicas de persuasão e dissuasão”.

2.3 O Complô: a “ameaça comunista” e a televisão

O anticomunismo no Brasil possui raízes ainda anteriores à Segunda Guerra Mundial. Segundo Motta, pode-se datar o seu surgimento com a Revolução de 1917.¹¹⁴ O autor define, porém, dois grandes momentos em que o anticomunismo teve um surto de crescimento significativo, marcando forte presença na sociedade civil, nos militares e no Estado.

O primeiro seria o Estado Novo de Vargas (1937 – 1946), em que ocorrera uma caçada indiscriminada aos políticos e militantes do PCB, resultando em casos deploráveis como o da extradição de Olga Benário Prestes¹¹⁵ para a Alemanha nazista. Já o segundo grande surto, conforme o autor, ocorrera em conjunturas muito diferentes. Na primeira metade dos anos 1960, o Brasil presenciaria novamente uma grande onda anticomunista que seria protagonista no golpe de 1964. A ditadura se firmou primeiro como golpe/revolução[sic] e depois como regime a partir, dentre outros fatores, desse anticomunismo.

Devemos entender essa angústia e clima de medo a partir das relações sociais nas perspectivas da Guerra Fria e no breve Século XX¹¹⁶. A criação da Escola Superior de Guerra está relacionada com essa conjuntura, tendo influência direta dos EUA nos seus primeiros anos de funcionamento. Como afirma Arruda:

Mas um fato novo veio alterar completamente os objetivos pretendidos. Foi a viagem que, em 1948, o General CÉSAR OBINO, então chefe do Estado-Maior Geral (depois EMFA), fez aos Estados Unidos. Diz a tradição oral da Escola que, visitando o *National War College*, o General OBINO dissera que, no Brasil, se estava também implantando uma Escola semelhante. E os americanos muito gentilmente – estávamos em plena Política de Boa Vizinhança – ofereceram uma Missão Militar para apoiar a implantação da nossa Escola, o que foi aceito.¹¹⁷

¹¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002, p. 1.

¹¹⁵ Cf. PRESTES, Anita Leocadia. **Olga Benário Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

¹¹⁶ “Como iremos compreender o Breve Século XX, ou seja, os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS quem como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milênio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século XX. Contudo, não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e outra nova começou.” HOBBSBAWN, Eric, J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.

¹¹⁷ ARRUDA, Antônio de. **ESG – História de sua doutrina**. São Paulo: GRD: Brasília: INL, 1980, p. 1.

Sob influência da “política de boa vizinhança”, a Escola era anticomunista e alinhada com o bloco capitalista no seu cerne. O “perigo vermelho” estava à espreita e era dever dos egressos da Escola defender a população brasileira contra a ameaça soviética.

Sob a ação forte do Governo Revolucionário, os agentes da subversão comunista em ação no país tiveram que mudar de estratégia. A ação direta deu lugar à ação indireta e subreptícia, dirigida aos fundamentos da sociedade. A família, a religião, a ética, os costumes, as tradições, as escolas, o trabalho passaram a ser o campo da ação subversiva. O processo de destruição de valores consagrados, a ridicularização dos costumes, tradições e crenças, a exploração do sexo e do erotismo, a difusão de drogas no meio estudantil, especialmente no ciclo secundário, mais vulnerável, o fomento de insatisfações no meio operário, e finalmente a infiltração de elementos subversivos no seio de comunicação de massa, foram as principais ações da subversão vermelha no Brasil, após a Revolução. O governo, empregando os recursos disponíveis, formulou ações estratégicas para combater a guerra revolucionária, porém, em todo tempo, sua grande vulnerabilidade sempre foi a opinião pública.¹¹⁸

Vemos, mais uma vez, a família, os costumes e tradições em posição de fragilidade, bem como a “exploração do sexo e do erotismo”, e da “vulnerável” juventude. Uma grande questão era a de que a “subversão vermelha” pudesse se infiltrar nas programações pelo País e, assim, fosse aos poucos minando essas instituições tão caras para o Regime.

Uma das principais funções da ESG era presar pela “Segurança Nacional” do país. Dentro disso, grande atenção era dada às diversas possibilidades da “ameaça comunista” à população brasileira. Os meios de comunicação de massa, em especial, a televisão, poderiam ser, assim, possíveis alvos da “ação indireta e subreptícia” dos “agentes da subversão comunista”. A televisão, por ser considerada o meio de comunicação de massa com maior “penetração” nos lares brasileiros, era vista como um dos principais alvos dessas estratégias comunistas. A partir dela, de acordo com os discursos da ESG, pretendia-se minar a opinião pública do brasileiro sobre o regime.

A época é propícia para aqueles que desejam subverter a ordem e as instituições, ainda mais que os meios de comunicação de massa acham-se poluídos com elementos comunistas. As ações governamentais têm sido de identificação e observação desses elementos. Para a ativação e captação da opinião pública, a televisão tem sido usada em larga medida.¹¹⁹

¹¹⁸ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e estratégia – campo psicossocial**: formação da opinião pública – Antônio Luiz V. do Couto. Considerando o decênio 66/75 e tendo em vista a conjuntura brasileira, formular para a década de 76/85, política e estratégias opcionais. 1976, p. 24.

¹¹⁹ *Ibid.* p. 27.

Dentro do nosso recorte, é identificável as relações entre o anticomunismo na Ditadura Civil-Militar e a televisão. O alerta para com os meios de comunicação era também um chamado contra a possível infiltração bolchevique.

Perigo permanente é a ação dos grupos minoritários criadores ou estimuladores de dissensos artificiais, para gerar a intranquilidade social propícia à consecução de seus objetivos. As tensões normais ocorrentes nos países em desenvolvimento são campo fértil para semelhantes explorações, mormente quando os aspectos psicossociais estão debilitados e incapazes de uma repulsa imediata e vigorosa a essas manifestações anti-patrióticas. Tais premissas mostram claramente, que a atuação da imprensa envolve áreas de suma delicadeza para a Segurança.¹²⁰

A ligação entre a imprensa e a segurança nacional mostra-se também por meio dessa preocupação contra o “inimigo comunista”. Diversos trabalhos da ESG, vistos até aqui, constroem essa relação. Temos a opinião pública como fator de interação entre governo e a sociedade e como medida de legitimidade do regime. A percepção de que a sociedade é formada, dentre outros fatores, pelas informações “transmitidas” pelos meios de comunicação de massa coloca o risco de deixá-la exposta aos “grupos minoritários”.

No campo internacional, a propaganda adversa tem visado forte campanha contra o Brasil, utilizando os meios de comunicação de vários países, principalmente da Europa e nos Estados Unidos – jornais, revistas e televisão – tentando contaminar a opinião pública internacional, mostrando o Brasil como possuidor de um governo desumano e autoritário, através de mentiras e calúnias que vão desde o anúncio de extermínio em massa de índios, atrocidades policiais contra presos políticos, “Esquadrão da Morte” como instituição oficial política de direita, etc. Tal campanha se origina de brasileiros banidos do território nacional, por serem subversivos e terroristas indesejáveis, e também, por alguns membros do clero, como o Bispo D. Helder Câmara, desejoso este de publicidade em torno de seu nome.¹²¹

A criação e estimulação de “dissensos artificiais” seria uma das estratégias adotadas por esses grupos, segundo a ótica da Escola. Como polo produtor de discursos oficiais da ditadura, os egressos da ESG possuíam a preocupação em construir uma narrativa o mais homogênea possível para as relações sociais e para a história do Brasil. A estratégia era a seguinte: o regime procurava se legitimar por pretender-se como defensor dos verdadeiros valores da nação brasileira. O patriarcado, a religião cristã, em específico a católica, a “família

¹²⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Examinar o problema da concentração do controle dos meios de comunicação, em face da liberdade de imprensa e do direito de polícia do Estado, tendo em vista sua repercussão sobre a segurança pública.** 1968, p. 19.

¹²¹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Estudar as influências, políticas e psicossociais, desfavoráveis à consecução da política nacional de segurança** – utilização dos meios de comunicação social, internos e externos. 1971, p. 24.

tradicional brasileira”, valores que já existiam na sociedade antes do golpe, como o próprio anticomunismo, mas que foram apropriados pelo regime. A tentativa de homogeneização e universalização destes valores fazia parte de uma das maiores estratégias de legitimação do golpe de 1964 e da ditadura.

A propaganda ideológica que sofre o Brasil tem sua origem no exterior, sob o comando do M.C.I [Movimento comunista internacional], atingindo nosso campo interno e também o internacional, procurando neste propagar uma falsa e negativa imagem de nosso país. Internamente, ela é difundida por líderes já contaminados pelo vírus da ideologia e procura, usando todos os meios imagináveis, propagar diretamente o comunismo, ou pelo menos, deteriorar o lastro moral e espiritual do povo para que este, se não o apoia, pelo menos, não o possa combater em caso de eclosão do movimento revolucionário em fase de tomada do Poder.¹²²

Outra estratégia de legitimação seria a “construção do inimigo”¹²³. Como uma das bases de pretensões de legitimidade da ditadura, estaria a utilização do anticomunismo já existente na cultura brasileira para determinar os inimigos e os defensores do Brasil. Os comunistas seriam, assim, motivo de medo e repulsa não só por ameaçarem o governo militar, mas também por ameaçarem os valores que esse governo defendia. Valores estes que, supostamente, representavam a maior parte da sociedade brasileira. Todos os campos da sociedade estariam vulneráveis à infiltração vermelha, mas os discursos na ESG entendiam os meios de comunicação de massa como um ramo extremamente vulnerável nesse aspecto.

Pensemos um trabalho de 1975 intitulado, *As esquerdas nos veículos de comunicação social: infiltração ou dominação*:

Dentro dessa ordem de ideias, as esquerdas, em suas tentativas de domínio do Poder, utilizam habilmente os veículos de comunicação social, com o objetivo de conduzir a opinião pública, modificando em favor da ideologia, a opinião do indivíduo e da comunidade. Realmente não será possível dominar um país onde a opinião pública esclarecida seja a força que anima a eficiência da administração em busca dos Objetivos Nacionais. (...) Deste modo, os meios de comunicação social como a Imprensa, a Televisão, o Cinema, o Rádio, a Escola, e tantos outros, são utilizados para a infiltração da ideologia, divisão dos grupos sociais, desmoralização das instituições e posterior dominação do Poder.¹²⁴

¹²² BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Estudar as influências, políticas e psicossociais, desfavoráveis à consecução da política nacional de segurança** – utilização dos meios de comunicação social, internos e externos. 1971, p. 45.

¹²³ Cf. ECO, Humberto. **Construir o inimigo e outros escritos ocasionais**. Lisboa: editora grávida. 2011.

¹²⁴ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As esquerdas nos veículos de comunicação social: Infiltração ou Dominação**. 1975, p. 5.

O documento é um escrito de vinte e cinco páginas em que o autor tenta mostrar os perigos da infiltração comunista nos meios de comunicação por meio de textos da própria esquerda. Logo no início do trabalho, são citados discursos de Lenin, Kruschev e Ponomarov¹²⁵; também são citados discursos de Stalin, já como governante da URSS; e os Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844 de Carl Marx. É bastante peculiar ter acesso a um documento que extrapola as tradições teóricas da ESG. Entretanto, o documento também parte de inúmeros outros trabalhos da própria Escola, seu discurso percorre as mesmas linhas de inteligibilidade conservadoras e militares da instituição.

O documento não utiliza de nenhum exemplo específico quando trata da “infiltração das esquerdas” nos veículos de comunicação de massa e da televisão. Podemos supor, entretanto, que existiam situações concretas sob as quais o trabalho fora pensado. Nos anos 1960 e 1970, diversos dramaturgos vinculados ao partido comunista e às esquerdas começaram a trabalhar na televisão brasileira. Utilizando-nos somente do caso da Rede Globo de Televisão, temos os exemplos de Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha), Armando Costa e Paulo Pontes, que foram responsáveis pelo programa *A Grande Família* exibido em sua versão original na emissora entre 1972 e 1975¹²⁶. Dias Gomes, com novelas como *Rock Santeiro* de 1975, também é outro exemplo de um intelectual de esquerda que trabalhou na emissora.¹²⁷

Temos novamente o estímulo dos dissensos, aqui representados pela “divisão dos grupos sociais” como uma das estratégias das “esquerdas”. As tentativas de legitimação do regime por meio da escolha dos valores da nação não se resolvem em si mesma. Os princípios morais não são universais, não representam de forma alguma a multiplicidade da sociedade brasileira. Existe uma tentativa de universalização que não logra êxito, devido às transformações sociais dos anos 1960 e 1970, mas também pela impossibilidade de homogeneização das relações sociais.

¹²⁵ “Desejamos, particularmente, que o adocicado meloso das frases democrático-revolucionárias se meschem com doses de vinagre e bilis... - Teses de Abril, publicado no Pravda em 20 de Abril de 1917, Lenin. A imprensa é a arma mais poderosa e eficaz que possuímos. - Nikita Kruschev, no Pravda de 1º de fevereiro de 1959. O papel dos meios de comunicação na luta social e política de hoje ampliou-se a um ponto sem paralelo nas revoluções passadas. A experiência chilena mostra que, para a vitória ser alcançada, torna-se essencial privar o inimigo de classe dos meios de propaganda e de comunicação de massa. - Boris Ponomarov, Secretário do CC no PCUS, Agosto de 1974.” *Ibid.* p. 3.

¹²⁶ Cf. SILVA, Roberta Alves. *A Grande Família: intelectuais de esquerda, Rede Globo e censura durante a ditadura militar (1973 – 1975)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2015.

¹²⁷ Cf. SILVA, Thiago de Sales. “**Espectáculo inconveniente para qualquer horário**”: a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.

Utilizemos da metáfora do magma¹²⁸, como aquilo que escorre com uma força intangível, uma cultura não pode ser definida em caixas ou compartimentos. Os discursos oficiais tentaram tornar o Brasil dos anos 1970 no “país do futebol” ou no “país do milagre econômico”. Entretanto, os anos do “milagre” também foram os anos de chumbo¹²⁹, o “país do futebol” passaria 24 anos sem ganhar novamente a Copa do Mundo. Os ideais de família patriarcal, centrada na figura do homem como provedor do lar, difundidos pelos discursos da ESG, também não seriam abarcados. A família nuclear patriarcal seria somente uma realidade nas classes altas, o cotidiano das classes trabalhadoras era e é permeado por mães que sustentam sozinhas seus lares.

Homogeneizar a sociedade brasileira seria como tentar aprisionar o magma com toda a regulamentação do Estado, por meio das leis de censura, dos Atos Institucionais, da propaganda e das reformas na educação. A sociedade, no entanto, continuaria heterogênea. A família brasileira seria assim composta de marido, mulher e filhos felizes; se esses ideais não correspondessem com a realidade do brasileiro a resposta seria simples: a família está sendo ameaçada pelos inimigos da nação. A construção da ameaça seria a tentativa de legitimar essas diferenças dentro da lógica do discurso do Estado. O “inimigo vermelho” seria assim mobilizado como justificativa para a existência dessas diferenças.

As ações do comunismo internacional, grandemente favorecidas pelas dificuldades econômicas e pelo clima de expectativa reinante no campo político, estão sendo dirigidas especialmente para a subversão de valores. A opinião pública, nas circunstâncias atuais, pode ser facilmente confundida.¹³⁰

Lembremos também a conjuntura da Guerra Fria na segunda metade do século XX. As políticas internacionais e nacionais do Estado brasileiro na Ditadura Civil-Militar estavam também envoltas no horizonte de expectativas característico desse momento histórico. Por ser um conceito abrangente, diz respeito às diferentes circunstâncias do século XX, como por exemplo, a Guerra Fria, que mudou durante o desenrolar da Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã, o teste da bomba de hidrogênio e o governo Reagan. Nosso recorte temporal referente aos trabalhos selecionados da ESG é bastante abrangente, de 1968 a 1985, período em que

¹²⁸ Cf. CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹²⁹ Cf. CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

¹³⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e estratégia – campo psicossocial: formação da opinião pública**. Considerando o decênio 66/75 e tendo em vista a conjuntura brasileira, formular para a década de 76/85, política e estratégias opcionais. 1976, p. 29.

ocorreram diversas mudanças na tensão entre os blocos capitalista e socialista. Percebemos também essas diferenças nos discursos da Escola, que no final dos anos 1970 passou a deixar um pouco de lado o perigo do comunismo para depois retomá-lo no auge do governo de Ronald Reagan (1981 - 1989), quando o conflito “esquentou” mais uma vez.

2.3.1 A ESG e os processos de legitimação da censura

No trabalho intitulado, *Política e estratégia – campo psicossocial: formação da opinião pública*, de 1976, temos, ao final do texto, as propostas sobre como o governo deveria lidar com a “infiltração” das esquerdas nos veículos de comunicação:

O fomento por parte das autoridades, da auto-censura pelos Meios de Comunicação de Massa; a eliminação dos comunistas dos veículos de comunicação de massa; a influência que o poder econômico pode exercer sobre o meio de comunicação de massa; o fomento das atividades culturais e religiosas visando ao fortalecimento dos verdadeiros valores sociais [...].¹³¹

O texto propõe o fomento da autocensura e da demissão compulsória, sob a acusação de comunismo, de funcionários na indústria da comunicação de massa. Propostas altamente antidemocráticas, que permeiam todo o documento. É intrigante, porém, a contínua estratégia dos discursos oficiais da ditadura, tanto na Escola Superior de Guerra como em outros polos formadores e propagadores discursivos, de dissimular-se de democracia. Embora propunham a censura e a autocensura, os textos da Escola atentam para a liberdade de expressão nos regimes democráticos, por exemplo. Afirmam, entretanto, que essa liberdade deve estar respaldada na responsabilidade para com a nação brasileira; ao mesmo tempo que propõem a liberdade de imprensa, elegem temas dos quais a imprensa não pode se pronunciar sob o pretexto da “responsabilidade”.

Existe um processo, construído nos discursos da ESG, que tenta legitimar a censura do Estado brasileiro aos meios de comunicação de massa e na televisão durante a Ditadura Militar. Os trabalhos que tratam desse tema são diversos e passam por todo o período da ditadura. Nesses, sempre estão presentes a preocupação específica com a televisão e a ameaça comunista. Entretanto, a depender das especificidades dos processos históricos esses dois elementos têm maior ou menor força. A televisão, por exemplo, começa a ganhar mais destaque

¹³¹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e estratégia – campo psicossocial: formação da opinião pública**. Considerando o decênio 66/75 e tendo em vista a conjuntura brasileira, formular para a década de 76/85, política e estratégias opcionais. 1976, p. 30.

nos discursos da ESG apenas nos anos 1970, quando começa a ter maior inserção na sociedade brasileira.

Pensemos um trabalho de 23 de agosto de 1968, ainda anterior ao AI-5, por exemplo:

O exercício da autoridade de examinar e conceder, ou não, permissão, para que sejam veiculadas certas manifestações de pensamento e opinião, num Estado democrático, pela sua extrema delicadeza, já acentuada neste trabalho, e pelas vinculações políticas sempre implícitas, constitui objeto de intensas e extensas discussões. Está, entretanto, firmemente preso ao Poder de Polícia. Este, no seu aspecto preventivo, destinado a impedir que se produzam, ou se agravem, males sociais que as leis procuram evitar, intervém em alguns casos, previstos também nas leis, para assegurar o cumprimento de sua missão. O direito de censura compete ao Estado, portanto, é inerente ao seu Poder de Polícia e apresenta dois aspectos, ou fundamentos, de maior relevo: O da segurança, e o da preservação dos modos de vida da coletividade.¹³²

O texto da ESG estabelece o “poder de polícia” como direito do Estado “democrático”. Segundo esta prerrogativa, o ato de censurar e coibir a imprensa e as diversões públicas não seria excludente da suposta “democracia”, colocada pela Escola, desde que fosse realizado com o intuito de preservação da “segurança” e dos “modos de vida da coletividade”. “O Estado tem por missão assegurar a paz social, a ordem, a harmonia, a liberdade e, para isso, exerce o Poder de Polícia, do qual o direito de censura é expressão.”¹³³ Os trabalhos da ESG levantam a censura quase como uma “polêmica” nas políticas públicas do Estado brasileiro, porém sempre como algo necessário para “defender” a população brasileira da ameaça comunista e dos ataques à família.

A censura do rádio e da televisão, porém, tem um outro aspecto de grande importância educacional e social. É no que toca à polícia de costumes, pois a penetração dos programas radiofônicos e televisionados nas residências, faz com que seja de evidente interesse público evitar que, em tais programas, se inclua apresentações danosas aos chamados bons costumes, que representam a moralidade mínima da grande maioria da população. Sob esse aspecto, os mecanismos de censura radiofônica e de televisão têm prestado serviço importante.¹³⁴

¹³² BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Análise do Fundamento Jurídico do Direito de Censura no Brasil: com apreciação dos problemas conjunturais relativos à sua aplicação e caracterizadas suas vinculações com a segurança nacional.** 1968, p. 8.

¹³³ *Ibid.* p. 30.

¹³⁴ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Análise do Fundamento Jurídico do Direito de Censura no Brasil: com apreciação dos problemas conjunturais relativos à sua aplicação e caracterizadas suas vinculações com a segurança nacional.** 1968, p. 23.

Como afirma Rezende, o regime buscava uma legitimidade por meio de um ideal de democracia para a ditadura. É importante ressaltar que a pretensão de legitimidade não significava, de forma alguma, a ausência de medidas extremamente autoritárias:

[...] a especificidade deste processo estava no fato de que ele se empenhava em deixar claro, também, que não seria admitida contestação de sua legitimidade, pois ele contava com os meios de se fazer obedecer. Os atos de exceção postos em vigor no transcorrer dos governos ditatoriais podem ser citados como a expressão mais evidente de que as respostas às suas ordens tinham de ser sempre favoráveis aos interesses do regime político que vigia o país.¹³⁵

O jogo de liberdade de expressão com responsabilidade sobre os veículos de comunicação de massa era uma dessas estratégias de legitimação. No entanto, as próprias condições dessa “responsabilidade” eram autoritárias e diziam respeito a um projeto político conservador. Retornando ao trabalho de 1976, temos o discurso do presidente-ditador Geisel (1974 – 1979):

Em que pese a opinião pública de muitos, a Revolução tem um caminho a percorrer. Dentro das suas possibilidades, dentro das crises econômicas do quadro internacional, dentro da agressão que continuamente se renova dos comunistas, procuramos construir um país politicamente sã, em que haja uma democracia efetiva, compatível com o estágio de civilização que tenhamos atingido, e não uma democracia que apenas figure nas folhas de papel – e onde haja liberdade, mas liberdade com responsabilidade em que cada um fará aquilo que deseja fazer, mas sem invadir a área de liberdade dos demais.” A mensagem expõe, de maneira clara e insofismável, a realidade nacional, isto é, que a Nação é um organismo com muitas carências e vulnerabilidades, sujeito a fortes pressões externas, que lhe impõe medidas defensivas e de bloqueio, com certo prejuízo para as liberdades democráticas.¹³⁶

Temos exposto em discurso oficial, transcrito no trabalho, a “responsabilidade” colocada no contexto de defesa das “agressões” dos comunistas. Para o autor, medidas que afetavam as liberdades democráticas seriam assim justificáveis perante essas ameaças. Mais adiante, ele ainda complementa exemplificando uma das medidas:

O restabelecimento da censura à imprensa no país, pelo Decreto-lei nº 1.077, de 17 de outubro de 1969, se constituiu numa medida – de exceção porque se viabilizou através de emenda à Constituição – que o governo empregou para se adequar ao combate à guerra psicológica.¹³⁷

¹³⁵ REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984.** Londrina: Editora UEL, 2001, p. 35.

¹³⁶ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e estratégia – campo psicossocial: formação da opinião pública.** Considerando o decênio 66/75 e tendo em vista a conjuntura brasileira, formular para a década de 76/85, política e estratégias opcionais. 1976, p. 23.

¹³⁷ *Ibid.* p. 25.

Por algum motivo que não soubemos identificar, o decreto 1.077, referido no texto anterior, contendo novas medidas referentes à censura, foi representado com a data errada. Não sabemos se a data exposta no texto da ESG é referente a escrita, ou trâmites burocráticos ou se representa um simples erro, o fato é que o decreto-lei de número 1.077 foi assinado por Emílio Garrastazu Médici, no dia 17 de janeiro de 1970, como consta no arquivo virtual do Senado Federal¹³⁸. O decreto é referente à censura dos meios de comunicação e é um complemento à lei 5.536 de 21 de novembro de 1968,¹³⁹ que dispõe sobre a censura às diversões públicas e cria o Conselho Superior de Censura. Logo no início do texto temos:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição e CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes; CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preserva-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade; CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;(...) CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira; CONSIDERANDO que o emprêgo desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional. Decreta: **Art. 1º** Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.¹⁴⁰

O texto é bem evidente sobre suas preocupações: a família, a moral e os costumes estão sob ameaça, alvos de um “plano subversivo” que colocavam em risco a própria segurança nacional. Assim, todo e qualquer meio de comunicação que atente contra essa instituição deve ser censurado. O “esfacelamento” ou a ameaça da família é colocada como questão de urgência perante as políticas públicas do Estado brasileiro. Entendemos essa mobilização como estratégia de legitimação da ditadura, por se apoiar em valores que, apesar de agregarem grandes parcelas da sociedade brasileira, e isso é inegável, não se sustentavam como totalidades no Brasil. As instituições em que este projeto se apoiava não precisavam ser defendidas por

¹³⁸ Cf. BRASIL. Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/524777/publicacao/15758212>>. Acesso em: 3 de jun. de 2019.

¹³⁹ BRASIL, Lei 5.536 de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5536-21-novembro-1968-357799-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 3 de jun. de 2019.

¹⁴⁰ BRASIL. Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/524777/publicacao/15758212>>. Acesso em: 3 de jun. de 2019.

estarem sob ataque do comunismo, mas sim porque não existiam da forma homogênea e universal proposta pelos discursos oficiais da ditadura.

Não pretendemos trazer essa fonte como “prova” cabal de que os discursos da ESG tiveram “influência” no governo ditatorial. Não nos propomos a fazer uma história a partir da simples “reconstituição” do passado. Entretanto, podemos entender, a partir das semelhanças nos discursos, como a Escola Superior de Guerra estava envolta em uma produção intelectual e política com reverberações no governo da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Essa relação, de forma alguma, deve ser vista como uma consequência direta, mas sim como um intrincado campo de construção discursiva, ou seja, de produção de relações de poder. Um campo que não se esgota, ou mesmo é iniciado na ESG, mas do qual ela faz parte. Nessa produção, estão em jogo todos os conceitos de comunicação, comunicação de massa, família, sociedade, nação, comunismo e esquerdas e a própria televisão como ideia e tecnologia. Todos eles representam a constituição de um projeto político autoritário-conservador de sociedade para o Brasil, e do qual a ESG fez parte.

3 A TELEVISÃO COMO TECNOLOGIA: UMA QUESTÃO DE ALERTA

Com o moleiro friulano Domenico Scandella, dito Menocchio, condenado à morte pela inquisição por causa de suas ideias, aprendi que o modo como um ser humano reelabora os livros que lê é muitas vezes imprevisível. Numa perspectiva semelhante, abordei Vasco de Quiroga, leitor de Luciano e Thomas More; Thomas More, leitor de Luciano; (...) e assim por diante. Em cada um desses casos, procurei analisar não a reelaboração de uma fonte, mas algo mais vasto e fugidio: a relação da leitura com a escrita, do presente com o passado e deste com o presente.¹⁴¹

Novamente nos apropriando de Ginzburg, pretendemos estudar nesse capítulo a relação da “leitura com a escrita”. Buscamos analisar nos discursos da Escola Superior de Guerra uma forma de entendimento, uma forma de dar sentido às leituras. Partimos de uma pergunta básica: como os estudantes e professores da Escola percebiam a televisão como tecnologia? A televisão não era vista como um simples aparelho elétrico, ela possuía, para os egressos da ESG dos anos 1970, características únicas que a colocavam em um patamar

¹⁴¹ GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha**: quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Companhia das Letras. 2004, p. 14.

diferente dos outros meios de comunicação. A TV como tecnologia seria não só a visão de um aparelho fabricado em um processo eminentemente recente, mas de algo que representava novos horizontes de expectativa. A questão a ser debatida, então, é como esses horizontes fabricados se relacionavam com o projeto político de Brasil da Ditadura Civil-Militar, pensado na ESG, tendo a televisão como questão central no planejamento estratégico de “segurança e desenvolvimento”. É claro que, como já afirmamos a partir de Raymond Williams, não podemos separar o estudo de uma tecnologia sob um viés cultural de sua leitura técnica. Entendemos essas questões como importantes, sim, para a discussão, mas, de maneira alguma, o debate se esgota aí, pelo contrário, é um dos nossos pontos de partida.

Primeiramente, cabe um breve preâmbulo sobre os autores escolhidos para a análise. Partimos de uma característica básica e irredutível: deveriam ser citados nos trabalhos da ESG. Para pensarmos a chave de leitura dos alunos e professores da Escola, deveríamos ter, pelo menos, alguma indicação sobre o que eles leram. Felizmente, os documentos nos ajudaram bastante nesse aspecto. Majoritariamente, os trabalhos de conclusão do Curso Superior de Guerra e do Curso de Informação possuem bibliografia anexada. Característica que passou despercebida em um primeiro momento, mas que logo se mostrou imprescindível. Os autores selecionados, então, apareceram na maioria das bibliografias trabalhadas: Marshall McLuhan e Charles R. Wright.

3.1 Marshall McLuhan e o mosaico da imagem televisiva

Entramos em contato com a obra mais citada do autor nos trabalhos da ESG a partir do arquivo da biblioteca da Universidade Federal do Ceará. *Os meios de comunicação como extensões do homem*, da editora Cultrix de São Paulo, publicado em 1969, foi encontrado em mesma edição na biblioteca. O livro foi adquirido pela UFC ainda no mesmo ano de sua publicação, como nos mostra o carimbo da universidade na contracapa¹⁴². Vamos percebendo as sincronias entre as bibliografias nos trabalhos relacionados à área psicossocial da Escola Superior de Guerra e as bibliografias presentes na biblioteca de Ciências Humanas da UFC a partir desses carimbos. As duas instituições estavam lendo os mesmos autores nos anos 1970. Isso pode demonstrar a importância dos autores para os estudos sobre comunicação social na

¹⁴² O livro possui carimbo de identificação do dia em que foi adicionado ao acervo da Biblioteca Central da UFC, 25 de julho de 1969. Sobreposto a este, ainda existe carimbo de transferências para a Faculdade de Educação em 1971.

época, a ESG estava sintonizada com os estudos contemporâneos sobre os meios de comunicação de massa.

Selecionar e recortar são ações inerentes ao ofício do historiador, temos consciência de que outros autores citados nos trabalhos da Escola nos poderiam ser úteis. Entretanto, ao verificarmos, esses autores não tiveram destaque específico em um tópico do nosso texto por escolha metodológica, alguns não foram encontrados em exemplares físicos e outros são citados com pouca frequência. Para além disso, entendemos que o próprio McLuhan possui uma importância específica na Escola. Ele é citado desde 1964 até 1981, seus conceitos são debatidos mesmo em trabalhos onde seu nome não está explícito nas bibliografias. Entendemos o autor como a principal base metodológica referente aos estudos sobre comunicação na instituição. No terceiro tópico, porém, ainda pretendemos analisar os documentos da ESG sob a metodologia da chave de leitura, tendo outro autor em questão.

Os meios de comunicação como extensões do homem é uma obra de fôlego com discussões intensas sobre o processo comunicacional, possuindo quatrocentos e sete páginas divididas em duas partes e trinta e três capítulos. Na primeira parte, McLuhan discorre sobre suas duas principais questões teóricas: “o meio é a mensagem” e os “meios quentes e frios”. As duas teorizações têm relevância direta nos trabalhos da ESG e, principalmente, em como os trabalhos da Escola mobilizam o gênero nos discursos sobre a televisão. Para entendermos as duas teorias e suas relações com a ESG, devemos antes entender como o processo comunicacional era pensado no começo da segunda metade do século XX, mais especificamente quais formas de se pensar este processo foram apropriadas pela ESG nesse recorte temporal específico.

Percebemos uma predominância de autores da América do Norte, McLuhan era canadense, tendo seu local de pesquisa científica específico na Universidade de Toronto, em que era diretor do Centro de Cultura e Tecnologia da instituição. Apesar de não possuir nacionalidade estadunidense, o autor era uma referência importantíssima nos EUA para os estudos sobre comunicação social, conhecido na academia e na sociedade. Sua participação especial no filme, *Noivo Neurótico, Noiva Nervosa*¹⁴³, de 1977, em que interpreta ele mesmo para provar que a personagem interpretada por Woody Allen estava certa em uma discussão

¹⁴³ NEURÓTICO, Noivo; NERVOSA, Noiva;. Direção: Woody Allen. Produção: Charles H. Joffe, Jack Rollins. Nova York: Rollins-Joffe Productions, 1977. 1 DVD (93 min.).

sobre o próprio McLuhan, também nos dá pistas da notabilidade do canadense na sociedade americana.

Na sociedade brasileira dos anos 1970, o autor também tinha destaque como pensador sobre a comunicação. Além da presença das primeiras edições dos seus livros nas principais universidades do Brasil¹⁴⁴, temos diversas menções sobre o autor em matérias da revista *Veja*, por exemplo. Entre 1968 e 1984, McLuhan é mencionado em trinta e quatro edições da revista. Ainda antes do lançamento de *Os meios de comunicação como extensões do homem* no Brasil, em 1968, é mencionado outro livro do autor já publicado em português: *Revolução na comunicação*. Em 1969, é feita uma matéria de quatro páginas inteiras na revista sobre o lançamento da obra no Brasil, em que o livro é resenhado e o autor comparado a Freud e Einstein. Em matéria no jornal *O Globo*, do dia 16 de julho de 1966, o autor é caracterizado como:

[...] atualmente uma das mais solicitadas personalidades da América do Norte; o intelectual do momento, cujas ideias são assunto prediletos nas palestras de coquetéis, em discussões no Senado, reuniões da alta esfera de negócios, e tema constante nas alamedas universitárias. Universidades, colégios e instituições convidam-no assiduamente para fazer conferências. Estudam-no palavra por palavra. [...] A revista “Life” chamou-o “O Oráculo da Era Eletrônica” e “Newseek”, de “Arquimedes de nossa Era”¹⁴⁵

Além dele, também ocorreram nomes como Wilbur Shram, William Rivers e Charles Wrigth, os três sendo norte-americanos. É latente a ligação da ESG com os Estados Unidos desde a sua criação. A Escola é fundada em 1949, a partir de cursos oferecidos por este país; e percebemos em seus escritos forte alinhamento ao bloco capitalista no contexto da Guerra Fria. Assim sendo, autores marxistas contemporâneos a McLuhan, e que muitas vezes discutiam suas obras, como Raymond Williams e os clássicos da escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer¹⁴⁶, não foram, de forma alguma, vistos nas bibliografias dos trabalhos.

O principal ponto norteador desses estudos sobre a comunicação selecionados pela ESG é construído a partir da “teoria da bala mágica”¹⁴⁷. Segundo tal paradigma, o processo

¹⁴⁴ Somente como exemplo temos as bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), da Universidade de Brasília (UNB), da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) possuem a primeira edição em português do livro de McLuhan de 1969.

¹⁴⁵ KENNY, Mary. O oráculo da era eletrônica. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1966, Matutina, Geral, p. 1.

¹⁴⁶ Em *Dialética do esclarecimento* os autores já trabalham conceitos como “indústria cultural” e “meios de comunicação de massa”. ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

¹⁴⁷ Teoria sobre a comunicação social que pensava o modelo do processo comunicacional como emissor, mensagem e receptor. A mensagem saíria do emissor como uma “flecha” ou uma “bala” e atingiria o receptor que internalizaria

comunicacional, quando eficiente, é ativo pela mensagem e passivo pelo espectador. A informação deixa o veículo de comunicação e pode ser implantada na mente do “alvo” do processo. Daí os modelos vistos ainda com frequência de emissor, mensagem e receptor. Dentro dessa forma de dar sentido ao processo, McLuhan trabalhava a ideia de mais uma variável: os meios de comunicação.

Para o autor, toda mensagem já possui um sentido intrínseco fundante que depende única e exclusivamente do seu veículo de reprodução. Um texto escrito no jornal, portanto, causaria certo impacto no leitor já por estar impresso dessa forma. O mesmo texto proferido no rádio causaria, necessariamente, um impacto diferente e ainda as mesmas palavras lidas na televisão provocariam outras sensações. Daí o jargão: “os meios são a mensagem”, “pois a mensagem de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas”¹⁴⁸. Entendemos que há muito essa teoria foi descartada pelos teóricos da comunicação. O próprio Raymond Williams, ainda nos anos 1970, já debatia essa questão de forma ímpar. Pretendemos, porém, entender como essa forma de pensar significou uma leitura e escrita única nos trabalhos da ESG.

Os produtos da ciência moderna, em si mesmos, não são bons nem maus: é o modo com que são empregados que determina o seu valor. Aqui temos a voz do sonambulismo de nossos dias. É o mesmo que dizer: Uma torta de maçãs, em si mesma não é boa ou má: o seu valor depende do como é utilizada. Ou ainda: O vírus da varíola, em si mesmo não é bom nem, mau: o modo como é usado é que determina o seu valor. E ainda: as armas de fogo, em si mesmas, não são boas nem más: o seu valor é determinado pelo modo como são empregadas. Vale dizer: se os estilhaços atingem as pessoas certas, as armas são boas; se o tubo de televisão detona a munição certa e atinge o público certo então ele é bom.¹⁴⁹

O trecho destacado está localizado ainda no primeiro capítulo do livro intitulado, *O Meio é a Mensagem*. A linha argumentativa do autor, como já apontado, é bem incisiva, sua narrativa tem quase um tom de manifesto. O parágrafo é estruturado do exemplo mais inusitado para o mais verossímil, passando de uma torta de maçãs para a televisão, com o objetivo de

o seu conteúdo. O grau de eficiência da mensagem dependeria única e exclusivamente das capacidades de produção do emissor e seus meios para tal. Wright (1964) designa esse modelo a autores como Katz e Lazarsfeld com a publicação em 1955 de *Personal influence: the part played by people in the flow of mass communications*. Wright, Katz e Lazarsfeld são citados nos trabalhos da ESG. Esse modelo também era denominado de “o modelo da agulha hipodérmica”: “Esta visão da comunicação de massa tem sido chamada de 'o modelo da agulha hipodérmica': cada membro da audiência é 'picado' direta e pessoalmente pela mensagem. Uma vez que o tenha atingido, a comunicação pode ou não influenciá-lo”. WRIGHT, Charles R. **Comunicação de Massa: uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Bloch editora. 1973, p. 48.

¹⁴⁸ MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Toronto: McGrall-Hill Book Company, 1969, p. 22.

¹⁴⁹ *Ibid.* 1969, p. 25.

convencer o leitor dos valores intrínsecos dos meios de comunicação. É interessante entendermos essa ligação direta entre uma arma de fogo, disparando estilhaços, e o tubo de televisão, detonando a munição. A teoria da “bala mágica” nos é apresentada sem meias voltas com a analogia do tubo da TV e o cano da arma. Aqui estão presentes o que Mcluhan entende por comunicação, por mensagem e por receptores. O ato de comunicar é uma ação que, se feita de forma eficiente, atinge o receptor.

Nesse sentido, nos perguntamos ainda por que a preocupação específica com a televisão. Por que, por exemplo, o cinema não suscita analogias semelhantes? Não obtivemos sucesso em responder essa pergunta por completo, mas pensamos em caminhos de entendimento no tocante às diferenças de imagem: o cinema clássico, ainda majoritário no século XXI, possuía uma estrutura de vinte e quatro quadros por segundo. As imagens em movimento eram formadas por um quadro diferente projetado, aproximadamente, a cada 4,1 centésimos de segundo. Diferente era a televisão analógica, pois não projetava quadros. Sua imagem era formada por ondas eletromagnéticas captadas por uma antena e convertidas no tubo de imagem. Assim, ao assistir televisão, não temos a nítida impressão, como ocorre no cinema, das rápidas mudanças de quadro. Tentamos entender essa sensação, totalmente nova na época, como um dos motivos materiais para a desconfiança ou querela com a televisão. A imagem televisiva era, ao mesmo tempo, estática e móvel. Pode-se perceber indícios dessa percepção no próprio Mcluhan:

A imagem do filme apresenta muitos milhões mais de dados por segundo e o espectador não tem de reduzi-los drasticamente para formar sua impressão. Ao contrário, tende a aceitar a imagem integral, como uma entrega já encaixotada. Em contraste, o espectador do mosaico da TV, com o controle técnico da imagem, inconscientemente reconfigura os pontos numa obra de arte abstrata, que se aproxima de Seurat ou Rouault.¹⁵⁰

A imagem estática da TV, para Mcluhan, seria totalmente diferente do cinema e seus quadros por segundo. Na televisão, a imagem seria formada pelo mosaico e construída, assim, direto na consciência dos telespectadores. Para ter-se uma ideia da analogia utilizada pelo autor, pode-se observar quadros e estudos do pintor Seurat¹⁵¹. As formas impressionistas da paisagem e os contornos dos corpos são definidos pela técnica do propalado pontilhismo ou divisionismo,

¹⁵⁰ MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Toronto: McGrall-Hill Book Company, 1969, p. 352.

¹⁵¹ Pintor impressionista francês do final do século XIX. Cf. TUCHERMAN, Ieda; SAINT-CLAIR, Ericson. O corpo transparente: dispositivo de visibilidade e mutações do olhar. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 19, p.1-17, julho/dezembro 2008.

em que o pintor se utiliza de pequenos pontos feitos com o pincel ou a espátula para construir as imagens, tendo como referencial principal a luz do sol. Para McLuhan, a imagem da televisão seria construída, assim, por uma espécie de técnica de pontilhismo, a diferença seria que a “tela” seria a mente dos telespectadores.

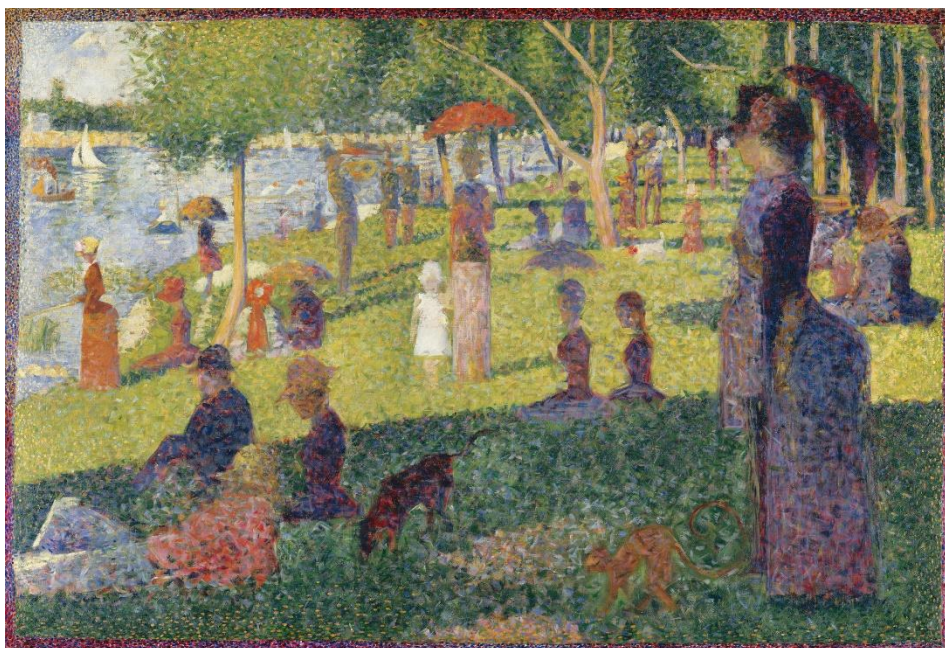
Figura 1 - Georges Seurat, *Farm Women at Work (Paysannes au travail)*



Fonte: - *Georges Seurat, Farm Women at Work (Paysannes au travail), 1884.*¹⁵²

¹⁵² Disponível em: <<https://www.guggenheim.org/artwork/3913>>. Acesso em: 20 de jul. de 2019.

Figura 2 - Study for “A Sunday on La Grande Jatte”.



Fonte: - Georges Seurat, Study for “A Sunday on La Grande Jatte”, 1884.¹⁵³

O segundo capítulo do livro é dedicado a diferenciação entre os “meios quentes e meios frios”. Para Mcluhan, essa divisão é crucial e implica na forma como o público vai receber a mensagem transmitida. Um meio de comunicação quente, segundo o autor, é aquele em que o público é estimulado por meio de um único sentido e por uma mensagem de “alta definição”. Diferentemente do significado atribuído no século XXI, em que “alta definição” está bastante ligada às imagens digitais fornecidas por código binário, Mcluhan o utiliza simplesmente no sentido correspondente ao de “muitas informações transmitidas”. Enquanto o meio quente já fornece todas as informações para o receptor, nos meios frios a informação não é completa, o receptor precisa preencher as lacunas por meio de processos cognitivos. A televisão seria, assim, considerada um meio frio, pois possuía uma imagem de baixa definição, se comparada ao cinema, por exemplo, sua mensagem lacunar provocaria o efeito de fixação nos telespectadores:

A imagem da TV exige que, a cada instante, “fechemos” os espaços da trama por meio de uma participação convulsiva e sensorial que é profundamente cinética e tátil, porque a tatilidade é a inter-relação dos sentidos, mais do que o contato isolado da pele e do objeto.¹⁵⁴

¹⁵³ Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/toah/works-of-art/51.112.6/>>. Acesso em: 20 de jul. de 2019.

¹⁵⁴ MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Toronto: McGrall-Hill Book Company, 1969, p. 352.

A imagem constituída pelo mosaico da televisão necessitava, segundo Mcluhan, ser preenchida pelas percepções “sensoriais” de sua audiência. Seria como se a pintura de Seurat fosse projetada de forma incompleta na mente do indivíduo, este, então, teria que utilizar-se de imagens de conhecimento próprio para totalizar a imagem. A hipótese central de Mcluhan seria de que este processo seria altamente desgastante para o telespectador e o colocaria em situação de vulnerabilidade perante a mensagem transmitida. Daí as teorias de que a imagem da TV desgasta as terminações neurais.

O autor ainda atentava para as diferenças entre cinema e televisão no momento do registro das imagens:

A câmera de TV não tem um ângulo de visão embutido como a câmera cinematográfica. A *Eastman Kodak* já possui uma câmera bidimensional, com a qual se obtêm os efeitos planos da TV. Mas é difícil para as pessoas letradas – com seus hábitos de pontos de vista fixos e de visão tridimensional – compreender as propriedades da visão bidimensional.¹⁵⁵

Temos uma problemática sobre a questão de gênero referente ao capítulo em que Mcluhan discute os meios quentes e frios. O binômio quente e frio está, na cultura ocidental, ligado as representações de masculino e feminino, ativo e passivo, fogo e água. Beauvoir trabalha essa representação a partir dos mitos gregos:

Com Deméter multiplicam-se as espigas, mas a origem da espiga e sua verdade está em Zeus; a fecundidade da mulher é encarada tão somente como uma virtude passiva. Ela é a Terra e o homem, a semente, ela é a Água e ele, o Fogo. A criação foi amiúde imaginada como um casamento do fogo com a água. (...) Sol e Fogo são divindades masculinas; o Mar é um dos símbolos maternos mais universais. Inerte, a água sofre a ação dos raios flamejantes que a fertilizam.¹⁵⁶

Para Mcluhan, o masculino é quente por sempre transmitir mais informações, por sempre estar no “ataque”, o feminino ou a feminilidade está ligada, para o autor, à passividade, conseqüentemente transmite menos informações e é fria. As obras de Beauvoir e Mcluhan, apesar de separadas por quase quinze anos, – *O segundo sexo* data de 1949 e *Os meios de comunicação como extensões do homem* de 1964 – partem dos mesmos campos simbólicos, embora com diferentes objetivos.

Analisemos o exemplo dado no capítulo sobre o jogo desses papéis:

¹⁵⁵ *Ibid.* p. 240.

¹⁵⁶ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014, p. 184.

O princípio que distingue os meios frios e quentes está perfeitamente corporificado na sabedoria popular: “Garota de óculos não convida á cantadas”. Os óculos intensificam a visão de dentro para fora, saturando a imagem feminina – sem embrago da imagem antifeminina clássica representada pela bibliotecária. Já óculos escuros criam a imagem inescrutável e inacessível que convida à participação e a complementação.¹⁵⁷

O discurso é generificado, representando ideias exemplares de ser mulher e ser homem. No trecho, o autor não só define qual o papel feminino e masculino, mas define até mesmo uma representação do “antifemino”. Estamos tentando criar uma chave de inteligibilidade sobre como os estudantes e professores da ESG leram discursos como esse. O que significa para um coronel de meia idade, cursando um programa especial em uma escola militar no Rio de Janeiro ler e discutir algo assim? Ainda mais importante, pensar e entender como as políticas públicas na ESG foram produzidas a partir desse discurso. Os trabalhos produzidos na Escola nos anos de 1970 dissertavam sobre a lei do divórcio, sobre a pílula anticoncepcional, sobre a censura às telenovelas e jornais. O gênero, portanto, era mobilizado nessas produções em consonância com esse projeto político. Entender como as chaves de leitura na ESG se concretizavam em documentos e estes por sua vez em políticas públicas, nos ajuda a pensar como são “racionalizadas as relações de poder”¹⁵⁸.

A capa de *Os meios de comunicação como extensões do homem* é algo a ser considerado. Analisamos a primeira edição brasileira de 1969, utilizada em larga escala nos trabalhos da ESG. As reedições do livro na década de 1980, bem como a de 1990, possuem a mesma arte na capa.¹⁵⁹ A arte consiste em uma reprodução do *Homem vitruviano*¹⁶⁰, de Da Vinci, em um fundo verde onde estão desenhados os circuitos internos de um aparelho de televisão e seu tubo de raios catódicos, na figura legendado por cinescópio, utilizado para gerar as imagens televisivas. O quadrilátero em que o *Homem vitruviano* está inserido, na imagem original, delimita, assim como o próprio homem, a figura dos circuitos da televisão¹⁶¹. Acima da figura temos o nome de McLuhan em destaque, logo depois o título em português e em seguida a primeira metade do título original em inglês, *understanding media*.

Símbolo do antropocentrismo renascentista, o *Homem vitruviano* representa um processo histórico de mudança do teocentrismo para o antropocentrismo. As proporções do

¹⁵⁷ MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Toronto: McGrall-Hill Book Company, 1969, p. 49.

¹⁵⁸ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 36.

¹⁵⁹ A biblioteca do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará possui diversas edições de *Os meios de comunicação como extensão do homem*, desde a primeira tradução no Brasil até edições nos anos 1990.

¹⁶⁰ Obra do pintor renascentista Leonardo Da Vince, de 1490.

¹⁶¹ Ver Figura 3.

homem desenhadas dentro do quadrilátero de lados iguais e do círculo representam, não somente o ser humano, como também a perfeição, mas tendo-o como centro de tudo. É enigmática a mudança na capa de *Os meios de comunicação como extensão do homem*, onde o “centro de tudo” está agora no centro da televisão. A capa do livro pode nos ajudar a entender o lugar dos meios de comunicação de massa, e sobretudo da TV, no discurso de Mcluhan. Imprescindível dizer ainda que está é a capa da edição brasileira, feita pela primeira vez em 1969, portanto já é um produto de uma leitura de Mcluhan realizada pelos editores da Cultrix de São Paulo.

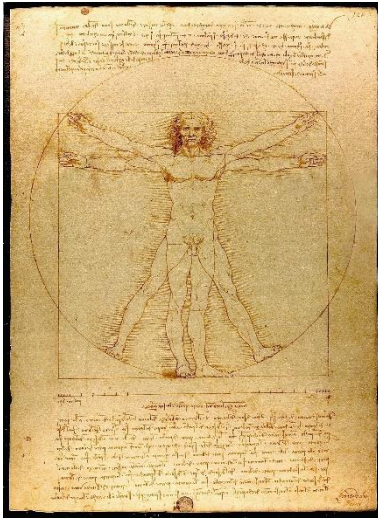
Figura 3 - Os meios de comunicação como extensões do homem



Fonte: MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Toronto: McGrall-Hill Book Company, 1969.¹⁶²

¹⁶² Disponível em: <<https://www.amazon.com.br/Meios-Comunica%C3%A7%C3%A3o-Como-Extens%C3%B5es-Homem/dp/8531602580>>. Acesso em: 20 de jul. de 2019.

Figura 4 - Homem Vitruviano



Fonte: O homem vitruviano desenhado por Leonardo da Vinci¹⁶³

3.2 “Eu me apoiarei em seus olhos, ouvidos, nervos e cérebro”: leituras e apropriações de Mcluhan nos discursos da ESG

Temos um trabalho da ESG, do Curso de Informações, de 1970, intitulado: *Estabelecimento de medidas capazes de manter bem informada a opinião pública brasileira e internacional*. Nele, Mcluhan é citado logo no primeiro parágrafo da introdução:

Não podemos deixar de lembrar a expressão de Marshall Mcluhan, quando, parodiando a célebre frase de Arquimedes, disse: “Eu me apoiarei em seus olhos, ouvidos, nervos e cérebro, e o mundo se moverá em qualquer compasso e forma que eu desejar”. Esta expressão mostra-nos que na fase atual da era tecnológica o problema da comunicação se reveste de especial relevância, se considerarmos por um lado a amplitude alcançada pelas relações humanas, graças aos modernos recursos proporcionados pela ciência e pela própria tecnologia e, por outro lado, o ritmo acelerado da vida e as necessidades do mundo contemporâneo.¹⁶⁴

A frase está contida no capítulo sete de *Os meios de comunicação como extensão do homem* e refere-se ao jargão creditado ao filósofo grego Arquimedes: “dê-me um ponto de

¹⁶³ Disponível em: <<https://pixabay.com/pt/photos/humano-leonardo-da-vinci-62966/>>. Acesso em: 20 de jul. de 2019.

¹⁶⁴ BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Estabelecimento de medidas capazes de manter a opinião pública brasileira bem informada*. 1970, p. 5.

apoio e eu moverei o mundo”¹⁶⁵ Mcluhan ainda completa: “nós arrendamos esse 'ponto de apoio' às empresas particulares”¹⁶⁶. O ponto de apoio move-se da alavanca de Arquimedes para a extensão sensorial das audiências da comunicação de massa. Para o autor, os mídia seriam capazes de “mover o mundo” a partir da mobilização dos sentidos de sua audiência. A televisão representava o ápice dessas capacidades. Ainda é expressa no mesmo parágrafo a relação que o autor tinha com o mercado da comunicação. O “ponto de apoio” foi arrendado, ou seja, para Mcluhan, o mercado teria todo o poder sobre sua audiência, teria o controle dos seus olhos e ouvidos, mas principalmente dos nervos e cérebro.

A relação da ESG com o mercado televisivo também passa por esses atritos em que os discursos na Escola tentam legitimar a censura às diversões públicas tanto na busca do “fantasma do comunismo”, como no medo de que o “lucro a qualquer custo” do mercado possa ser origem de agitações sociais na população brasileira. O título do sétimo capítulo, do qual foi retirada a citação, é justamente *Desafio e Colapso*, pode muito bem representar a relação de possibilidade e medo que a ESG tinha com a televisão.

Como conclusão do Curso Superior de Guerra, em 1975, foi produzido um trabalho na ESG intitulado, *Política e estratégia 1975/85: campo psicossocial – a comunicação social face à segurança nacional*¹⁶⁷. O autor do trabalho está identificado como um professor, e em seu texto, Marshall Mcluhan é citado assim como outros autores norte-americanos. É importante ressaltar, primeiro, o caráter do trabalho selecionado. Como aponta o título, a fonte é um estudo sobre política e estratégia na Escola, relacionado ao campo psicossocial, aquele que, segundo a Doutrina de Segurança Nacional, se dedicaria às instituições da sociedade brasileira, como a família, a Igreja, o sindicato e a escola. Os meios de comunicação são diretamente ligados à essas instituições.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que o documento é um estudo pautado em um horizonte de expectativas. Escrito em 1975, ele procura pensar políticas públicas para o Brasil para a década seguinte. O primeiro capítulo do trabalho é intitulado *Análise dos meios de comunicação de massa*. Nele, o autor discorre sobre os objetivos e dificuldades da

¹⁶⁵ MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Toronto: McGrall-Hill Book Company, 1969, p. 89.

¹⁶⁶ MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Toronto: McGrall-Hill Book Company, 1969, p. 89.

¹⁶⁷ Cf. BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e Estratégias 1976 – 1985. Campo Psicossocial: comunicação social face a segurança nacional**. 1975.

propagação desses meios. Analisando os títulos dos subtópicos do capítulo, podemos ter uma ideia do lugar da comunicação no projeto político pensado na ESG:

As comunicações devem ser usadas na intensificação do sentimento de Nação. A comunicação deve ser usada como voz do planejamento nacional. As comunicações devem ser usadas para ensinar os conhecimentos necessários. As comunicações devem ser usadas para ampliar o mercado efetivo. A medida em que o plano se desenvolve, devem ser usadas as comunicações para ajudar a preparar as pessoas para o desenvolvimento de seus novos papéis. As comunicações devem ser usadas para preparar o povo para desempenhar seu papel como Nação entre as Nações¹⁶⁸.

O objetivo do trabalho seria, assim, pensar a comunicação social e os meios de comunicação dentro desse projeto político, sustentando conceitos de nação, planejamento nacional, e o papel do “povo” no desenvolvimento da nação. Temos aqui aberta uma questão: o que a ESG entendia como planejamento nacional? Segundo Antônio de Arruda, os estudantes da Escola tinham uma fase específica no Curso Superior de Guerra denominada “Planejamento Nacional:

Todos os estudos da ESG convergem para a sua destinação fundamental, que é a do Planejamento de Segurança Nacional (...). Esse Planejamento, concretizado no último período, é o coroamento de todo o curso.¹⁶⁹

Durante essa fase do CSG, os estudantes produziam os trabalhos, aqui analisados como fontes históricas, na intenção de propor e pensar políticas públicas voltadas para a nação. A comunicação social e os meios de comunicação social são, para o discurso desenvolvido na ESG, questões estratégicas no governo para a Ditadura Civil-Militar brasileira.

Pensamos sempre ser relevante levantar esse ponto, pois nos coloca diante das perspectivas de poder dos militares e grupos civis no “comando” do regime militar brasileiro. A ESG, como um grande polo de formação do discurso institucional da Ditadura Civil-Militar, projetava suas políticas públicas para o Brasil com planejamentos de no mínimo dez anos. Isso nos leva a pensar em quais desses projetos foram arquivados ou colocados em andamento com o fim da ditadura. No entanto, no ano de escrita, o professor-aluno da ESG tinha toda legitimidade para pensar o País para uma década e assim o fez:

Aqui, situaríamos a relação peculiarmente orgânica da Comunicação Social com a sociedade. Seja num Estado Moderno, ou num Estado Tradicional, ela se ocupa das

¹⁶⁸ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e Estratégias 1976 – 1985. Campo Psicossocial: comunicação social face a segurança nacional.** 1975. p. 13 - 17.

¹⁶⁹ ARRUDA, Antônio de. **ESG – História de sua doutrina.** São Paulo: GRD: Brasília: INL, 1980, p. 117.

questões cognitivas da sociedade. Transmite em ambos os sentidos, os sinais de perigo de uma tensão crescente, os sinais de necessidade, os sinais de oportunidade dos modos de satisfazer as necessidades, os sinais de decisão pelos quais se consegue minimizar as pressões e tensões associadas, e manter um equilíbrio funcional satisfatório. Em qualquer momento na história da sociedade, a função da Comunicação foi a de realizar qualquer uma dessas tarefas exigidas pela sociedade.¹⁷⁰

Consonante a McLuhan, temos, no trecho anterior, expressa a comunicação que “transmite”. Partindo dessa forma de entendimento sobre a comunicação, podemos começar a entender a relação da ESG com os meios de comunicação e a televisão. É construída a figura de dois interlocutores no processo: a sociedade como um todo e um poder que rege essa sociedade. O discurso citado separa esse poder, o governo e as “autoridades”, da própria sociedade, por isso a necessidade da “comunicação social” para construir essa ligação, processo feito, muitas vezes, de forma autoritária por meio da censura, por exemplo. Dessa forma, podemos concluir sobre a forma como a ESG pensa suas políticas públicas. A partir de um núcleo para a sociedade, o diálogo não é horizontal, mas sim feito em caráter de consulta.

Também existe no trecho a construção de um binarismo constituído entre o Estado Moderno e o Estado Arcaico. Durante todo o documento, percebemos essa relação constituída. O autor afirma o “moderno” como os países de maior poder econômico do bloco capitalista nos anos 1970, EUA, Inglaterra, França; e o “arcaico” como países que ainda não tiveram acesso à industrialização em larga escala. Dentro desse discurso, o Brasil é colocado como um país em modernização. Seu objetivo à época era tornar-se efetivamente moderno, embora tenha enfrentado obstáculos nesse processo.

Pode ser colocado como um desses obstáculos a relação entre sociedade e o mercado televisivo. A ESG pretende um projeto de televisão que modernize o Brasil, dentro do conceito de modernidade entendido pela instituição. Nesse processo, pensa-se o mercado como um possível aliado, mas que deve ser controlado. Temos um discurso de legitimação da censura a partir dessa forma de entender a comunicação e a televisão:

Eis porque, a extrema cautela com que se há de conduzir o Modelo empresarial brasileiro, na Televisão, através da competição da livre iniciativa, face as condicionantes inerentes à própria “livre iniciativa”, presa que é de fatores mais imediatistas como, por exemplo, o barateamento de custos, o lucro, o êxito medido pelo volume e etc. Fatores estes, que, quando existem num processo de construção e consolidação de uma cultura, sempre acontecem no campo da acidentalidade e de acessório a serviço de preocupações mais nobres que às vezes até, são obrigadas a prescindir deles.¹⁷¹

¹⁷⁰ BRASIL, *op. cit.* 1975, p. 3.

¹⁷¹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e Estratégias 1976 – 1985. Campo Psicossocial: comunicação social face a segurança nacional.** 1975, p. 38.

O discurso trabalha um mercado que deve ser controlado, tendo em vista os objetivos nacionais. O problema reside nas formas de controle expressamente autoritárias, bem como na própria noção de moderno da instituição como polo formador da ditadura, carregada de violências, tais como o massacre dos povos indígenas da Amazônia durante a construção da rodovia federal.

A televisão como ponto de debate no discurso da ESG está assim entre duas possibilidades: a tecnologia pode ser capaz de informar a sociedade na condução dos “caminhos do progresso” e da modernização, como bem pode se voltar contra o povo brasileiro. O que está em jogo nessa relação de possibilidade e angústia na ESG é a noção da TV como uma ferramenta altamente persuasiva. Existe o entendimento de que essa persuasão pode e deve ser utilizada pelo regime para concretização dos seus interesses e de que, ao mesmo tempo, pode ser apropriada por outros sujeitos. O antigo espectro do comunismo na conjuntura da Guerra Fria é uma dessas possíveis ameaças à televisão.

A figura do mercado televisivo também entra em voga como um desses possíveis apropriadores da TV. Em função do lucro esse empresariado específico transmitiria “sem escrúpulos” valores contrários ao que a ditadura entende como os pertencentes à sociedade brasileira.

Uma reportagem de Televisão, com transmissão direta, por exemplo, buscando portanto a realidade, é o resultado de vários pontos de vista: do realizador, que controla e seleciona as imagens num monitor; do produtor, que poderá efetuar cortes arbitrários; do *cameramen*, que seleciona os ângulos da filmagem e, finalmente de todos aqueles capazes de intervir no processo da transmissão.

Por outro lado, alterando os “closes”, a Televisão não dá ao telespectador a liberdade de escolher o essencial ou o acidental, ou seja, aquilo que ele deseja ver em grandes ou pequenos planos. Dessa forma, o veículo impõe ao consumidor a sua maneira especialíssima de ver o real.¹⁷²

O autor do trabalho aborda a televisão sob dois aspectos: as questões de produção do conteúdo, em que estão o ponto de vista do realizador, os cortes e “aqueles capazes de interferir no processo da transmissão”; e por outro lado uma característica imanente da TV: a de “impor ao consumidor a sua maneira especialíssima de ver o real”.

No primeiro ponto, temos a relação da produção discursiva na ESG com o mercado televisivo, lembrando que quando falamos de discurso nos referimos às noções foucaultianas

¹⁷² BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e Estratégias 1976 – 1985. Campo Psicossocial:** comunicação social face a segurança nacional. 1975, p. 38.

de produção de poder. Existia uma relação de força entre o mercado da televisão brasileira e a Ditadura Civil-Militar¹⁷³, os canais de televisão tinham atuação a partir de concessões governamentais e sofriam, ao mesmo tempo, o peso da censura marcadamente antidemocrática do período. No outro polo de tensão, a televisão é pensada como possível ameaça à ordem vigente, e essencial para aquilo que a ESG entende como o processo de modernização do Brasil, por trazer a possibilidade de divulgação das informações e da disseminação dos valores do próprio regime.

O segundo ponto na fonte analisada é referente não às relações sociais entre sujeitos participantes do mercado televisivo e sujeitos formadores de discurso oficial da ditadura, mas sim referente à televisão como tecnologia. Existe uma preocupação latente na ESG, materializada principalmente na censura, com a produção de conteúdo para a TV. Entretanto, também existe uma relação de apreensão sobre o aparelho independentemente da programação. Pensamos aqui uma forte ligação entre as teorias de McLuhan e os escritos da ESG, a linguagem televisiva, para esses sujeitos nos anos 1970, mostra ao telespectador planos específicos, “impondo”, assim, a sua maneira de entender o real. Segundo os egressos da Escola, a mensagem já possui consequências latentes nos espectadores pelo simples fato de ser transmitida pela televisão.

A perturbação psíquica e social criada pela imagem da TV – e não por sua programação – provoca comentários diários na imprensa (...) Com a TV, o espectador é a tela. Ele é bombardeado por impulsos luminosos iguais aos que James Joyce chamou de “Carga de Brigada Ligeira”, que impregnam sua “pelalma de tintuagens soluconscientes”. A imagem da TV, visualmente, apresenta baixo teor de informação. Ela não é uma tomada parada. Não é fotografia em nenhum sentido – e sim o incessante contorno das coisas em formação delineado pelo dedo perscrutador. O contorno plástico resulta da luz que atravessa e não da luz que ilumina, formando uma imagem que tem a qualidade da escultura e do ícone, mais do que da pintura. Três milhões de pontos por segundo formam a imagem-chuveiro que o telespectador recebe. Destes ele capta algumas poucas dúzias, com as quais forma uma imagem.¹⁷⁴

O trecho acima foi retirado do capítulo específico do livro de McLuhan sobre a televisão. São mencionadas no trecho as “tomadas” na produção de conteúdo televisivo e o próprio resultado da construção da imagem pelo aparelho televisivo. Segundo o autor, existe uma criação na produção cultural, mas as próprias características do meio de comunicação interferem nessa mensagem. A “luz que atravessa e não da luz que ilumina”, pensamos aqui,

¹⁷³ Temos aqui a Escola Superior de Guerra como um polo formador de discursos oficiais da ditadura, assim, na concepção adotada, a ESG representa uma parcela dos governantes do Brasil no recorte ditatorial.

¹⁷⁴ MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Toronto: McGrall-Hill Book Company, 1969, p. 351.

mais uma vez, o desconforto nas percepções das diferenças entre o cinema e a televisão, em que o primeiro, projeta quadros a serem refletidos na tela em branco, enquanto a segunda projeta imagens da própria tela.

Não nos propomos simplesmente em notar essa relação de citações e referências entre os trabalhos da ESG e o texto de Mcluhan, esse fato é documental e explicitado nas fontes que possuem em si citações indiretas, diretas e bibliografia. Temos, por exemplo: “Já Marshall Mcluhan esboça as seguintes conotações psicológicas e sociológicas da Radiodifusão: [...] A televisão não funciona como pano de fundo, ela envolve, é preciso estar com ela.”¹⁷⁵ É muito mais interessante ir além do apontamento dessas referências e começar a pensarmos os caminhos de inteligibilidade do discurso, entendendo-o como materialização das relações de poder para problematizarmos, assim, a racionalização dessas relações.

Caracterizada como “meio frio”, a televisão, segundo Mcluhan, tem essa característica de exigir total atenção do espectador. É “preciso estar com ela”, pois sua imagem de baixa resolução mobiliza a percepção sensorial da audiência, colocando-a, ao mesmo tempo, em situação de vulnerabilidade perante a programação. Essa seria a leitura apreendida pelos egressos da ESG, tendo a obra de Mcluhan como principal base teórica, em que os discursos nos trabalhos sobre a televisão têm essa tendência de colocá-la como um meio que “muda costumes”:

Na influência da Cultura Brasileira [sic] a Televisão vem cumprindo, como não poderia deixar de ser, seu papel de destaque. Exemplificaremos com a telenovela, (...) Criou hábitos, provocou a mudança de costumes. (...) Do ponto de vista de comunicação de massa, vem se apresentando como um tipo de mensagem inexpugnável. (...) Como se vê, torna-se imperioso prevenir-se ante um enfoque puramente industrial no processo de criação artística, que venha despido, portanto, de qualquer preocupação cultural, educativa ou estética.¹⁷⁶

O dicionário *Melhoramentos*, de 1975, define *inexpugnável* como sendo um adjetivo masculino e feminino que significa “que não é expugnável, que não pode ser conquistado. Inconquistável, invencível.”¹⁷⁷ A televisão é apresentada como produtora de uma mensagem que não somente é invencível como também é capaz de alterar os costumes da sociedade brasileira. Tendo isso em conta, o trabalho da ESG atenta para a necessidade de intervenção do Estado no mercado televisivo. A relação entre esse mercado e a ditadura é de

¹⁷⁵ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e Estratégias 1976 – 1985. Campo Psicossocial: comunicação social face a segurança nacional.** 1975. p. 29.

¹⁷⁶ *Ibid.* p. 40.

¹⁷⁷ SILVA, Alberto Prado e; MARINS, Francisco. **O grande dicionário brasileiro Melhoramentos.** São Paulo: Melhoramentos, 1975, p. 485.

pressões e concessões. Por um lado, os governos ditatoriais ampliam as concessões públicas para surgimento de novos canais, como a rede Globo, por exemplo, e por outro demarcam sempre com a censura às programações, como nas novelas da própria emissora¹⁷⁸.

É pertinente ainda comentar sobre a preocupação “cultural, educativa e estética” proposta no discurso. Sabemos que a ditadura tinha um projeto de educação específico, marcado por eventos violentos, como a prisão dos estudantes no congresso da UNE, de Ibiúna, em 1968; as demissões compulsórias de professores universitários na UNB e em diversas outras universidades federais ainda em 1964; e o trágico assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto em 1968. Marcado também pela preocupação com a “moral” como ponto fundamental na educação básica e secundária. A disciplina de Educação Moral e Cívica¹⁷⁹ seria um exemplo expressivo de como esse projeto entendia a educação, que se baseava na obediência cega às autoridades e no fim do raciocínio crítico.

A ESG estava diretamente envolvida com este projeto. Nessa instituição, foram desenvolvidas as disciplinas de Educação Moral e Cívica¹⁸⁰. Não coincidentemente, é também onde foram formados muitos censores do regime, bem como era o local onde eram pensadas e formuladas políticas públicas de intervenção do Estado na programação televisiva, por meio da censura ou do incentivo seletivo.

Também a Televisão, por esta total envolvimento sensória, provocando efeitos psicométricos, avançou no campo pedagógico, roubando aos pais parcela ponderável de seu papel. Na medida em que esse campo de informação contribui para atitudes futuras do cidadão, pode-se pensar a influência exercida por esse meio na formação de correntes da opinião pública.¹⁸¹

¹⁷⁸ Cf. SILVA, Thiago de Sales. **“Espetáculo inconveniente para qualquer horário”**: a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016 e HAMBURGUER, Esther. **O Brasil antenado: A sociedade da novela**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

¹⁷⁹ A disciplina, pensada e formulada nas salas da Escola Superior de Guerra, teria certos elementos sobre a “moral”, como afirma Rodrigues, Alves e Silva: “expressamente difundidos nos livros didáticos de EMC [Educação Moral e Cívica], sobretudo aqueles que se detêm no tema 'família'. O lugar da família na sociedade, sua atuação na educação dos novos cidadãos, o caráter cristão que a constituiu, além do estabelecimento de papéis de mães e pais, mulheres e homens, vão marcar as principais preocupações envolvendo a família.” RODRIGUES, Karla Cristine; ALVES, Raquel da Silva; SILVA, Thiago de Sales. As mobilizações do gênero nos livros de Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena [organizadoras]. **As Mobilizações do Gênero na Ditadura Brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014, p. 38.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 36.

¹⁸¹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e Estratégias 1976 – 1985. Campo Psicossocial: comunicação social face a segurança nacional**. 1975, p. 29.

Outra relação latente, construída nos discursos da ESG sobre televisão, dizem respeito às consequências da propagação de informações por esse meio e a formação da opinião pública. O alerta sempre presente sobre os meios de comunicação de massa e sobre a TV é também um sinal de vigilância sobre esse binômio que coletiviza o sujeito, em que a opinião, eminentemente individual e característica da subjetividade de alguém, passar a ser pública, coletiva.

3.3 Charles R. Wright: comunicação de massa, televisão e opinião pública

A segunda obra citada nas bibliografias escolhida para construir nossa análise foi *Comunicação de massa: uma perspectiva sociológica*, de Charles Rob Wright e escrita em 1959. O autor em questão é americano, nascido na cidade de *Pennsauken*, estado de *New Jersey*, no final dos anos 1920, tendo falecido com 90 anos completos no dia 17 de outubro de 2017. Wright tornou-se doutor em sociologia pela *Columbia University* em 1954 e três anos depois juntou-se a Universidade da Califórnia (UCLA), onde publicaria a obra aqui analisada.

Escrito quase dez anos antes do trabalho da ESG, o livro mais antigo utilizado nesta pesquisa, *Comunicação de massa: uma perspectiva sociológica*, é citado em trabalhos do final da década de 1960 até o começo dos anos 1980. O volume de textos em que Wright recebe destaque é significativo, porém existe uma característica específica nesses trabalhos: a maioria das bibliografias em que Wright aparece citado são referentes a trabalhos da ESG que tratam sobre a “opinião pública”: *Formas de comunicação e a opinião pública* de 1969; e *Comunicação social, opinião pública e censura* de 1981, são exemplos disso; além de, *Comunicação social face a segurança nacional*, de 1975, que, apesar de não trazer o verbete no título, também trabalha a “opinião pública”. Qual a relação desse autor com esse conceito e qual a importância do mesmo não só nos trabalhos da ESG citados até então, mas também sobre as formas de inteligibilidade da Escola? Como os egressos da ESG entendem a televisão como uma tecnologia específica a partir dessas concepções sobre a opinião pública?

Para entendermos as apropriações dos egressos da Escola sobre as significações de Wright com relação a “opinião pública”, primeiro é imperativo que se discorra sobre a própria “comunicação de massa” segundo o autor. Tanto em Wright como na ESG, os binômios – opinião pública e comunicação de massa – estão intimamente ligados.

No uso popular a expressão *comunicação de massa* evoca imagens de televisão, rádio, cinema, jornais, revistas de história em quadrinhos, etc. Mas esses instrumentos

técnicos não podem ser confundidos com o *processo* que nos interessa. (...) Não são os componentes técnicos dos modernos sistemas de comunicação que os distinguem como veículos de comunicação de massa. Na verdade, comunicação de massa é um tipo especial de comunicação envolvendo condições de operação distintas, entre as quais estão em primeiro lugar, a natureza da audiência, da experiência comunicadora e do comunicador.¹⁸²

O trecho anterior está localizado no primeiro capítulo de *Meios de comunicação de massa: uma perspectiva sociológica*, que se denomina *Natureza e funções da comunicação de massa*. O livro de Wright é referente a um recorte bem específico no espaço e no tempo, a sociedade estadunidense do final dos anos 1950. Assim, temos sempre alguns desconpassos ou estranhamentos com a realidade brasileira. As HQ's (histórias em quadrinhos), por exemplos, eram vistas como meios de comunicação de massa. Outro exemplo dessas diferenças seria a própria televisão como meio de comunicação de massa ainda antes dos anos 1960. É interessante notar que em 1954 já havia 35 milhões de aparelhos de televisão nos EUA¹⁸³ Diferente de McLuhan, que propõe um estudo global, o sociólogo de *New Jersey* fez análises centradas em contextos específicos.

O seu estudo sobre a comunicação de massa parte dos EUA e se refere, em grande parte, à realidade americana. Entretanto, durante quase trinta anos o seu texto foi largamente lido e citado nos trabalhos da ESG. Pensamos que tal fenômeno se deu, em parte, pela importância desse autor para as outras referências utilizadas na Escola. Além disso, o seu estudo, mesmo partindo de casos específicos, propõe teorias gerais que são utilizadas pelos egressos da ESG. O autor define os processos da comunicação de massa a partir de três componentes: *a natureza da audiência, a experiência comunicadora e a natureza do comunicador*. Temos a comunicação definida pelo ouvinte, pela mensagem e pelo receptor; está colocada, mais uma vez, a perspectiva clássica norte-americana.

Sobre a “natureza da audiência” temos a afirmativa de que deveria ser “grande, heterogênea e anônima”. Wright determina uma audiência “grande” como aquela em que o comunicador não pudesse interagir diretamente com cada membro específico. No mesmo sentido, tendo a origem e o destino da mensagem como referência, heterogênea e anônima seria a audiência em que os seus membros permanecessem “pessoalmente desconhecidos do comunicador”; ao mesmo tempo em que não representassem um grupo exclusivo.

¹⁸² WRIGHT, Charles R. **Comunicação de Massa: uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Bloch editora. 1973, p. 12.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 36.

O autor define ainda a experiência comunicadora como “pública, rápida e transitória”¹⁸⁴. O público aqui não se refere a “coisa pública estatal”, mas sim a característica anônima da audiência, ou seja, se as mensagens não têm receptor particular são públicas, segundo o autor. A rapidez e transitoriedade da experiência comunicadora são referentes às características efêmeras das mensagens, “porque a intenção é de que sejam consumidas imediatamente.”¹⁸⁵

Ainda temos as características do comunicador na comunicação de massa: “Ao contrário do escritor ou do artista isolado, o comunicador trabalha dentro de uma complexa organização, que inclui uma extensa divisão de trabalho e um grau de despesa correspondente.”¹⁸⁶ A partir dessas três características do processo de comunicação de massa, a comunicação dessa faculdade deveria “atingir” grandes públicos, ser efêmera e estar envolvida em complexos sistemas de criação. A televisão enquadrava-se ainda no começo da década de 1960, no Brasil, e na década de 1950, nos EUA, nesses quesitos. A maioria dos trabalhos da ESG partem dessa definição para caracterizar os meios de comunicação de massa, muitos deles selecionavam os jornais impressos, o rádio, o cinema e a televisão, assim como o próprio Wrigth.

A “massa” então é referente ao volume difuso de telespectadores, no caso da televisão, dispostos a receber as mensagens da telinha. Williams nos mostra outras definições de “massa” presentes em situações históricas diferentes:

“Massas” foi o novo termo oitocentista de desprezo para o que era anteriormente chamado de “turba”. A “massa” física da revolução urbana e industrial ajudou a consolidar essa expressão. Uma nova consciência radical de classe adotou o termo para expressar o material das novas formações sociais: “organizações de massa”. O “encontro de massa” foi um efeito físico observável.¹⁸⁷

A definição de Williams relativa a Inglaterra do século XIX é completamente diferente, como podemos perceber, da apropriada por Wrigth e pela ESG. No século oitocentista, as “massas” eram os aglomerados de trabalhadores indo e vindo das suas fábricas. Ali era possível presenciar o “movimento das massas” bem como também a sua agitação. Com o século vinte e o advento das telecomunicações o significativo do termo referente a quantidade

¹⁸⁴ *Ibid.* p. 14

¹⁸⁵ WRIGHT, Charles R. **Comunicação de Massa: uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Bloch editora. 1973, p. 14.

¹⁸⁶ *Ibid.* p. 15.

¹⁸⁷ WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Tradução Marcio Serelle; Mário F.I. Virgiano. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2016, p. 36.

de pessoas foi aos poucos extrapolado e as “massas” foram deixando de ser visualmente identificáveis. Com o início do Breve Século XX e o surgimento das telecomunicações o termo passou então a referir-se ao consumidor heterogêneo e anônimo. É claro que este processo histórico foi longo e complexo, Williams, em obra já citada, se ocupa com maior apreço em tentar entendê-lo.

Pensemos em como “as massas” são representadas nos textos da ESG. Em particular temos um trabalho do Curso de Informações de 1969:

É um agrupamento elementar, sem contiguidade espacial, que participa de um mesmo comportamento coletivo, frente a um evento excitante, escolhendo as mesmas soluções e agindo paralelamente. É interessante notar que os membros de uma massa podem provir de todos os níveis sociais, diferentes culturas, diferentes pessoas e agem frente a impulsos vagos ou sentimentos despertados por fatos de grande monta. A propaganda política volta-se para as massas sem perder de vista que os seus apelos devem ser dirigidos ao indivíduo anônimo, desde que cada integrante desse agrupamento procura suprir suas próprias necessidades ao fazer sua escolha.¹⁸⁸

Temos de início uma diferença perceptível com a definição dada por Williams: “um agrupamento elementar, sem contiguidade espacial”. No século XIX, “as massas” eram físicas e sua delimitação espacial era não só perceptível como fazia parte de sua definição. No século XX, esse coletivo singular é abstrato, refere-se às pessoas que estão conectadas pela informação e não pelo espaço conjunto. No documento da ESG, porém, temos essa questão em confluência com o livro de Wright, o texto foi selecionado por citar o autor norte-americano em sua bibliografia.

O trabalho é intitulado *Formas de comunicação e a opinião pública: estudar as relações entre as formas de comunicação e a opinião pública, particularmente dos processos utilizados para a manipulação da opinião pública. Meios de neutralização dessa manipulação*; e foi escrito por um militar com a patente de coronel. O título longo é característico dos trabalhos do Curso de Informações que possuíam, além dessa característica, temas necessariamente voltados para diferentes formas de comunicação. A partir desse trabalho, construímos a concepção em nossa narrativa sobre a comunicação de massa e a opinião pública: a ameaça que a primeira representava sobre a segunda; o alerta da ESG sobre a “manipulação” da sociedade brasileira contra o governo vigente na Ditadura Civil-Militar.

¹⁸⁸ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Formas de comunicação e a opinião pública: estudar as relações entre as formas de comunicação e a opinião pública, particularmente dos processos utilizados para a manipulação da opinião pública. Meios de neutralização dessa manipulação.** 1969, p. 6.

Durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, os sujeitos que poderiam planejar e executar essa manipulação, no entendimento da Escola, foram mudando. Diferentes processos históricos externos à instituição podem ser vistos nas escolhas desses inimigos da opinião pública. O primeiro, e o que mais esteve presente durante toda a ditadura, sem dúvidas, foi o “inimigo vermelho”. O perigo da ameaça comunista foi uma questão nos estudos da ESG sobre opinião pública, sobre comunicação e televisão. Entendemos isso não só como uma relação constituída nos contextos históricos da Guerra Fria, mas também como a própria ditadura, e a ESG, como um importante polo formador de discursos dentro do regime, se constituíram elencando o comunismo como seu inimigo. A partir de Motta, entendemos que o anticomunismo no Brasil é anterior a própria Guerra Fria e não se esgota com o seu fim.

Sem a menor dúvida, dos indivíduos atuantes numa Sociedade, sobre determinado assunto específico de determinado campo, seja ele político ou psicossocial ou outro, a grande maioria se encontra, sempre, em estado de dúvida, quando não de ignorância. É pois, precisamente, este público que se constitui no objetivo principal das ações psicológicas levadas a efeito para a formação da Opinião Pública. É também ele a grande preocupação, o grande centro das atenções de quem pretende deformar-lhes o entendimento e conseqüentemente assimilação através de manipulação apropriada.¹⁸⁹

É imperativo entender a relação entre comunicação e manipulação na ESG. A própria forma como os discursos construídos na Escola representava a comunicação social, e o processo comunicacional como ciência, subentendia-se a ação de alterar opiniões, certezas ou mesmo dogmas do público que era, nesse caso, “alvo”.

Além do perigo comunista, também fora elencado como inimigo do governo ditatorial, com diferentes nuances, o mercado da comunicação, no caso o mercado televisivo. Existia a preocupação na ESG de que, em nome do lucro descabido, os produtores dos canais de televisão estivessem se aproveitando de conteúdos “obscenos” e “imorais” para alavancar os índices de audiência. As próprias críticas ao governo deveriam fazer parte dessa tentativa mercadológica focada no lucro acima de tudo. Inúmeras são as propostas, principalmente durante a década de 1970, de regulamentação do mercado televisivo. Também existia o medo da junção dos dois inimigos: o “perigo vermelho” poderia estar infiltrado no mercado. A censura tornava-se, assim, imprescindível para os egressos da ESG.

¹⁸⁹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Formas de comunicação e a opinião pública:** estudar as relações entre as formas de comunicação e a opinião pública, particularmente dos processos utilizados para a manipulação da opinião pública. Meios de neutralização dessa manipulação. 1969, p. 11.

Por este processo é quebrada a unidade de princípio e as convicções reduzindo-as pela dúvida a questões de opinião esvaziando-as de seu conteúdo autêntico, para em seguida, as substitui por outro que é subministrado em forma de estereótipo, as ideias estratificadas. Em suma, destrói-se o estado de convicção ou certeza substitui-se-o [sic] pelo de dúvida para, em seguida, introduzir-se no paciente a nova convicção que interessa ao agente. Através de lavagens cerebrais amplia-se o grande número duma Sociedade naturalmente em estado de dúvida com parte daqueles que viviam em estado de certeza. Lavagem cerebral também é manipulação, admitido o termo como possuidor de intenção orientada em determinado sentido de interesse de quem a realiza.¹⁹⁰

O processo comunicacional, como entendido pelos egressos da ESG, possuía três elementos principais: emissor, mensagem e receptor. As construções de discursos dentro da Escola, ou seja, as formas como são constituídas as relações de poder e os projetos políticos para o Brasil, são realizadas, em parte, sob os entendimentos formados na instituição sobre esses três elementos. Como podemos analisar no trecho anterior, o receptor é o paciente, ele ou ela são passivos à mensagem. Apenas aguardam os seus efeitos, caso esta tenha sido eficiente. Já o emissor é literalmente o agente do processo. O alerta seria de que essa população passiva e indefesa tivesse suas convicções alteradas pelos diversos “inimigos da Nação”. Existe ainda a questão da dúvida e da incerteza para com o regime. Em 1969, um ano após a publicação do A.I-5, a ditadura brasileira não admitia questionamentos sobre o regime. Anos depois seria criado o *slogan* “ame-o ou deixe-o”.

Afirmava Wrigth em 1959:

O noticiário não censurado sobre o mundo ameaça potencialmente a estrutura de qualquer sociedade. Por exemplo, uma informação sobre as condições e ideologias de outras sociedades pode levar a comparações injustas entre aquelas e as condições existentes “em casa”, e daí a pressões para mudanças.¹⁹¹

O autor, nesse caso específico, aponta ainda outra característica dos processos de formação da “opinião pública” estudados pela ESG: existem casos, como o apontado no trecho, em que a estrutura da sociedade é ameaçada não somente pelos inimigos externos e internos, mas pelo simples acesso à informação. A percepção do diferente pode levar a formação de uma “opinião pública” desfavorável ao governo e provocar, assim, agitações sociais. Muito semelhante às afirmações de McLuhan em *Os meios de comunicação como extensão do homem*,

¹⁹⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Formas de comunicação e a opinião pública**: estudar as relações entre as formas de comunicação e a opinião pública, particularmente dos processos utilizados para a manipulação da opinião pública. Meios de neutralização dessa manipulação. 1969. p. 12.

¹⁹¹ WRIGHT, Charles R. **Comunicação de Massa**: uma perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Bloch editora. 1973, p. 9.

em que também são apontadas as capacidades de causar distúrbio social pelas características físicas do meio ao qual a informação é transmitida e pelas características da própria informação.

Retornando ao documento de 1975, *Política e estratégia 1975/85: campo psicossocial – a comunicação social face à segurança nacional*¹⁹², analisado no tópico anterior, temos a definição de “opinião pública”:

Sem pretender percorrer os meandros e nuances muito próprios de estudo da opinião pública, acreditamos não termos nos desviado muito quando conceituamos ou entendemos a opinião pública como sendo as opiniões sobre assuntos de interesse da Nação, livre e publicamente expressas por homens responsáveis que não participam do governo e reivindicam para suas opiniões o direito de influenciarem ou determinarem as ações, o pessoal ou a estrutura de governo. (...) Assim compreendida, a opinião pública, em primeiro lugar, é uma comunicação entre os cidadãos e seu governo e apenas secundariamente uma comunicação entre cidadãos.¹⁹³

O documento define opinião pública como sendo um juízo sobre o governo vindo de sujeitos externos a ele, ou seja, a opinião de certa parcela da população sobre o governo. A teoria desenvolvida em Wrigth sobre a comunicação de massa tem um elemento excepcional, a ideia da informação em duas etapas. Para o autor, uma mensagem tem maior eficiência sobre o público de massa, quando antes atinge os “formadores de opinião”. Estes, por conseguinte, retransmitem a mensagem para que esta “atinga” com eficiência os seus “alvos”:

Há indícios crescentes em favor da hipótese de que as mensagens da comunicação de massa não atingem sempre, diretamente, a última escala da audiência (modelo da “agulha hipodérmica”). Algumas vezes, através do processo em duas etapas, elas atingem primeiro uma camada da sociedade (dos chamados líderes de opinião ou influenciadores), que por sua vez transmite a mensagem oralmente aos que os consultam ou utilizam a mensagem em forma de conselho ou informação para o seu círculo de influenciados.¹⁹⁴

Por um lado, o autor Wrigth discorda da teoria da “agulha hipodérmica”, em que a mensagem é inserida na audiência como uma vacina na seringa, porém essa discordância parte de uma mesma compreensão sobre a comunicação, a de que a mensagem pode ser transmitida. A diferença é a etapa a mais pensada pelo autor. O termo cunhado em *Comunicação de massa: uma perspectiva sociológica* não é citado em nenhum trabalho analisado nesta pesquisa, nem

¹⁹² BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e Estratégias 1976 – 1985. Campo Psicossocial: comunicação social face a segurança nacional.** 1975.

¹⁹³ *Ibid.* p. 57.

¹⁹⁴ WRIGHT, Charles R. **Comunicação de Massa: uma perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Bloch editora. 1973, p. 49.

mesmo naqueles que têm o autor em sua bibliografia. Entendemos essa ausência como uma das grandes diferenças entre a inteligibilidade sobre as teorias da comunicação de massa desenvolvidas na ESG e a de Wriqth. O processo comunicacional, como entendido na ESG, não possui duas etapas; o processo de constituição da opinião pública, porém, possui a figura dos “líderes de opinião ou influenciadores”, muito parecidos com os alvos da primeira etapa de Wriqth.

Buscamos com essas comparações entender como os egressos da ESG foram construindo esses caminhos de sentido. Os dois autores protagonistas deste capítulo, Charles Wriqth e Marshall Mcluhan, possuem visões específicas sobre a comunicação de massa, porém partem de um mesmo “norte”: a mensagem pode alterar o comportamento dos indivíduos. Um está mais focado nas formas da mídia e suas especificidades e o outro no processo de constituição da opinião pública. Os discursos na Escola se apropriam, em diferentes graus, dessas visões e teorias para construir formas de entendimento únicas.

Dentro disso, a televisão possuía um local central nesse processo, o documento, *Política e estratégia 1975/85: campo psicossocial – a comunicação social face à segurança nacional*, assim define o local da TV no processo de formação da opinião pública:

Ainda na formação e conteúdo das mensagens, busca por uma questão natural, a universalidade, atingindo a todo e qualquer consumidor, indistintamente. Fato, este, que mal compreendido pode levar o veículo a uma relação falsa com o grupo social. Geralmente, a Televisão é levada a tratar como homogêneos fenômenos característicos de apenas alguns setores da sociedade. A busca de um suposto denominador comum, que renda o máximo de aceitação por parte do público, preside “a elaboração da mensagem”.¹⁹⁵

Aqui temos a relação específica da TV com as mensagens, como em Mcluhan. A informação transmitida tem características próprias devido ao seu meio ser a televisão. Entretanto, essas particularidades são atribuídas aos processos de construção da mensagem e da programação na indústria televisiva e não ao meio em si. A programação televisiva, na formação da opinião pública, teria a tendência de uniformizar as relações sociais. Também podemos relacionar esse medo e alerta sobre a mídia, descrito por Wriqth, como o “noticiário não censurado” que “abala a estrutura da sociedade”. A relação posta, pois, é de que a opinião pública é constituída por meio da programação da televisão; o alerta, portanto, é para que essa construção seja vigiada para que o regime tenha o mínimo de atrito possível com a sociedade.

¹⁹⁵ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e Estratégias 1976 – 1985. Campo Psicossocial: comunicação social face a segurança nacional.** 1975, p. 38.

Buscamos explorar agora um trabalho especial do Curso Superior de Guerra do ano de 1981 intitulado: *Comunicação social, opinião pública e censura*. Como nos anteriores, o trabalho possui Thomas Wrigth como referência bibliográfica. A conjuntura histórica, porém, seria bem diferente no começo da década de 1980 do que no final dos anos 1960 e da década de 1970. A lei da anistia, por exemplo, havia sido aprovada dois anos antes, em 1979; e o A.I - 5 em 1978. A ditadura mostrava sinais de distensão em alguns aspectos, contudo a lei referente a censura, lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968, ainda existia em pleno vigor e somente seria revogada com a constituição de 1988.

Dentro de todas essas rupturas e permanências, os discursos da ESG sobre a comunicação de massa e sobre a televisão continuavam bastante semelhantes, conservando ainda algumas diferenças, é verdade, contudo continuavam partindo das mesmas bases estabelecidas nos anos 1960. McLuhan e Wrigth, em seus textos agora com 17 e 22 anos respectivamente, continuavam a serem citados. Em *Comunicação social, opinião pública e censura*, temos a presença dos dois autores, sendo somente o segundo explicitamente referenciado na bibliografia:

Interpõe-se, ainda, entre a mensagem e o público, um extrato de agentes, conhecidos como “líderes de opinião”, que opera, em última instância, como complemento indispensável aos meios de comunicação na formação da opinião pública. (...) Mantêm-se permanentemente expostos a mensagem, seja ela de natureza geral ou especializada, à qual dão uma interpretação própria e, num processo de interação com os demais membros do grupo, procuram traduzir o conteúdo das informações, gerando uma tendência consensual nos aspectos mais relevantes. (...) Assim, em termos de comunicação social, tão importante quanto o público-alvo são os líderes de opinião, uma vez que eles são os agentes reforçadores do impacto da comunicação, entendendo-se como impacto o efeito real causado pela mensagem, e não, apenas, a audiência exposta a mesma.¹⁹⁶

Temos a teoria da comunicação em duas etapas de Wrigth praticamente parafraseada pelo autor em questão. Isso nos mostra a relevância do norte-americano para a Escola, que nos anos oitenta ainda utilizava uma referência do final dos anos de 1950. Também percebemos com isso a característica da ESG de utilizar poucos autores contemporâneos na escrita dos trabalhos. O único momento em que os autores utilizados tiveram seus livros traduzidos para o português, na mesma década que o trabalho, foi na década de 1960, em que a maioria das referências da ESG foram escritas. Isso pode demonstrar, em um primeiro sentido, uma certa relutância em utilizar bibliografias “atuais”, porém entendemos que a

¹⁹⁶ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Comunicação social, opinião pública e censura**. 1981, p. 28.

principal questão aqui é a forte sedimentação da base norte-americana nas referências teóricas da instituição.

A força que McLuhan e Wrigth possuem nos trabalhos sobre comunicação é impressionante, a maioria dos discursos são definidos a partir dos dois autores; para além deles, temos ainda uma série de outros autores utilizados pela ESG também norte-americanos. Isso pode dizer muito sobre as relações de troca entre a Ditadura Civil-Militar brasileira com o governo estadunidense. É de conhecimento comum, na academia, as ações dos EUA no Brasil durante a segunda metade do século XX: temos os navios mandados para a costa brasileira durante o golpe; relatórios constantes do embaixador norte-americano para o governo Kennedy sobre o governo Goulart e a iminência do golpe¹⁹⁷. Essas relações da ESG, porém, nos mostram ações de outro viés, quase tão efetivo quanto.

Existia um intercâmbio, ou melhor, uma importação epistemológica no tocante a estudos sobre comunicação social entre Brasil e EUA. Os estudos feitos naquele país foram as principais bases em décadas de pesquisa sobre a comunicação no Brasil, as formas de entender as mídias, assim, foram construídas a partir do pensamento norte-americano.

Retornando a citação anterior, a partir da teoria em duas etapas de Wrigth, existe uma preocupação não só em como a “população-alvo” receberia a mensagem em si, mas também como os líderes de opinião reforçariam ou não a mensagem. Existe ainda no trabalho uma definição do que seria esses líderes de opinião. Segundo o autor de *Comunicação social, opinião pública e censura*, essas pessoas teriam maior “penetração social” nos seus grupos de convívio, seriam os líderes comunitários e sindicais, por exemplo, que eram ouvidos com atenção por parcelas específicas da população. A recomendação da ESG é, então, focada no cuidado não só com o mercado e com a mensagem, mas também com os próprios líderes de opinião, que poderiam deturbar as informações e causar agitação social.

Saindo um pouco dos campos e discursos construídos pela ESG, buscamos o verbete “opinião pública” em outras referências teóricas. Nossa intenção é construir uma análise também pela diferença, pois entender como o binômio pode ser apropriado de formas

¹⁹⁷ “Foi no contexto da campanha para as eleições parlamentares de 1962 que a intervenção norte-americana no processo político brasileiro intensificou-se, ultrapassando, em muito, os níveis 'normais' de propaganda ideológica que os Estados Unidos habitualmente faziam em qualquer país [...]. O próprio embaixador Lincoln Gordon confessou que foram gastos, pelo menos, US\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha eleitoral dos candidatos favoráveis à política norte-americana e opositores a Goulart. Naturalmente, a autorização para tal intervenção foi dada pelo presidente Kennedy. Gordon se diz arrependido, mas foi esse o início do processo que tornou a embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro um ator político plenamente envolvido nos negócios internos brasileiros.” FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 77.

totalmente diferentes em outros contextos, pode auxiliar-nos no processo de desnaturalização e, por conseguinte, historicização das formas utilizadas na ESG. Segundo Bobbio:

Opinião pública é de um duplo sentido: quer no momento da sua formação, uma vez que não é privada e nasce do debate público, quer no seu objeto, a coisa pública. Como “opinião”, é sempre discutível, muda com o tempo e permite a discordância: na realidade, ela expressa mais juízos de valor do que juízos de fato, próprios da ciência e dos entendidos. Enquanto “pública”, isto é, pertencente ao âmbito ou universo político, conviria antes falar de opiniões no plural, já que nesse universo não há espaço apenas para uma verdade política, para uma epistemocracia.¹⁹⁸

Opinião pública, no dicionário político de Bobbio, adquire o caráter político orgânico na sua formação e circulação. Para o autor, a perspectiva pública não se refere ao número de opiniões, como as “massas” nos discursos da ESG, e sim ao debate político. Público aqui está no contexto da república, no debate de ideias e da participação política. A epistemocracia seria o resultado de uma tentativa de tornar esse debate, que deveria ser um dos cerne da democracia, cristalizado.

Um ponto ainda relevante a ser destacado em *Comunicação social, opinião pública e censura* é um trecho localizado no capítulo dois, em que o autor discorda do conceito cunhado por McLuhan:

Evidentemente a penetração do veículo em si, ou seja, a sua disponibilidade no seio da sociedade, é um fator fundamental na qualificação da comunicação social quanto ao seu alcance. Porém, a afirmação de que “o meio é a mensagem”, começa a perder a validade na medida em que se universaliza o acesso aos veículos, tornando-os uma rotina no quotidiano do indivíduo.¹⁹⁹

Mais uma vez constata-se a importância de Marshall McLuhan na ESG, em um trabalho realizado dezessete anos após a publicação do seu livro no Brasil, em que o seu nome não é citado no texto ou nas referências, mas o seu conceito ainda é debatido. É quase como se na ESG, não fosse possível falar de comunicação de massa sem discutir algo sobre o autor, mesmo que seja para marcar discordância. É importante salientar também que, durante a segunda metade do século XX, o autor teve essa importância no Brasil em grandes universidades públicas, não só na Escola Superior de Guerra.

Examinando a conclusão de *Comunicação social, opinião pública e censura*, temos a culminância dessas preocupações no tocante a comunicação de massa e a televisão:

¹⁹⁸ BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 852.

¹⁹⁹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Comunicação social, opinião pública e censura**. 1981, p. 18.

A televisão, com seus códigos audio-visuais de poderosa ação sobre os sentidos perceptivos naturais do homem, com sua penetração profunda nos mais significativos segmentos da sociedade brasileira e com sua potencialidade técnica para sintetizar a estrutura comunicativa dos demais meios de comunicação de massa, é o meio eletrônico que deve reter maior parcela de atenção do governo e da nação brasileira. As disparidades regionais marcantes exigem uma mensagem, seja cultural, recreativa ou noticiosa, compatível com o público-alvo, para que não aumente o grau de tensões já existente, mas, pelo contrário, seja um instrumento de redução dessas disparidades.²⁰⁰

O documento tinha anteriormente discordado de McLuhan, porém temos, mais uma vez a televisão e sua “ação sensorial sobre o homem” e sua penetração na sociedade. O processo comunicacional, portanto, é entendido como capaz de “atingir” as massas e alterar a opinião pública sobre o governo. A TV também seria a única capaz de sintetizar os outros meios de comunicação de massa em um só instrumento, sendo assim alvo de maior preocupação do governo. Temos por fim, a dualidade do alerta e da possibilidade.

Os discursos produzidos na ESG entendiam a televisão como um dos instrumentos capazes de derrubar o governo a partir da agitação social. Entretanto, na mesma medida, a partir do pensamento estratégico militar, enxergavam nessa mídia grandes possibilidades para o desenvolvimento e “modernização” do Brasil. O binômio trabalhado por Motta da modernização conservadora, muito nos ajuda a entender a relação desse polo produtor de discursos na Ditadura Civil-Militar, que fora a ESG e a televisão, como meio de comunicação de massa.

O aparelho estava entre o alerta e a possibilidade por representar o ímpeto modernizador do regime e, ao mesmo tempo, um abalo nas tendências conservadoras. Para um sistema de governo que se apoiava no conservadorismo, *Gabriela, Cravo e Canela*, novela da Rede Globo de 1975, por exemplo, deveria ser censurada porque, segundo o parecer dos censores, a protagonista: “ganhará a simpatia do público pela sedução quando determina uma análise corrosiva e satírica dos valores sociais”. A ficção ainda foi acusada de abordar “‘a vitória do amor livre’ e a rejeição do matrimônio”.²⁰¹ O alerta não era somente para as possíveis ações diretas contra o governo transmitidas na televisão, como greves e boicotes, mas também contra os valores em que o governo se apoiava e buscava legitimidade.

²⁰⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Comunicação social, opinião pública e censura**. 1981, p. 33.

²⁰¹ SILVA, Thiago de Sales. **“Espetáculo inconveniente para qualquer horário”**: a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016, p. 89.

4 “AS RESPONSABILIDADES PSICOSSOCIAIS DA TELEVISÃO” OU UMA QUESTÃO DIALÓGICA

O historiador ama o acontecimento: seu gosto por ele é proporcional a sua inquietude com o “silêncio das fontes”; em geral, procura (portanto encontra) aquele que é saliente e se torna significativa a partir de suas próprias hipóteses de trabalho. Desde então o acontecimento – ou os acontecimentos – mantém o fio do relato, são asperezas tangíveis que fornecem provas, em torno das quais o historiador estabelece sentido, uma cronologia, adentos. É porque o historiador festeja o acontecimento desentocado do arquivo que ele constrói seu relato a seu redor, inclui-o em seu procedimento como aquilo que traz a justificação do que quer demonstrar. O acontecimento encontrado desempenha frequentemente o papel de uma força suplementar de legitimação do discurso. Lá jaz o paradoxo perverso de sua presença no discurso histórico: indo de acontecimento justificador em acontecimento justificador como se avança no ludo, o historiador corre o risco por vezes de esquecer que o acontecimento, extraído das fontes, é antes de mais nada o objeto de uma seleção que serve a uma tese discursiva e demonstrativa mais ampla; é desta forma que se homogeneiza ao contato do relato.²⁰²

Farge discorre sobre os locais de produção da escrita da história. Nesse excerto, o “acontecimento” é colocado como um dos imperativos impossíveis da disciplina. Não é possível realizar a disciplina histórica, pelo menos como a conhecemos e entendemos atualmente, sem a “acontecimentalização”, sem um recorte nos documentos que destaque a narrativa. Entretanto, se não se pode produzir sem esse processo, tão pouco este pode ser o fim da escrita. O cuidado com o ato de “eleger” o significativo passa também pela percepção de que essa escolha não pode ser naturalizada.

No decorrer da pesquisa, na medida em que o objeto de discussão era construído a partir das práticas de análise, não conseguimos encontrar, no arquivo, nenhum trabalho especial que tivesse a palavra “televisão” escrita no título. A procura do destaque, a busca do acontecimento em forma de documento. A imagem-objeto (como nos referimos ao objeto, na introdução) já estava sendo pensada a partir das discussões nas fontes: a relação entre a televisão e a segurança nacional. Entretanto, os títulos dos trabalhos analisados eram mais abrangentes: *Os meios de comunicação social, suas implicações sobre a formação da opinião pública*²⁰³; *Política e Estratégia – campo psicossocial: formação da opinião pública*²⁰⁴; *Comunicação social e segurança psicossocial*²⁰⁵. A televisão era, sim, um grande ponto de discussão em todos

²⁰² FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 73.

²⁰³ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Os meios de comunicação social, suas implicações sobre a formação da opinião pública**. 1981.

²⁰⁴ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e Estratégia – campo psicossocial: formação da opinião pública: considerando o decênio 66/75 e tendo em vista a conjuntura brasileira, formular para a década 76/85, política e estratégias opcionais**. 1976.

²⁰⁵ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Comunicação social e segurança psicossocial**. 1974.

esses documentos, do contrário não existiria esta pesquisa como tal, porém o “fetiche da fonte” do historiador clamava por algo diretamente mais tangível. Agradável foi a surpresa quando finalmente encontramos.

4.1 O documento como acontecimento

No meio das estantes do arquivo da Biblioteca General Cordeiro de Farias, encontra-se um trabalho especial de quarenta páginas. Aquele não era o seu local, não deveria estar junto aos trabalhos dos anos 1990, mas por acaso foi avistado em um bater de olhos: *As responsabilidades psicossociais da televisão*²⁰⁶, de 1980. Tudo certo, agora todas as teorias seriam respondidas e confirmadas; finalmente teríamos o nosso documento-acontecimento. Grande foi o espanto, então, quando percebemos que as pequenas quarenta páginas “contradiziam” muitos pontos que víamos pensando até o momento. A televisão ainda era uma questão, obviamente, pois era ponto central no documento, e o conceito de “comunicação” ainda denotava transmissão de ideias. No entanto, era questionado, no trabalho, as características onipotentes da TV de alterar, radicalmente, o comportamento alheio. Ainda não entendíamos, na época, a principal potência das fontes na disciplina histórica: trazer perguntas, questões em vez de respostas prontas.

Depois do choque e espanto iniciais, tentamos estudar o problema para descobrir como proceder. O objeto deveria mudar? A abordagem? Acabamos encontrando em Certeau, como tantas vezes, o fio de Ariadne²⁰⁷ para explorar os caminhos da pesquisa:

Dito de outra maneira, esse retorno aos fatos não pode ser arrolado numa campanha contra o monstro do “estruturalismo”, nem pode ser posto a serviço de uma regressão às ideologias ou às práticas anteriores. Pelo contrário, ele se inscreve na linha de análise estrutural, mas como um melhoramento. Pois o fato de que se trata, de agora em diante, não é aquele que oferece ao saber observador a emergência de uma *realidade*. Combinando com um modelo construído, ele tem a forma de uma *diferença*. (...) De seus próprios modelos ele obtém a capacidade de fazer aparecer desvios. Se, durante algum tempo, se esperou uma “totalização”, e acreditou poder reconciliar diversos sistemas de interpretação, de modo a cobrir toda a sua informação, agora ele se interessa prioritariamente pelas manifestações complexas dessas diferenças. Desse ponto de vista, o lugar onde ele se estabelece pode ainda, por analogia, trazer o venerável nome de “fato”: o fato é a diferença.²⁰⁸

²⁰⁶ Cf. BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980.

²⁰⁷ Cf. LUCAS, M. R. L. A tecitura dos fios de Ariadne: arquivo e censura cinematográfica no Brasil. **Revista Antítese**, v.8, n15, p.134 – 153, jan./jun. 2015.

²⁰⁸ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 81.

No trecho em questão, Certeau trabalha as novas perspectivas da ciência histórica frente as possibilidades abertas com a computação. Possuindo agora meios técnicos de quantificar grandes quantidades de dados e estatísticas, o historiador começa a quebrar paradigmas sobre a história totalizante. A partir dessas mudanças, as diferenças passaram a ser tão interessantes para o ofício do historiador quanto as semelhanças: “agora ele se interessa prioritariamente pelas manifestações complexas dessa diferença”.

Nos perguntamos ainda como e por qual motivo o trabalho estaria na estante errada. Os trabalhos dos anos de 1990, local onde residia o texto, possuíam características diferentes das décadas anteriores. Produções já realizadas em período de redemocratização, eram mais referentes a estudos de fronteiras geográficas e sobre a floresta amazônica. Cabe salientar também, que o próprio Curso Superior de Guerra, em que o trabalho, *As responsabilidades psicossociais da televisão*, fora produzido, havia mudado de denominação e de componente curricular ainda em 1984, quando passou a se chamar Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE). O documento encontrado, portanto, estava totalmente fora de ordem naquele espaço. Infelizmente, no momento da pesquisa no arquivo, não nos atentamos a questionar a bibliotecária em serviço sobre essa anomalia, simplesmente a notificamos do ocorrido e lhe entregamos o documento depois de terminado o registro.

Não nos furtamos, porém, do exercício da imaginação dentro da ciência histórica: pensamos na possibilidade de uma ação proposital por algum pesquisador mal-intencionado ou antiético, por exemplo. Como analisamos mais à frente, o documento possui várias discordâncias com o discurso corrente da Escola, o que talvez tenha levado um estudante da ESG, ou mesmo um pesquisador historiador interessado em apagar essas discordâncias, a tirá-lo propositalmente de lugar. Ou talvez, depois de ter lido o trabalho, um pesquisador o considerou mais próximo das discussões dos anos de 1990, não ligando, pois para a data do documento. Entretanto, não nos cabe continuar nessas conjecturas sem o suporte de fontes, outro imperativo intrinsecamente necessário à história. Preocupamo-nos, porém, em entender que a escrita da nossa disciplina não pode ser realizada com o apagamento das diferenças, das diacronias tão importantes na nossa narrativa quanto as sincronias.

O documento encontrado, como já afirmado, possui o título *As responsabilidades psicossociais da televisão*, e consiste em um trabalho especial como resultado do Curso

Superior de Guerra, escrito por um bacharel²⁰⁹. Quando o autor do trabalho era um militar, sua patente era colocada como prefixo ao seu nome. No caso, deduz-se, então, que se tratava de uma produção realizada por um civil, por não trazer nenhuma patente atrelada ao nome. Possui, além disso, 40 páginas divididas em oito capítulos, estando inclusos uma introdução e uma conclusão. Também se encontra uma bibliografia presente, bem como uma lista de fontes e locais de visita. Essa parte do documento, porém, é bastante pequena se comparada com outros já analisados, tanto de épocas diferentes como da mesma década. A bibliografia é composta apenas de três referências: *Comunicação pela TV*²¹⁰ de George N. Gordon e Irving A. Falk; *Televisão educativa de George N. Gordon*; e o texto da C.P.I. do Senado sobre violência urbana. Nos próximos tópicos do capítulo, nos debruçaremos melhor sobre as relações desses textos com a escrita do documento. No espaço referente às fontes, consta uma visita ao departamento de jornalismo da Rede Globo de Televisão e os dizeres “arquivos de revistas e recortes de jornais”²¹¹

Pensando ainda sobre os títulos dos capítulos no sumário, podemos começar a entender os percursos do trabalho:

Uma abordagem histórica; o processo de socialização da família em relação à TV; a imagem do homem transmitida pela TV; televisão e futebol como desenvolvimento e integração nacional; a criança e a televisão; televisão: um meio que leva à violência?²¹²

Como estudante de história na graduação, ouvia o jargão de que: se o pesquisador pudesse registrar apenas uma página de um livro para análise histórica, esta deveria ser o sumário. Não discordo totalmente dessa assertiva, porém entendo as limitações de uma análise fixada unicamente nessa parte do documento. Nesse caso específico, por exemplo, quando analisamos, em um primeiro momento, o sumário do trabalho especial, pensamos que este estaria em total concordância com todos os outros analisados até então. Parte projeção e parte expectativa, criamos um horizonte do que esperar sobre o documento. Até o momento da leitura do título e do sumário, esse horizonte estava totalmente em conformidade com o esperado. Ali estavam repetidas todas as questões já vistas: a família e a televisão, as construções de

²⁰⁹ Logo abaixo do título do trabalho encontra-se o nome do autor com o prefixo “Bel.”, não conseguimos encontrar, porém, a especificidade desse bacharelado. Nomenclaturas específicas já encontradas como prefixos correspondem a engenheiros (Eng.) e padres (Pe.). Também encontramos prefixos referentes as patentes dos militares como coronéis e generais e um caso específico de um pastor.

²¹⁰ GORDON, George N.; FALK, Irving A. **Comunicação pela TV**. Belo Horizonte: editora Forum, 1969.

²¹¹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980, p. 40.

²¹² *Ibid.* p. 3.

masculinidades, a infância e a violência. A única novidade, e a que em um primeiro momento mais chamou atenção, era a relação entre o futebol e a televisão. Neste primeiro momento, acreditávamos que essa seria a questão mais importante abordada no documento. Interessante como as expectativas foram totalmente frustradas e o horizonte virado de cabeça para baixo.

Vamos então as diversidades e diacronias:

Nós, particularmente, não concordamos com aqueles que responsabilizam a TV (no caso a qualidade de sua programação) pelo alto índice de violência que cada vez mais incide sobre a vida da população. Seria o mesmo que responsabilizar a janela pela paisagem bonita ou feia que se nos apresenta. Em nossa opinião os motivos são outros tais quais: a densidade demográfica cada vez maior nos grandes centros, a falta de mão-de-obra para a população migrante, a fome, enfim, é um problema de caráter eminentemente social.²¹³

É interessante perceber, inicialmente, como o perigo comunista não está em voga no texto. Em nenhum momento das 40 páginas, o “inimigo vermelho”, seja como força subversiva ou como organizações ativas, é citado. Lembremos que, no final da década de 1970, o conflito entre as superpotências na Guerra Fria estava estagnado, o comunismo não era mais tão temido assim – pelo menos até o governo de Ronald Reagan, entre 1980 a 1988, quando o conflito se intensifica mais uma vez²¹⁴.

A capacidade da programação televisiva de influenciar a população é questionada. Um ponto a ser debatido aqui é como o autor deixa escrito, especificamente, que se refere “a qualidade de sua programação”. “Seria o mesmo que responsabilizar a janela pela paisagem bonita ou feia que se nos apresenta”, afirma. O que influenciaria a população seriam já as violências sociais do cotidiano, que poderiam ser ou não mostradas na televisão. Um questionamento pertinente seria então: essa é a posição da ESG como um todo a partir de 1980 ou algo mais particular do escritor? Chegamos à conclusão, no decorrer da pesquisa, pelo menos, até onde o historiador pode concluir sobre o passado, de que esta é uma posição

²¹³ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980, p. 32.

²¹⁴ “Os historiadores do século XXI, longe das lembranças vivas das décadas de 1970 e 1980, vão ficar intrigados com a aparente insanidade dessa exploração de febre militar, a retórica apocalíptica e o muitas vezes bizarro comportamento internacional de governos americanos, sobretudo nos primeiros anos do presidente Reagan (1980-8). Terão de avaliar a profundidade dos traumas subjetivos da derrotam impotência e ignomínia pública que laceraram o establishment político americano na década de 1970. (...) A política de Ronald Reagan, eleito para a Presidência em 1980, só pode ser entendida como uma tentativa de varrer a mancha da humilhação sentida demonstrando a inquestionável supremacia e invulnerabilidade dos EUA, se necessário com gestos de poder militar contra alvos imóveis, como a invasão da pequena ilha caribenha de Granada (1983), o maciço ataque aéreo e naval à Líbia (1986), e a ainda mais maciça e sem sentido invasão do Panamá (1989).” HOBSBAWN, Eric, J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 244.

particular do autor. Encontramos, ainda, da década de 1970, textos arquivados na ESG questionando as “onipotências” da TV. Estes, no entanto, não são de autoria dos egressos da instituição. Por exemplo, no painel ministrado por Boni em 1978, encontramos sua afirmação de que a:

excessiva preocupação do nosso código com a suposta manipulação da opinião pública através da televisão chega a ser ingênua. Se a televisão se limitar a fornecer um fluxo de informações da mesma origem, unilateral, o telespectador reage como crítico que é e volta-se contra a origem da mensagem.²¹⁵

É evidente que, como um produtor do maior e mais lucrativo canal da rede televisiva do Brasil, Boni se colocaria como defensor dessa tecnologia. Vários jogos de interesse estão, portanto, implícitos nessa fala, desde a relação da Globo com a censura institucional, até a sua ligação com a própria ESG, estreita desde a fundação do canal. De perspectiva parecida, encontramos uma conferência de Roberto Marinho, de 1981, intitulada *Perspectivas da educação brasileira: os meios de comunicação de massa*²¹⁶, em que o produtor também “defende” a televisão.

Partimos do ponto, então, de que o trabalho, *As responsabilidades psicossociais da televisão*, pode representar uma nervura nos textos da ESG, uma diferença a ser problematizada. A escrita da história é feita, portanto, ao pensarmos essas diferenças sobre a análise do nosso objeto de estudo. Não estudamos somente os discursos da Escola sobre a televisão e segurança nacional, mas também como as relações de gênero atravessam esses discursos. Perceber essa diferença no pensamento dos alunos da Escola, nos ajuda a entender melhor o nosso objeto. Primeiro, deve ficar evidente que essa diferença não implica, necessariamente, a ausência das mobilizações de gênero. As representações sobre o ser homem e mulher continuam presentes, mas sob outros aspectos.

As afirmações de causa e consequência na ciência da história são um tanto problemáticas. Não buscamos afirmar, absolutamente, que a percepção da televisão como ferramenta que “invade os lares” é pressuposto para os discursos da ESG legitimarem um poder que constrói e é construído a partir das representações das relações de gênero. Entretanto, nos casos estudados, constatamos que é isto o que ocorreu. A televisão, por estar “no centro da sala, diante da mesa”, por sua programação, ou até mesmo pela sua “imagem não projetada” teria, para os egressos da ESG, o poder de destruir a família brasileira, sendo dever da Nação impedir

²¹⁵ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Televisão e educação**. 1978, p. 53.

²¹⁶ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Perspectivas da educação brasileira: os meios de comunicação de massa**. Conferência Roberto Marinho. 1981.

tal acontecimento através da censura, da regulação da TV e da institucionalização do meio. *As responsabilidades psicossociais da televisão* é a exceção nesse raciocínio. Por isso deve-se ter cuidado com afirmações consecutivas. Tomemos um trecho do trabalho de 1980:

Quando se dá uma olhada em temas que aparecem nos programas, como a violência, os papéis atribuídos ao homem e a mulher, as questões raciais e os anúncios, vê-se claramente como eles acabam sendo incorporados pelas crianças. (...) Embora não em termos absolutos, quando se analisa esse aspecto, percebe-se que as mulheres raramente aparecem em posições de comando, que elas quase sempre são condescendentes e que poucas vezes exercem uma profissão. A televisão comercial insiste na imagem da mulher caseira, sem se preocupar em mostrar a mulher que trabalha. A ocupação das mulheres, nesse caso, é manter-se sempre jovem, bonita ou se ocupar da casa.²¹⁷

Percebemos no trecho citado, esse entrelaçar da fala sobre a televisão e do gênero. Entretanto, as categorias são mobilizadas de forma completamente diferente das que foram vistas até o estudo dessa fonte. Antes, percebia-se que a mulher era representada como submissa e passiva ao marido, sempre dona da casa, mas nunca ativa na rua. Essa fonte muito nos intriga por, justamente, questionar essa imagem construída na programação televisiva e nos próprios trabalhos da ESG. Aqui, o autor não só mostra as possibilidades de existência de outras formas de ser mulher como questiona as representações mais difundidas: “A televisão comercial insiste na imagem da mulher caseira, sem se preocupar em mostrar a mulher que trabalha”.

Pensamos não ser possível, ou, pelo menos, ser muito pouco provável, que no decorrer de dois anos, a Escola como instituição tenha mudado tanto de perspectiva. Como então chegar a conclusões sobre um diálogo tão distante? Primeiramente, sobre o volume de textos analisados. Dos vinte e sete trabalhos analisados entre 1968 e 1984, nenhum antes da década de 1980 tinha essa perspectiva. Desse montante, sete estão situados entre 1980 e 1984; desse conjunto, *As responsabilidades psicossociais da televisão* continua sendo único.

A televisão – sabe-se -, nos níveis de influência em que se encontra entre nós, dispõe de um poder incalculável. Este poder, posto frente a frente com um público despreparado e, no caso, despido de subliminares malícias, é o grande ópio dos nossos dias (um ópio que pode, inclusive, conduzir ao consumo de ópios sem sentido figurado).²¹⁸

A televisão, principalmente, é a grande responsável pelo crescimento colossal de males como a preguiça mental, o gosto pela brutalidade e uma tendência para o

²¹⁷ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980, p. 7.

²¹⁸ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Contribuições dos meios de comunicação social para o desenvolvimento e a segurança**. 1980, p. 21.

estrelismo, em todos os ramos da atividade humana. (Luiz Carlos Lisboa: VENDENDO VIOLÊNCIA, em O JORNAL DA TARDE, 9/05/77).

Na televisão, todas as noites uma receita para não pensar. A tendência mundial da televisão é nivelar a cultura por baixo, massificar e dopar as multidões (Ethevaldo Siqueira – O ESTADO DE SÃO PAULO 15/05/77)²¹⁹

Os dois trechos citados acima correspondem, respectivamente, a trabalhos especiais de 1980 e 1981. Estão dentro da mencionada amostragem dos sete trabalhos encontrados entre 1980 e 1984. O primeiro representa a TV como possuidora de poderes quase incalculáveis, que poderiam, inclusive, levar ao consumo de ópio “sem o sentido figurado”. Na fonte, podemos perceber como os sujeitos são demarcados. Quem é esse “público despreparado”? No decorrer de nossa análise percebemos, cada vez mais, que esse público, em grande parte, é referente à construção do sujeito mulher, por exemplo, perante a sociedade. Seu local seria tão distante da vida pública que a simples percepção das dimensões dessa realidade por meio da televisão seria um perigo para a “mulher de família”. Como temos no trabalho de 1980: “a permissividade sexual é uma arma terrível contra as nossas instituições, em especial a família, célula primeira da sociedade, fundamento e sentinela da Nação”²²⁰

Ao mesmo tempo, nos anos 1970, ganhavam força os movimentos feministas de contestação das estruturas sociais. Os debates sobre o divórcio, o direito ao trabalho e a pílula anticoncepcional estavam em voga. Existia uma diferença, maior ou menor, a depender do recorte, mas sempre presente, entre a mulher representada pelos trabalhos da ESG e a mulher como sujeito histórico da sociedade brasileira da época. É importante afirmamos essa diferença como sempre presente, pois pensamos, a partir de Scott, essas categorias como vazias e, ao mesmo tempo, transbordantes.

Nós só podemos escrever a história desses processos se reconhecermos que “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas.²²¹

²¹⁹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Os meios de comunicação social, suas implicações sobre a formação da opinião pública.** 1981, p. 23.

²²⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Contribuições dos meios de comunicação social para o desenvolvimento e a segurança.** 1980, p. 36.

²²¹ SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila, Do original *Gender: An useful category of historical analyses.* Recife: S.O.S. Corpo, 1991, p. 93.

O trabalho de 1980 tem como título *Contribuição dos meios de comunicação social para o desenvolvimento e a segurança*, seu autor também está identificado como um bacharel, sem especificação de patente militar, portanto, um civil. Percebe-se diferenças bem demarcadas com *As responsabilidades psicossociais da televisão*. Ainda na mesma página do documento, citada anteriormente, podemos ler:

Tudo o que é divulgado pela TV é absorvido por uma população de todas as faixas etárias, de todas as condições sociais, de todas as origens, de todas as religiões. Esta população não está apta a julgar o produto pela narcotização a que está sujeita em decorrência da sua falta de estrutura psicológica, intelectual, vivencial.²²²

Percebe-se um discurso mais em consonância com o encontrado nos trabalhos da ESG na década de 1970. A televisão é pensada como capaz de invadir os lares brasileiros, em que, novamente, existe no documento o paralelo entre os efeitos da TV e os efeitos dos narcóticos. Entretanto, pensando as diacronias e sincronias, problematiza-se também as semelhanças com o documento base desse capítulo. A ligação entre a televisão e as “estruturas psicológicas” é um grande exemplo disso. Apesar de questionar as supostas características quase onipotentes da televisão, *As responsabilidades psicossociais da televisão* ainda utiliza-se dessa relação entre a TV e a psique.

No segundo trecho, temos citações de jornais do ano de 1977 em um trabalho de 1981, intitulado *Os meios de comunicação social, suas implicações sobre a formação da opinião pública*. O autor desse trabalho está indicado como pastor sem demarcação específica de qualquer igreja. Esse documento também está em sintonia com as produções da ESG analisadas e, conseqüentemente, percebe-se uma discrepância quando comparado ao trabalho que nomeia este capítulo: “Crises de esgotamento nervoso e mental, nos mais variados graus, constituem o resultado, bastante comum, do desarraigamento e da inundação provocada pelas novas informações e pelas novas infundáveis estruturas informacionais.”²²³ Sobre a citação anterior, percebe-se uma característica importante: consiste em uma referência direta e nominada no texto a McLuhan. O cientista canadense não é citado em *As responsabilidades psicossociais da televisão*, embora percebemos alguns termos no trabalho pertencentes ao seu universo epistemológico, porém aparece como menção literal no ano posterior.

²²² BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Contribuições dos meios de comunicação social para o desenvolvimento e a segurança**. 1980, p. 21.

²²³ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Os meios de comunicação social, suas implicações sobre a formação da opinião pública**. 1981, p. 41.

O termo comunicação social, em destaque nos títulos dos trabalhos de 1980 e 1981, também pode ser analisado e problematizado como conceito histórico nos discursos da ESG sobre a televisão, tanto por possuir diversas formas de sentido como, e principalmente, por existir sobre esse termo um amplo debate teórico. Winkin, discorrendo sobre esse conceito, nos mostra como a palavra “comunicação” já teve sentidos bem diferentes e, por conseguinte, o próprio ato de comunicar estava inserido em outras possibilidades de ação:

Communiquer e communication – respectivamente “comunicar” e “comunicação” - aparecem na língua francesa na segunda metade do século XIV. O sentido básico, “participar a”, ainda está muito próximo do latim *communicare* (pôr em comum, estar em relação). (...) Até o século XVI, *communiquer* e *communication* estão, portanto, muito próximos de *communier* (comungar) e *communio* (comunhão), termos mais antigos (séculos X-XII), mas igualmente oriundos de *communicare*.²²⁴

Nos textos da ESG percebemos, em sua maioria, um outro sentido para comunicação. Como explica Winkin, a partir do final do século XVI, *communiquer* passa a ter também o sentido de “transmissão”. A Escola pensa a televisão e a comunicação social, justamente, nesse sentido. Os meios de comunicação, de acordo com o conhecimento produzido dentro do campo semântico compartilhado pela Escola, teriam a capacidade de transmitir a informação para a audiência.

Ao abordar a contribuição dos meios de Comunicação Social à Segurança e ao Desenvolvimento, a primeira ideia que nos ocorre é a de que se trata, esta, de uma questão relativamente recente, não que a contribuição, e o papel desempenhado pela Comunicação, não ocorresse no passado. Sempre, em qualquer época da História moderna e até mesmo a mais recuada no tempo, os instrumentos de que se vem servindo o homem, projetado no plano social, desempenharam importante função como transmissores de ideias e indutores de ações e comportamentos.²²⁵

Ironicamente, temos na fonte um anacronismo sobre os sentidos da comunicação. No documento de 1980, o termo é empregado não só como transmissor de ideias, mas como “indutor” de ações e comportamentos. A especificidade da comunicação, como disciplina, como tecnologia e como ferramenta na ESG é essa: transmitir para enquadrar. Perde-se o sentido da comunhão, do comungar. No referido tempo histórico, comunicar é transmitir, encaminhar. No caso da televisão, essa transmissão era ainda mais especialmente passiva, pois o meio possuía maior tendência para essa ação. A preocupação com a TV era específica, pois, dentro da

²²⁴ WINKIN, Yves. **A nova comunicação: Da teoria ao trabalho de campo.** Tradução Roberto Leal Ferreira; Campinas: Papyrus, 1998, p. 22.

²²⁵ BRASIL, **Escola Superior de Guerra. Contribuições dos meios de comunicação social para o desenvolvimento e a segurança.** 1980, p. 1.

possibilidade pensada de a comunicação ser capaz de transmitir diretamente uma mensagem para o receptor, ela poderia realizar esta tarefa de forma extremamente eficiente. Tentamos entender, no decorrer do nosso texto, porque a televisão ocupava esse espaço específico. Buscamos analisar tanto as sensibilidades com relação a uma nova tecnologia, como também, principalmente, as relações culturais da ferramenta e suas possibilidades de socialização: programação televisiva e os usos do meio de comunicação.

Entendemos como esta forma de pensar a comunicação social é diferente da usualmente conhecida, no campo acadêmico, na atualidade. No entanto, faz parte da própria escrita da história e da noção de senso histórico partir desse entendimento para superar, como afirma Hans-Georg Gadamer²²⁶:

[...] de modo conseqüente a ingenuidade natural que nos leva a julgar o passado pelas medidas supostamente evidentes de nossa vida atual, adotando a perspectiva de nossas instituições, de nossos valores e verdades adquiridos. Ter senso histórico significa pensar expressamente o horizonte histórico coextensivo à vida que vivemos e seguimos vivendo.²²⁷

A Escola Superior de Guerra pode ser posicionada, de forma muito contundente, convergindo com uma escola norte-americana de Ciências da Comunicação. A dita comunicação telegráfica²²⁸ pensava o processo de “comunicar” exatamente como uma mensagem transmitida pelo emissor que chega sem interferências ao receptor, pelo menos quando o processo ocorria com eficiência. Todos os trabalhos que pensam a televisão como questão para o Estado brasileiro partem desse entendimento.

Outra questão importante ainda sobre o conceito específico de comunicação, percebido nas produções da ESG, é como ele está relacionado, necessariamente, com a mudança de outro indivíduo. Aquele que “transmite” a informação tem a intenção de modificar algo naquele que “recebe” a mensagem. Como podemos encontrar nos trabalhos de 1972 e 1974: “Processo pelo qual um indivíduo – o comunicador - transmite estímulos (geralmente símbolos verbais) destinados a modificar o comportamento de outros indivíduos – os destinatários da comunicação.”²²⁹ “Comunicação é o processo meio do qual o indivíduo transmite estímulos

²²⁶ GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre. **O problema da consciência histórica**. FGV Editora, 1998.

²²⁷ *Ibid.* p, 18.

²²⁸ WINKIN, Yves. **A nova comunicação**: Da teoria ao trabalho de campo. Tradução Roberto Leal Ferreira; Campinas: Papirus, 1998, p. 28.

²²⁹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **A comunicação social e os objetivos nacionais**: desenvolver o tema no que se refere à segurança nacional. 1972, p. 3.

para modificar o comportamento de outros indivíduos”²³⁰. A transmissão é realizada com um intuito intrínseco de “modificar o comportamento de outros indivíduos”. Analisando o dicionário de Moraes Silva, não conseguimos encontrar, de forma alguma, esse sentido intrínseco do verbete comunicação: “O acto de fazer, e o de fazer-se commum a muitos. Conversa honesta, convivência, trato familiar.”²³¹ Procuramos também em dicionários do século XX, no Dicionário Prático da Língua Portuguesa de 1975, por exemplo, encontramos a seguinte definição: “1. Ação, efeito ou meio de comunicar-se. 2. Aviso, informação, esclarecimento. 3. Transmissão. 4. Relação, correspondência fácil; trato, amizade. 5. Acesso ou passagem.”²³² No dicionário citado acima, já existe a relação entre comunicar e transmitir, porém, de forma alguma, essa relação implica o ato de “modificar o comportamento de outros indivíduos”.

A estrutura da Doutrina de Segurança Nacional, os debates e discussões envolvidos, a própria televisão como questão, são situações concretas que se relacionam com as implicações semânticas de poder considerar a comunicação social como agente de mudança do comportamento humano. Tendo isso em conta, é peculiar pensarmos, mais uma vez, em qual campo de discussões esses estudos eram posicionados dentro da Escola. Uma instituição que tem como base metodológica propor ações estratégicas para o Brasil que convergiam com o regime ditatorial, enquadrando os estudos sobre comunicação na área do psicossocial. Quase um oxímoro, esse termo é composto pela semântica da psiquê, expressão do indivíduo e, ao mesmo tempo, pelo social, pelo conjunto.

Comunidade – lembra-nos o Pe. Fernando Bastos de Ávila – é uma unidade feita pela integração ou participação de muitos, uma realidade envolvente que compromete a defesa de todos os seres, tendo sempre interesses convergentes, entre os quais, a sua própria permanência, para o bem comum dos membros, e a obra comum da qual todos pertencem. Já a palavra comunicação vem a completar o sentido desse conjunto de interesses. Provém do latim *Communicatio*, de *communis* – comum. Ação de tornar algo comum a muitos. É o estabelecimento de uma corrente de pensamentos ou mensagens, dirigida de um indivíduo a outro, com o fim de informar, de persuadir ou divertir. Para quê? - a indagação é nossa. Justamente para a realização dos fins da comunidade, já mencionados: a própria permanência, para o bem comum dos membros, e a obra comum de que todos participam.²³³

²³⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Comunicação social e segurança psicossocial**. 1974, p. 10.

²³¹ SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 423. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario>> Acesso em: 06 de ago. de 2019.

²³² SILVA, Alberto Prado e; MARINS, Francisco. **O grande dicionário brasileiro Melhoramentos**. São Paulo: Melhoramentos, 1975, p. 219.

²³³ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Televisão e educação**. 1978, p. 88. Sobre a fonte é interessante destacar o citado nome de Pe. Fernando Bastos de Ávila. Foi vice-reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1964 e, três anos depois seria o autor da “Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo”. Cf.

Retornando ao latim, podemos analisar a relação do termo “comunicação” com “comunidade” colocada na fonte citada. A ESG possui, em certa medida, uma relação ambígua com a televisão como meio de comunicação de massa. O perigo dessa tecnologia transmitir informações nocivas para os espectadores está posto na maioria dos casos, porém junto com o perigo existe a possibilidade de aproveitar o potencial da televisão para transmitir “a própria permanência, para o bem comum dos membros, e a obra comum de que todos participam”²³⁴. A dualidade da tecnologia, de potência e do perigo, marcou profundamente a forma como a ESG pensava questões e propunha ações.

O telespectador se hipnotiza pelo vídeo e a repercussão da mensagem sobre sua sensibilidade é maior porque a TV focaliza detalhes de fatos e muito pouco o contexto das coisas. (...) A maioria absoluta dos telespectadores vivencia na TV sensações e não conscientizações. Isto quer dizer que neles não há muita autodefesa.²³⁵

A metodologia da Escola consistia em analisar problemas da sociedade brasileira e propor, em nível de planejamento estratégico nacional, soluções. Um dos problemas da televisão como meio de comunicação de massa, partindo do ponto de vista da ESG, consiste no seu já citado perigo. A família, as mulheres donas de casa, e as crianças eram considerados indefesos perante a TV. Um dos nossos objetivos e problemáticas é analisar, antes de tudo, porque esses sujeitos foram “selecionados” pela ESG como representantes das “massas”, bem como o que era considerado perigoso para esse público assistir e, principalmente, o que seria o essencial para essa audiência.

Percebemos ao longo das análises dos textos da ESG nas décadas de 1960, 1970 e 1980, diversas permanências e rupturas. A televisão, por exemplo, ganha mais força como questão no projeto político da Escola somente no começo dos anos 1970, por exemplo. O anticomunismo também é manifestado de diferentes maneiras e espectros dependendo do recorte analisado. Charles McLuhan, no entanto, é uma constante significativa nos discursos da Escola, seu trabalho faz parte das chaves de leituras e compreensões construídas na instituição.

RODRIGUES, Karla Cristine; ALVES, Raquel da Silva; SILVA, Thiago de Sales. As mobilizações do gênero nos livros de Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena [organizadoras]. **As Mobilizações do Gênero na Ditadura Brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014, p. 41.

²³⁴ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Televisão e educação**. 1978, p. 88.

²³⁵ *Ibid.*, p. 67.

O autor é citado em forma de paráfrase e está na bibliografia de *Contribuição dos meios de comunicação social para o desenvolvimento e a segurança*, de 1980, por exemplo:

O que ocorre, porém? Ocorre uma surda guerra de bastidores, em que os contendores se esgueiram nas sombras e em que ninguém acredita na possibilidade do jogo limpo. E as máquinas, como extensões dos homens, passam a ser manuseadas diabolicamente, da mesma forma que o público ao qual elas são destinadas, e que raramente se conscientiza das artimanhas preparadas por trás da parafernália eletrônica.²³⁶

Pensamos não ser coincidência o fato do termo “as máquinas como extensões dos homens” estar presente na fonte que cita em sua bibliografia *Os meios de comunicação como extensão do homem*, já que Charles McLuhan fazia parte do campo dialógico dos egressos da Escola, e suas citações podem ser vistas em trabalhos desde 1969, ano da tradução brasileira, até a década de 1980. Isso torna *As responsabilidades psicossociais da televisão* ainda mais intrigante, podemos perceber ainda o referencial teórico do autor exposto em expressões encontradas na obra de McLuhan, porém, além de não ser citado na bibliografia, o sentido dado é diferente do visto até então.

Podemos discutir, portanto, como existe certa sincronia ou permanência das sensibilidades perante a televisão, do modo como a tecnologia impressionava os leitores nesses quatro anos de diferença. “Na televisão todas as noites uma receita para não pensar”, o jornal se refere à programação televisiva como fonte de uma “não-cultura”, algo que iria “massificar e dopar as multidões”. É irônico como o termo “massificar” é construído como algo extremamente pejorativo, lembrando nossa discussão anterior sobre o conceito de comunicação de massa: a alteração da terminologia que se referia, literalmente, “as massas” a um aglomerado de pessoas indo para as fábricas e que, depois da segunda metade do século XX, passou a denominar a massa de espectadores totalmente ligados à televisão. A mudança de centenas de pessoas alinhadas em um portão de fábrica para cinco ou seis pessoas, por sua vez, aninhadas na frente da TV. Agora nessa frase, temos “massificar” como “nivelar a cultura por baixo”, “dopar as multidões”, em que quase conseguimos imaginar a expressão “massa de manobra” sendo formada no discurso. Essa era a questão, o medo das famílias serem manipuladas pelo “Comunismo”, ou até pelo mercado televisivo em si, contra o regime.

²³⁶ BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Contribuições dos meios de comunicação social para o desenvolvimento e a segurança*. 1980, p. 24.

Gritante é a diferença se compararmos com um trecho retirado de *As responsabilidades psicossociais da televisão*: “Operando sobre os mecanismos sensoriais, os meios eletrônicos promovem um alongamento dos canais da sensibilidade, gerando predisposições maiores para recepção das artes entre elas a leitura.”²³⁷ Aqui temos a televisão analisada como tecnologia. Por essa perspectiva, o aparelho, apontado como o “ópio dos nossos dias” em outros trabalhos, na verdade poderia aumentar as percepções sensoriais dos telespectadores, em que a imagem causaria uma estimulação neural. “Desde que o maior efeito da TV é o indireto e não o direto, a massagem sensorial que ela realiza abre a sensibilidade para formas diversas de receber a informação, a maior das quais vem do livro.”²³⁸ É interessante pensar aqui o uso do termo “massagem sensorial”. Apesar de não conseguirmos encontrar citações diretas de McLuhan no texto ou referência na bibliografia da fonte analisada, percebemos uma apropriação específica do seu discurso.

Charles McLuhan constrói a televisão como uma tecnologia que pode afetar o sensorial do espectador, o termo é inclusive expressamente citado:

A imagem da TV exige que, a cada instante, fechemos os espaços da trama por meio de uma participação convulsiva e sensorial que é profundamente cinética e tátil, porque a taticidade e a inter-relação dos sentidos, mais do que o contato isolado da pele e do objeto.²³⁹

Entretanto, McLuhan entende esse suposto “fenômeno” como um movimento de “embotamento”, no sentido de tornar embotado. Alberto Prado Silva e Francisco Marins classificam em seu dicionário o verbo “embotar” como tornar opaco, tornar difuso. Para McLuhan, os processos sensoriais envolvidos com a televisão tornam a percepção da realidade dos telespectadores difusa, embotada. Como podemos perceber, não é o mesmo o caso do autor de *As responsabilidades psicossociais da televisão*. Para este, a “massagem sensorial” da TV ativaria a mente humana para as artes e a leitura. O autor discorda em grande parte com McLuhan, mas parte das mesmas referências de sentido. Não questiona o poder de ação da TV, somente as suas consequências.

²³⁷ BRASIL, Escola Superior de Guerra. *As responsabilidades psicossociais da televisão*. 1980, p. 30.

²³⁸ *Ibid.* p. 30.

²³⁹ MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Toronto: McGrall-Hill Book Company, 1969, p. 352.

4.2 Da introdução à bibliografia

O primeiro capítulo de *As responsabilidades psicossociais da televisão* possui o título de “uma abordagem histórica”. A discussão, no entanto, limita-se a uma “linha do tempo” sobre os processos pelos quais foi possível o desenvolvimento da televisão como tecnologia. Assim, em duas páginas, são apresentadas as descobertas do selênio como elemento químico capaz de reagir à exposição de luz e a criação da célula fotoeletrônica ainda no século XIX. O ponto inicial da televisão, como conhecida no século XX, é estabelecido em 1930 e em sua primeira transmissão dos jogos Olímpicos de Berlim. A linha do tempo tem fim em janeiro de 1950, com a fundação da TV Tupi no Brasil.

Percebe-se logo nesse primeiro capítulo, uma tensão entre as emissoras e a legislação vigente sobre a programação televisiva:

No momento está em vigor um novo Código de Menores que altera substancialmente o critério de horários e apresentações para as emissoras uma vez que muitos dos programas produzidos terão que ser reformulados e revistos em função de seus assuntos e dos horários a serem apresentados.²⁴⁰

O trecho se refere ao Código de Menores de 1979 que estabelecia as classificações indicativas²⁴¹. Nota-se que o documento, apesar de discordar com o discurso predominante da ESG, está em sintonia com as discussões debatidas na instituição. Logo no primeiro capítulo está colocada a relação da programação televisiva com a juventude, por exemplo. Como vamos percebendo, ao longo do texto o autor entende essa forma de maneiras diferentes, porém a necessidade da pauta continua sendo um imperativo dos trabalhos da ESG sobre comunicação e televisão.

O segundo capítulo intitula-se *O processo de socialização da família em relação a TV*. Esta parte do texto inicia-se de forma enfática sobre os processos da televisão na família:

A televisão influencia a todos, em especial as crianças, ao mesmo tempo em que influencia o seu comportamento no seio da família. A televisão modificou os padrões

²⁴⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980, p. 3.

²⁴¹ BRASIL. Lei Nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o código de menores. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 out. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 20 de Julho de 2019.

“Art. 53. Será vedada a apresentação, em rádio e televisão, de espetáculos proibidos para menores de:

I - dez anos, até as vinte horas;

II - quatorze anos, até as vinte e duas horas;

III - dezoito anos, em qualquer horário.”

de comportamento e continua a influenciá-los. A televisão influenciou o desenvolvimento da linguagem, mostrando também efeitos na sua socialização.²⁴²

Novamente uma leitura apressada poderia causar enganos sobre a real importância do documento e seu local de dissonância. É posto que a programação televisiva possui influência comportamental, principalmente nas crianças, porém, ao longo do texto, vai se construindo a linha argumentativa de que esses processos de socialização são múltiplos e complexos. É entendido, sim, que a TV possui alguma participação nestes, porém também é afirmado que instituições como a família e a escola não possuem seus papéis ameaçados, nesse processo, pela televisão. O discurso é construído por meio dos mesmos substantivos: televisão, criança, juventude, família. Entretanto, a ligação entre eles é totalmente diferente da vista até então. As mobilizações de gênero são ainda mais complexas por representarem uma dissonância em um discurso oficial, mas, ao mesmo tempo, por ainda estarem dentro do mesmo discurso.

O que a televisão pode mostrar é como certos padrões de comportamento podem ser recompensados, enquanto outros são punidos. Mas a televisão não pode oferecer amor, carinho, comida, livros, brinquedos, para agradar a criança. Ai já se estabelece o limite da televisão como agente da socialização. As crianças assistem aquilo que se passa na televisão e que lhes mostra como devem se comportar, mas a TV não pode interferir diretamente na vida da criança, recompensando-a ou punindo-a.²⁴³

O capítulo intitulado *A imagem do homem transmitida pela TV* discorre sobre quais os valores universais de “humanidade” são ou não transmitidos na programação televisiva. Quando ainda estávamos analisando o sumário do documento, muito nos intrigou esse capítulo. Entretanto, tínhamos uma ideia equivocada do seu conteúdo. Com a projeção e as expectativas baseadas em nossas leituras, acreditávamos que se trataria da imagem do homem como categoria de gênero, como discurso construído sobre o masculino. Nos deparamos com o homem no singular, sendo colocado no sentido de coletivo, como representativo da humanidade. O debate de gênero, então, pode ser proposto sobre a problematização dessa generalização.

Beauvoir disserta sobre o homem como metonímia da humanidade:

O homem representa o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *vir* o sentido geral do vocábulo *homo*. (...) A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; não é considerada um ser autônomo.²⁴⁴

²⁴² BRASIL, *op. cit.* p. 4.

²⁴³ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980, p. 7.

²⁴⁴ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014, p. 11.

A categoria elencada por Beauvoir para discorrer a questão é a do Outro. Quando se usa o Homem, com a letra “h” no maiúsculo, para denominar a humanidade como um todo, as mulheres são pensadas e construídas como o outro.

A perguntar sobre qual a imagem do Homem que a TV transmite é também uma pergunta sobre os efeitos qualitativos desse “meio”. Nós devemos esperar e fazer com que as pessoas, através da TV, tornem suas vidas e os seus cotidianos mais humanos, atingindo também elementos fundamentais de suas vidas.

Nós nos encaminhamos para o embotamento dos sentidos. Nós temos medo do insólito e criativo, nós avançamos no campo da tecnologia; a nossa sociedade se desenvolve de uma maneira extraordinária no campo da exploração espacial na pesquisa dos genes, nas ciências naturais, mas parece que avançamos muito pouco no campo dos critérios da condição humana e das qualidades do homem.²⁴⁵

Embotamento mental é um princípio definido e discutido por Mcluhan em *Os meios de comunicação como extensão do homem*, novamente a linguagem do autor aparece em *As responsabilidades psicossociais da televisão*, porém sem citações diretas. Diferente de Mcluhan, no entanto, o autor não atribui o embotamento dos sentidos à tecnologia e, sim, a falta de cuidado aos “critérios da condição humana”.

O princípio do embotamento vem à tona com a tecnologia elétrica, ou com qualquer outra. Temos de entorpecer nosso sistema nervoso central quando ele é exposto e projetado para fora: caso contrário, pereceremos. A idade da angústia e dos meios elétricos é também a idade da inconsciência e da apatia.²⁴⁶

Ao mesmo tempo em que se pode ler a linguagem e terminologia de Mcluhan no trabalho, apropriada de formas diferentes, tivemos o interesse de pensar os únicos autores citados na bibliografia do documento: George N. Gordon e Irving A. Falk. Ambos americanos, contemporâneos do pesquisador canadense e com concepções bem diferentes das dele.

Os dois livros citados no documento, sendo as duas referências de autoria de Gordon e Falk, são: *Comunicação pela TV* e *Televisão educativa*. Curiosamente, os textos na referência também não são citados pelo autor de *As responsabilidades psicossociais da televisão*. Entretanto, ao analisarmos os livros, principalmente *Comunicação pela TV*, percebemos que ambos foram citados como forma de legitimar os discursos dissonantes do

²⁴⁵ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980, p. 14.

²⁴⁶ MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Toronto: McGrall-Hill Book Company, 1969, p. 65.

trabalho através dos campos de produção aceitos pela Escola. Gordon foi professor da universidade de Hofstra em Nova Iorque, sua formação foi feita na Universidade de Nova Iorque, onde também era professor adjunto de Comunicações na Educação.²⁴⁷ Falk era professor adjunto no Instituto de Cinema e Televisão da Escola de Artes da Universidade de Nova Iorque, onde realizou sua formação.²⁴⁸ Ambos os autores, no final dos anos 1960, possuíam espaço, nacionalmente, de fala nos canais de televisão dos EUA assim como Mcluhan, embora representassem um ponto de vista diferente do autor canadense.

A televisão pode realizar a maioria dos trabalhos de comunicação muito melhor do que a palavra impressa ou o rádio unidimensional. Melhor do que qualquer outro meio, ela pode fazer com que o público fique familiarizado com as pessoas que fazem a notícia e os lugares onde a notícia é feita. Ela atinge o máximo através da sua capacidade de transportar o telespectador na sua cadeira à cena onde a notícia está ocorrendo. Ela pode dar um fundo às notícias com todos os auxílios visuais que a engenhosidade do homem pode dar – e assim cativar o interesse dos que, sob outros aspectos, não estão comprometidos.²⁴⁹

É notável a diferença de perspectiva sobre a tecnologia televisiva. Gordon e Falk mostram outra face da produção norte-americana sobre televisão e comunicação. *Comunicação pela TV* foi publicado em 1968 nos EUA, apenas quatro anos depois da publicação de *Os meios de comunicação como extensão do homem*, e traduzido no Brasil em 1969, mesmo ano de tradução do livro de Mcluhan. O diálogo entre as obras nos é imperativo.

Cabe a pequena percepção de que Mcluhan não é citado na bibliografia de Gordon e Falk. Acreditamos que tal fato não se caracterize por um simples desconhecimento. Assim como pensamos na quase impossibilidade de um aluno da ESG passar pelo Curso Superior de Guerra sem ter contato com o autor canadense, consideramos inverossímeis as chances de dois doutores em Comunicação Social nas universidades de Nova Iorque, no começo dos anos 1970, nunca terem tido contato com a obra de Mcluhan. Pensamos que, nos dois casos, a ausência é proposital e parte da proposição de se tentar estudar televisão sem necessariamente passar pelo autor canadense. Entretanto, é significativo como, ainda assim, em *As responsabilidades psicossociais da televisão*, tentando partir de outras referências, acaba recorrendo de forma tangencial a Mcluhan, mesmo que em uma tentativa de discordância. O referencial teórico do autor canadense na ESG é tamanho que o campo de discussão é gerado mesmo naqueles que o

²⁴⁷ GORDON, George N.; FALK, Irving A. **Comunicação pela TV**. Belo Horizonte: editora Forum, 1969, p. 152.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 152.

²⁴⁹ *Ibid.* p. 9.

negam. O local²⁵⁰ de produção do discurso na ESG sobre comunicação de massa e, principalmente, televisão, tem essa forte ligação com McLuhan, que mesmo ausente, torna-se presente.

“A criança e a televisão” é o quinto capítulo de *As responsabilidades psicossociais da televisão*. O primeiro parágrafo do texto inicia com a referência da entrevista utilizada como base na escrita dessa seção do trabalho especial. Entendemos, ao longo da leitura e da análise, que a escrita desse trabalho está muito ligada a uma produção do campo televisivo. No sentido não necessariamente de que o autor era funcionário de redes de televisão, mas que este teve uma preocupação de ouvir e dialogar diretamente com o campo. Pensamos não ser coincidência que os dois únicos autores citados como referência na bibliográfica, George N. Gordon e Irving A. Falk, também terem esse diálogo aberto; seu livro *Comunicação pela TV* foi escrito a partir de semanas em observação dentro de redações de jornais televisivos nos EUA.

A ligação com o mercado é provocante também pelo sujeito elencado na entrevista: “Em entrevista realizada com o jornalista e estudioso dos assuntos psicossociais relacionados com a Televisão ARTUR DA TÁVOLA na TV-GLOBO chegamos a formar o seguinte raciocínio sobre a inter-relação ‘criança e Tv’”.²⁵¹ Artur da Távola foi o pseudônimo escolhido por Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros²⁵² ao retornar ao Brasil depois de quatro anos de exílio. O então jornalista havia sido um dos primeiros deputados a serem cassados com o golpe militar ainda em 1964, Paulo Alberto pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Retorna ao Brasil em 1968, porém ainda sem direitos políticos e com o pseudônimo arthuriano. Entender que uma das únicas fontes citadas em *As responsabilidades psicossociais da televisão* consiste em uma entrevista com um ex-político do PTB, nos mostra como esse trabalho representa uma ruptura nos discursos da ESG. Uma ruptura ainda dentro do campo de produção, mas, mesmo assim, uma discrepância digna de nota.

A entrevista com Artur da Távola também nos abre mais caminhos de imaginação na construção da nossa narrativa sobre o documento e as produções dos discursos sobre televisão na ESG. O jornalista foi escritor do jornal *O Globo* entre os anos de 1972 e 1987; e no ano de escrita do trabalho central estudado neste capítulo, 1980, diariamente sua coluna

²⁵⁰ Entendemos a função do lugar social de produção do discurso como em Certeau: “Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise.” CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 63.

²⁵¹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. *As responsabilidades psicossociais da televisão*. 1980, p. 26.

²⁵² Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-alberto-artur-da-tavola-m-m-de-barros>> Acesso em: 23 de abr. de 2019.

sobre a programação televisiva da rede Globo era publicada ao lado do quadro “hoje na TV”, que dispunha a programação completa da emissora. Sua coluna não tecia críticas à televisão, pelo contrário, era quase uma ode à telinha e ao canal que o contratava:

Uma noite particularmente libertária e brilhante a de terça-feira passada na Rede Globo. Começou com uma edição de “O Globo Repórter” do nível das melhores já apresentadas. Concluiu-se com um capítulo intenso, grandioso, cheio de conteúdos, na série “King”, que (infelizmente em horário tardio) aborda a figura de Martin Luther King. Um fio perpassou a referida programação, a liberdade humana, a dignidade da discriminação racial, social ou religiosa.²⁵³

Podemos supor que a escolha em entrevistar, justamente, o jornalista Artur da Távola foi proposital no sentido de ser mais um reforço a narrativa positiva que vinha sendo construída sobre a televisão em *As responsabilidades psicossociais da televisão*. Além disso, nos é instigante a escolha do entrevistado por representar um acesso ao meio, uma ligação com o campo jornalístico ou de crítica televisiva. Como referido anteriormente, junto ao nome do autor desse trabalho do Curso Superior de Guerra, está referido o prefixo “Bel.”, indicando que o autor teria um diploma de bacharelado e seria um civil. Nos perguntamos, se esse diploma não seria referente a um curso de jornalismo. Como jornalista o autor teria menos afínco em construir um discurso voltado para construir a televisão como o “ópio dos nossos dias”? Pensamos que não necessariamente, pois nos anos 1980, autores como McLuhan e Thomas Rivers continuavam em voga no meio acadêmico, tendo os seus livros reeditados e reimpressos ainda até os anos 1990. Entretanto, como jornalista de formação, o autor teria acesso aos autores menos utilizados na ESG, como os já citados Gordon e Falk, que não coincidentemente eram de fato jornalistas; e às figuras dos meios de comunicação de massa que nunca tiveram espaço na ESG, como Artur da Távola.

Operando sobre os mecanismos sensoriais, os meios eletrônicos promovem um alongamento dos canais da sensibilidade, gerando predisposições maiores para recepção das artes entre elas a leitura. O nível de curiosidade, de aventura, de conhecimento, da participação, possibilitado pela TV, pode levar a certas crianças à busca de outros modos de viver, à aventura do conhecimento, predispondo-as a encontrar nos livros estímulos diversos conforme o caso. Nesses casos, a TV ajuda a leitura. Desde que o maior efeito da TV é o indireto e não o direto, a mensagem sensorial que ela realiza abre a sensibilidade para formas diversas de receber a informação, a maior das quais vem do livro.²⁵⁴

²⁵³ TÁVOLA, Arthur da. **O cacique Cretan e Martin Luter King**. O Globo, Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1980. Matutina, Cultura, p. 44.

²⁵⁴ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980, p. 30.

Comparando-se os textos do autor de *As responsabilidades psicossociais da televisão* e Artur da Távola podemos perceber como os dois entendem possibilidades convergentes para a TV. Existe nos dois textos um sentimento de fascínio pelas descobertas que a “telinha” pode proporcionar, a depender de sua programação.

Mais uma vez temos a “mensagem sensorial” utilizada de forma única até então. Aqui, o autor pensa a televisão muito mais como uma ponte para inúmeras possibilidades na aprendizagem e no desenvolvimento da criança do que uma ameaça. O “alongamento dos canais de sensibilidade” também é algo único nos trabalhos da ESG. Comparando com os outros documentos da década de 1980 já analisados, podemos notar essas diferenças:

Mary Winn, jornalista americana, especializada, lançou o livro “The Plug-in Drug” (A Droga de Ligar), mostrando que a dependência psíquica das crianças americanas (que diremos das nossas?) em relação à TV é um fenômeno semelhante à dependência dos viciados em relação às drogas químicas. “A TV” - diz elas - “é acima de tudo, um vício”. De qualquer forma, os efeitos observados em crianças que veem televisão acima de 30 horas por semana já são bem conhecidos: distúrbios de comportamentos, medo, instabilidade emocional, desinteresse pelo estudo, redução de capacidade de aprendizagem, entre outros.²⁵⁵

As perspectivas perante o aparelho televisivo são quase diametralmente opostas: se, no primeiro caso, a exposição à TV estimula a curiosidade e a busca pelos livros; no segundo, pode causar dependência, distúrbios comportamentais, desinteresse pelo estudo e inclusive o “medo”. Nos capítulos anteriores, tentamos entender a chave de leitura dos egressos da ESG na formulação da televisão como essa ferramenta de medo, tentamos aqui também pensar um pouco em como *As responsabilidades psicossociais da televisão* foi concebido. Ponderamos que o entendimento dessa nova chave de leitura e compreensão pode nos ajudar, a partir da diferença, a pensar a produção da ESG dentro do nosso recorte.

Na bibliografia do trabalho aqui estudado, logo abaixo dos livros de George N. Gordon e Irving A. Falk, está registrado o texto da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal de número 1 de 1980, sob o seguinte título: *Texto da C.P.I. do senado sobre violência urbana*.²⁵⁶ O texto da C.P.I., apesar de estar citado na bibliografia, não está presente no corpo do trabalho. Ao analisarmos, mais uma vez, a relação das ausências no texto da fonte perante as afirmações na bibliografia, buscamos o documento do Senado para análise²⁵⁷.

²⁵⁵ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Os meios de comunicação social, suas implicações sobre a formação da opinião pública**. 1981, p. 24.

²⁵⁶ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980, p. 40.

²⁵⁷ Os relatórios de C.P.I's concluídas possuem acesso público. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/194602>>. Acesso em: 11 de jul. de 2019.

O texto possui 196 páginas, depoimentos de senadores, ministros e empresários. Logo nas primeiras páginas, entendemos a ligação feita entre televisão e violência urbana:

Na área da televisão o problema se agrava. São escolhidos, previamente, notícias e filmes de violência a qualquer momento e a qualquer hora. Ora é o delinquente que se revela herói pela sua capacidade sanguinária, opondo-se ao cumprimento da lei, perturbando a ordem, violando regras e princípios, ora o policial tomando em suas próprias mãos a lei, violando todas as normas de dignidade e de procedimentos para combater a criminalidade. Em um outro caso, o bandido se transforma em herói e carrega a mensagem que invade todos os lares, despertando a criança para o mal, para que o jovem se torne agressivo e condicionando o adulto para a violência e a delinquência. Completa-se o círculo. Violência e álcool institucionalizados pelos meios de comunicação.²⁵⁸

A programação televisiva é construída como uma das causas da criminalidade urbana estudada na C.P.I., em que, mais uma vez, vemos o aparelho televisivo como capaz de “invadir os lares”. Sentido oposto ao já afirmado pelo autor de *As responsabilidades psicossociais da televisão*, no qual a TV poderia incentivar a imaginação. No texto da C.P.I, no entanto, ela torna o jovem agressivo e “desperta a criança para o mal”.

Nós sabemos que os nossos sentidos captam e depois levam para o subconsciente a imagem e a mensagem que lhe foram dirigidas, e nessa hora é preciso desfazer aquela mensagem de violência que a televisão realmente leva ao lar.²⁵⁹

O relatório possui diversas declarações como esta, de muito receio, perante a televisão. Então, por que seria um dos únicos textos citados pelo autor em conjunto com outros que estão alinhados com a linha de pensamento desenvolvida no trabalho? Primeiramente, a citação do texto da C.P.I. do Senado na bibliografia do trabalho da ESG pode ser entendida como uma tentativa de legitimação. Uma produção do Curso Superior de Guerra deveria ter documentos como fonte de pesquisa e debate, este seria um documento, assim como os livros de Gordon e Falk, aos quais o autor poderia citar sem ser questionado. Além disso, o texto da C.P.I. poderia fornecer um contra ponto, ao mesmo tempo em que possibilitaria a legitimação perante o discurso corrente na ESG sobre a televisão.

Além dos senadores e ministros, também foram convidados a falar na Comissão empresários do campo televisivo, dentre eles: José Bonifácio de Oliveira Sobrinho e Paulo

²⁵⁸ BRASIL, *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela resolução N°01, de 1980, destinada a examinar a violência urbana, suas causas e consequências*, p. 3.

²⁵⁹ *Ibid.* p. 16.

Mário Mansur. Ambos já haviam expressado suas opiniões, em painel na própria ESG²⁶⁰, contrárias a narrativa da qual a televisão causaria violência.

Na 5ª Reunião da CPI, realizada a 24 de abril de 1980, foram ouvidos três representantes de televisões, o primeiro dos quais foi o Senhor José Bonifácio, Superintendente de Produção e Programação da Rede Globo, que defendeu a tese de que 'não há nenhum relatório sobre a correlação entre violência e a televisão'²⁶¹ Sustentou que a “a alegação de que as películas ou novelas que contêm contexto e cenas de violência estimulam a incidências da criminalidade não tem qualquer sentido, uma vez que provado está através de pesquisas científicas realizadas por laboratórios de universidades dos maiores centros culturais do mundo (EUA, Inglaterra, França), que a violência exposta na televisão e nos cinemas nada tem a ver com a violência que ocorre no meio da sociedade.”²⁶²

A primeira declaração é atribuída a Boni e a segunda a Mansur. Ambos como empresários de canais televisivos, defenderam a TV como mídia e como tecnologia. Seus relatos são sustentados por quase dez páginas no documento e consistem em argumentações embasadas em pesquisas e estatísticas.

O texto da C.P.I. do Senado, assim, representa um caminho de legitimação dos dois aspectos da discussão travada pelo trabalho. Os dois pontos de vista são encontrados no documento, ajudando a construir, assim, a dissonância dentro dos discursos da ESG.

4.2.1 Televisão e Futebol: “As responsabilidades psicossociais da televisão” e o planejamento de políticas públicas

Como afirmado anteriormente, uma característica única nos documentos da ESG foram as proposições de políticas públicas ao final dos trabalhos de conclusão do CSG. No quarto capítulo de *As responsabilidades psicossociais da televisão*, temos planejamento e proposta sobre a programação da televisão e o futebol: “televisão e futebol como desenvolvimento e integração nacional”²⁶³

Não resta, assim, a menor dúvida quanto ao imenso potencial do futebol na integração de povos, de regiões, de continentes. Cumpre, deste modo, que nosso País, onde é tão proeminente esse esporte, dele usufrua de modo mais completo, mais amplo, com mais carinho, em benefício do País e de seus quase 124.000.000 de habitantes.²⁶⁴

²⁶⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Televisão e Educação**. 1978.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 26.

²⁶² *Ibid.*, p. 28.

²⁶³ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980, p. 16.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 18.

Cordeiro (2015) já dissertou sobre as relações entre a Ditadura Civil-Militar e o futebol. A partir do recorte do ano do sesquicentenário da Independência do Brasil, discute-se o campeonato de futebol criado pelo Regime Civil-Militar, exclusivamente para as comemorações dos cento e cinquenta anos do Grito do Ipiranga em 1972, a Taça Independência. *As responsabilidades psicossociais da televisão* foi escrito em 1980, doze anos após o recorte de Cordeiro, porém muitos de seus questionamentos ainda podem ser relevantes para o entendimento da relação entre o futebol e o regime ditatorial.

Um paralelo pode ser feito, portanto, entre o futebol mobilizado pelo regime em 1972 e a discussão tratada no trabalho especial de 1980 na ESG. Nos cento e cinquenta anos da Independência, a ditadura no Brasil promoveu diversos eventos e comemorações para promover a integração nacional. A festa que culminou em ato cívico no dia 7 de setembro teve em sua programação a “Taça Independência” ou “Super Copa de Futebol”, ironicamente também conhecida como “mine copa” por conter uma quantidade menor de times participantes do que a Copa do Mundo²⁶⁵.

Como afirma Cordeiro, sobre a importância do futebol na sociedade brasileira dos anos 1970:

Assim, o futebol aparecia como a metáfora mais complexa e bem acabada do Brasil que ia *pra frente*, do país *jovem* e *vencedor* que se apresentava ao mundo como tal. O Brasil era a pátria de craques como Mané Garrincha; era brasileiro o *rei do futebol* – Pelé; e era do Brasil, para sempre, a taça Jules Rimet.²⁶⁶

O autor de *As responsabilidades psicossociais da televisão* também pretendia mobilizar essa relação da sociedade brasileira com o futebol, sua intenção era utilizar as transmissões dos jogos pela televisão para, nos momentos de intervalo, vincular imagens de vídeos das localidades onde ocorreriam as partidas:

A sugestão é no sentido de durante a realização da “Taça Brasil” (Campeonato Brasileiro de Futebol) serem exibidas breves cenas, com respectiva narração, das cidades onde forem realizadas as partidas. Tal sugestão se deve ao fato de constarmos com frequência e de longa data, que nas transmissões de jogos de futebol, mesmo nos maiores estádios, assim como em jogos que são distribuídos “ao vivo” para todo o território nacional, as imagens ficam restritas ao interior do estádios, apenas, e, quando muito, são passados videotapes de “gols” de jogos anteriores. Cremos que perdemos, assim, uma oportunidade ímpar de apresentar determinada

²⁶⁵ CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 150.

²⁶⁶ *Ibid.*, p. 151.

cidade à população brasileira de vez que, constantemente ocorre ficar a câmera de Televisão focalizando por 04 (quatro) minutos ou até mais, o centro do gramado, com juizes bandeirinhas, gandulas, até que as equipes adentrem o campo²⁶⁷.

A proposta dada pretendia “mostrar o Brasil aos brasileiros”, percebe-se que, apesar do trabalho representar diversas rupturas nas estruturas e discursos da ESG, ainda segue parâmetros desenvolvidos nos manuais da Escola. Aqui, temos a integridade e unidade nacional em voga. Existe um conceito bastante trabalhado na instituição intitulado de *Objetivos Nacionais Permanentes*, que consistem em diretrizes especificadas nos Manuais e na Doutrina de Segurança Nacional, como podemos ver em Arruda:

As primeiras ideias para a fixação dos ONP estão, acreditamos, na mencionada conferência do Prof. AMOROSO LIMA, de 1954, ao descrever as forças de conservação, progresso e equilíbrio da nacionalidade brasileira. Afirmou ele: “O primeiro dever de uma nacionalidade é conservar a continuidade de um povo. É o aproveitamento, pelos pósteros, de tudo aquilo que de bom foi legado pelos antepassados. Não é apenas um direito, mas um dever”.

Entre as forças de conservação, enumerou o Prof. AMOROS LIMA: Unidade nacional; autonomia regional; características psicológicas; língua; família; amor da cultura; virtudes morais; fé cristã.²⁶⁸

A unidade nacional é elencada como uma das forças de “conservação, progresso e equilíbrio” da sociedade brasileira. A Ditadura Civil-Militar, nesse caso, tinha a ESG como um polo formador de discursos oficiais da ditadura, tendo o conservadorismo não só como prática, mas como objetivo fim. Conservar as relações de poder que os colocaram no poder seria também conseguir estendê-lo ao máximo possível, tendo sempre em horizonte seus longos projetos políticos. A ligação entre esse texto de Arruda, uma tentativa de produção da “história oficial” da Escola, e as *Responsabilidades Psicossociais da Televisão*, pode ser pensada nessas “forças”. Não só a unidade nacional, mas a família também é tema central do trabalho. A própria proposta analisada de integração nacional está, também, vinculada à televisão pela sua ligação com a família brasileira:

Para tal, seria utilizado o imenso potencial que nos é oferecido pela Televisão, por sua grande penetração nos lares brasileiros, cujas permissionárias ou concessionárias em muito poderiam contribuir, possivelmente sem acarretar grandes ônus para os poderes públicos e para elas próprias.²⁶⁹

²⁶⁷ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980, p. 22.

²⁶⁸ ARRUDA, Antônio de. **ESG – História de sua doutrina**. São Paulo: GRD: Brasília: INL, 1980, p. 83.

²⁶⁹ BRASIL, Escola Superior de Guerra. *op. cit.*, p. 21.

A televisão é o ponto central na proposta por sua capacidade de inserção na família. Além de termos o sujeito da família novamente elencado como essencial para o Estado brasileiro, temos a televisão como uma ferramenta capaz de “penetração”. Muito nos lembra novamente o autor canadense, Marshall McLuhan, não citado nominalmente neste trabalho específico. A insistência em apontar e questionar as semelhanças da escrita do trabalho ou os “ecos” da produção de McLuhan pode parecer um pouco repetitiva, mas ela tem um objetivo claro: entendemos *As Responsabilidades Psicossociais da Televisão* como uma ruptura específica na produção da ESG, algo que não aparece na nossa pesquisa antes ou depois de 1980. Entretanto, também entendemos o documento como uma produção de seu tempo e pertencente a uma dialética específica da instituição militar. Apesar das diferenças, o texto foi escrito nas últimas cinco semanas do Curso Superior de Guerra, ou seja, seu projeto político para o Brasil está alinhado com a ESG.

Ainda analisando o capítulo sobre o futebol, podemos ter um vislumbre da inserção das produções da ESG nas políticas públicas e no Estado brasileiro:

O sistema poderia ser implantado da seguinte maneira: O Ministério das Comunicações, depois de estabelecidas medidas interministeriais através de entendimentos com o MINTER e o MEC, baixaria ato em forma de Portaria ou Recomendação, pelo qual as emissoras de TV do País deveriam levar ao ar cenas do material citado, em minutagem pré-estabelecida no referido ato, cuja duração seria computado como de utilidade pública.²⁷⁰

Não conseguimos ter acesso às portarias e atos dos ministérios citados no ano de 1980, mas já nos é relevante a simples menção da possibilidade de relações ministeriais a partir dos trabalhos da ESG. A produção escrita delega medidas de dois ministérios do Estado brasileiro, envolvendo algumas dezenas de pessoas, sendo funcionários públicos ou das emissoras de televisão. Como já afirmado anteriormente, nosso objetivo principal não é verificar a inserção da Escola na administração pública da ditadura, porém em alguns momentos de análise pensamos ser importante apontar as possibilidades de problematizar essa inserção.

4.3 O enunciado e o diálogo no discurso

Bakhtin em seu texto, *Os gêneros do discurso*, define a unidade básica do processo comunicacional como o enunciado. Para o autor, este conceito se refere desde palavras simples,

²⁷⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. *As responsabilidades psicossociais da televisão*. 1980, p. 23.

dentro de um contexto, até trabalhos científicos completos. Bakhtin trabalha a ideia de que não existe passividade no ato de se comunicar, pois todos os participantes do processo são ativos e responsivos. Assim, para o autor, aquele velho esquema de produtor, mensagem e receptor é falho por não representar essa relação dialógica.

De fato, o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é preche de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte torna-se falante.²⁷¹

Analisamos nossas fontes durante a pesquisa, tendo essa perspectiva sempre em mente: “toda compreensão é preche de resposta”. Bakhtin denomina todo texto, escrito, falado ou imagético, produzido com intenção de comunicar, e que gera em alguém uma resposta, como enunciado. Assim, os trabalhos da ESG vistos até aqui são enunciados dentro de um campo de produção discursiva. “Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido.”²⁷²

As responsabilidades psicossociais da televisão nos causaram estranhamento em um primeiro momento, porque lemos o seu conteúdo, como em toda leitura, de forma ativa. Já possuíamos expectativas construídas a partir da leitura antecedente dos outros documentos. Nossas expectativas estavam formadas por essa leitura e nossa resposta parte da frustração da não realização do esperado. As relações entre os enunciados são tão vivas que a leitura de um texto já constrói as primeiras impressões dos seguintes. O “perigo vermelho” sempre estava presente, as representações da mulher como reclusa ao ambiente doméstico também, bem como a televisão como ferramenta de manipulação das massas. Em um golpe só, todas essas concepções são abaladas. Devemos entender, porém, este caso não como algo isolado. Talvez único, pelo menos dentro dos documentos que tivemos acesso. No entanto, a partir da definição de Bakhtin, no momento que um enunciado é isolado ele deixa de ser caracterizado como tal. A maior característica do termo bakhtiniano é suas interligações, seu diálogo.

²⁷¹ BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 25.

²⁷² *Ibid.* p. 47

Todo enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo. (...) Todo enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (...) ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subverte-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta.²⁷³

Então procuramos entender um caso único a partir da sua relação dialógica no campo. Uma forma de se fazer isso, como já afirmado, seria perceber os montantes analisados e compará-los. Escolhemos, entretanto, outro caminho. O texto encontrado por acaso nos dá possibilidade para outra forma de leitura. A ESG, como uma instituição de ensino, possuía um sistema de avaliação dos seus trabalhos produzidos ao término dos cursos. Percebemos, desde as primeiras análises, pequenas marcas de “visto” no final das páginas dos trabalhos especiais e de turma, indicando que aquela cópia datilografada passara por revisão e estava pronta para ser arquivada. Nunca tínhamos encontrado, no entanto, maiores marcas dos professores corrigindo os textos dos alunos. Assim, tal questão nos passava quase como despercebida, naturalizada. No texto em questão encontra-se a seguinte passagem:

Nós [EU], particularmente, não concordamos[O] com aqueles que responsabilizam a TV (no caso a qualidade de sua programação) pelo alto índice de violência que cada vez mais incide sobre a vida da população. Seria o mesmo que responsabilizar a janela pela paisagem bonita ou feia que se nos apresenta. Em nossa [MINHA] opinião os motivos são outros tais quais: a densidade demográfica cada vez maior nos grandes centros, e falta de mão-de-obra para a população migrante, a fome, enfim, é um problema de caráter eminentemente social.²⁷⁴

Tentamos representar por colchetes e letras maiúsculas as intervenções, feitas a lápis, do corretor no trabalho. As mudanças são referentes ao número da pessoa do sujeito de determinadas orações do trecho. Continua com a primeira pessoa, mas passa-se do plural para o singular. De “nós, particularmente, não concordamos” é marcada a alteração “Eu, particularmente, não concordo”. Um detalhe no nosso raciocínio é de que não temos como saber se a alteração foi feita pelo corretor ou por qualquer outra pessoa que teve acesso ao trabalho posteriormente. Tudo o que temos são pistas. O traço das palavras escritas é fino igual a marca de visto impressa em cada página. Entretanto, não temos no trabalho o nome do corretor para procurarmos sua caligrafia, e o símbolo usado para o visto não corresponde a nenhuma letra. Apoiamo-nos, então, em duas questões: primeiro, a rigorosa conservação, a qual os documentos

²⁷³ BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 57

²⁷⁴ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980, p. 32.

são submetidos no arquivo da Escola. Nenhum documento analisado, seja livro, trabalho ou palestra transcrita, apresentava intervenções externas.

É claro que jamais podemos cobrir toda a extensão de um arquivo para atestarmos isso de fato, mas supomos que as alterações só poderiam acontecer pela mão do corretor em um período anterior ao arquivamento do documento. Essa hipótese se baseia em muitas incertezas e suposições, para sustentar uma escrita somente por ela, teríamos que tentar percorrer o arquivo em uma maior extensão, em um trabalho braçal de investigação. No caso da ESG, entendemos que tal tarefa seria possível, com alguma paciência e muito trabalho. Entretanto, e se nosso arquivo possuísse centenas de estantes com dezenas de milhares de documentos? A tarefa se tornaria praticamente hercúlea. Pensamos, então, seguir outro caminho.

Podemos considerar o fato da intervenção em si mais importante do que se foi ou não fruto dos atos de um corretor oficial da ESG, de qualquer modo, o ato fez parte das relações dialógicas nos discursos da Escola. A intervenção é material, está impressa a “ferro e fogo” no documento, no caso a grafite, e significa uma relação de diálogo entre sujeitos na Escola. Lembrando que sob a perspectiva de Bakhtin a relação dialógica pode implicar concordâncias, discordâncias ou indiferenças, parciais ou integrais. Para além disso, o caso ainda é mais intrigante por se referir, justamente, à televisão como ferramenta de comunicação. Existe o embate da posição do autor de não concordar com algo corrente na Escola, e da posição do interventor de demarcar a individualidade do trabalho. A discordância poderia até estar escrita, mas deveria ser demarcada como individual, como no exemplo a seguir, em que “nossa opinião” foi substituída por “minha opinião”.

A expressão do enunciado nunca pode ser entendida e explicada até o fim levando-se em conta apenas o seu conteúdo centrado no objeto e no sentido. A expressão do enunciado, em maior ou menor grau, *responde*, isto é, exprime a relação do falante com os enunciados do outro, e não só a relação com os objetos do seu enunciado.²⁷⁵

Esse atrito pode ser percebido como um ponto para demarcar, além de todas as questões durante a nossa pesquisa, os discursos da ESG, de forma hegemônica, como capazes de representar a televisão como uma ferramenta com o “poder” de elevar o “índice de violência”. Por isso, não nos é realmente importante o simples fato de o sujeito que entrevistou no trabalho ser ou não um corretor oficial. Poderia ter sido outro professor, ou um aluno, ou o próprio autor revisitando o seu texto. O que importa é esse diálogo entre os sujeitos da Escola,

²⁷⁵ BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016, p. 58.

o atrito entre os posicionamentos diferentes. Pensando-se que o próprio autor fosse o interventor do trabalho, ainda estaríamos trabalhando esse atrito. Existiria um motivo para ele mudar o próprio texto depois de terminado, que seria, justamente, essa relação dialógica; a pressão nos enunciados da Escola de demarcar sua posição como individual e não coletiva. De uma forma ou de outra, temos o autor e o leitor estabelecidos a partir das marcas na fonte.

Temos ainda outro conflito materialmente marcado no papel entre o autor e o leitor da ESG. A última oração do trabalho também sofreu intervenção e é extremamente útil para nos ajudar a analisar essa relação:

A violência existe no homem. Salvo se nos deleitarmos na utopia ou nos inclinarmos para o totalitarismo, não podemos esperar que ela desapareça. Um mundo sem conflitos, sem contestações, sem marginais, [POR ENQUANTO], não passa de quimera.²⁷⁶

Novamente tentamos representar a intervenção no papel pelos colchetes e as letras maiúsculas. Dessa vez, não é mudado simplesmente o número da pessoa na oração, mas é acrescentada uma locução adverbial. O verbo “passar” é modificado pela locução em seu modo, é dada uma condição ao verbo. Essa mudança é interessante, porque essa condição abre possibilidade para as aspirações da ditadura de uma sociedade sem conflitos. Como já afirmamos no primeiro capítulo, a Escola não propunha um projeto político totalitário para o Brasil, pelo menos dentro dos moldes definidos por Arendt, mas seu projeto autoritário-conservador, implicava o fim da contestação. A derrota final do “perigo vermelho”. Antes da alteração, o trecho fecha essa possibilidade, porém quando a locução é acrescentada é dada uma condição temporal ao verbo. É uma questão de tempo. Mais uma vez aqui podemos ver a relação dos discursos oficiais da ditadura com o tempo. Mesmo no ano de 1980, depois da Lei da Anistia e do fim do A.I-5, por exemplo, a ESG continuava projetando o regime político ditatorial no futuro.

²⁷⁶ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão**. 1980, p. 39.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa imagem-objeto foi apresentada e debatida. Suas linhas horizontais e “contornos misteriosos” foram expostas e problematizadas. Percebemos, ao longo dessa análise, como a Escola Superior de Guerra tinha a televisão como um dos pontos centrais em um projeto político de Estado para o Brasil, que ao mesmo tempo propunha a “segurança e o desenvolvimento” e tentava legitimar o regime ditatorial em vigor.

Procuramos debater as noções de “segurança nacional”, por meio da Doutrina de Segurança Nacional da ESG, e como esse conceito estava diretamente ligado com as expectativas construídas sobre a televisão como meio de comunicação de massa e tecnologia.

Nosso caminho de inteligibilidade estava baseado em duas ameaças construídas nos discursos que ligavam a televisão à segurança nacional: a “ameaça comunista” e a ameaça à moral da sociedade brasileira. Entendemos que as duas linhas possuíam intensidades diferentes a depender do momento histórico, porém afirmamos que ambas são referentes, em maior ou menor grau, ao projeto de modernização e tentativa de legitimação da Ditadura Civil-Militar.

Além disso, não imaginamos a analogia das “linhas da imagem” como figuras paralelas, as representações da ameaça comunista e da ameaça à moral, na televisão, podem ser melhor entendidas quase como ondas que se cruzam, cada uma causando interferência na outra. A “ameaça comunista” esteve muitas vezes relacionada com os “ataques à moral” da família brasileira e vice-versa.

Para a análise da nossa imagem-objeto nos propomos debater os trabalhos da Escola Superior de Guerra em conjunto com as referências à programação televisiva e processos de censura. Tentamos entender as “ameaças” que a televisão representaria por meio dos discursos da Escola e de suas ligações externas com o mercado televisivo. O maior alvo das pesquisas na ESG seria, nesse sentido, as telenovelas. O alerta seria de que as esquerdas estariam infiltradas nos canais de televisão e se utilizariam das telenovelas para propagar sua ideologia e, assim, derrubar o sistema, um telespectador por vez. Seriam utilizados para isso debates sobre o divórcio, a pílula anticoncepcional, sexo fora do casamento, e a “difusão da pornografia”, para minar as estruturas sociais do Brasil e causar “dissensos artificiais”

A ESG como polo formador de discursos oficiais da ditadura construiria esses debates em uma tentativa de legitimação das estruturas autoritárias do governo. Nele, vemos como a censura à imprensa e às diversões públicas é legitimada pela proteção do país contra o

comunismo internacional. Ao mesmo tempo, os discursos colocam o regime como o defensor do Brasil e, por isso, legítimo em sua representação.

A ameaça à moral, representada pela televisão, atravessava o anticomunismo, mas não se resumia a isso. O debate na Escola era de que, para além do “inimigo vermelho”, a TV possuía características intrínsecas que colocariam a família brasileira em situação de vulnerabilidade. Entendemos essa percepção da televisão como tecnologia no segundo capítulo, em que debatemos as leituras dos egressos da ESG sobre Marshall McLuhan e Charles Wrigth e nos processos de significação dos discursos sobre a televisão.

Começamos a entender, a partir da análise desses processos, as formas pelas quais os egressos da Escola percebiam a imagem televisiva. Pensando as diferenças entre o cinema, em que a imagem é formada pela projeção dos quadros, e a televisão, em que os pontos contínuos formam uma figura estática em movimento, começamos a teorizar, com a problematização dessas chaves de leitura, os motivos pelos quais a imagem televisiva causaria o desconforto representado nos discursos da ESG. Os documentos da Escola expressavam esse desconforto com a imagem estática e citavam textos de McLuhan sobre a “imagem borrada” da televisão.

Ao mesmo tempo, essa leitura dos autores norte-americanos estava em sincronia com as ameaças à segurança nacional creditadas à mídia televisiva. A televisão, por ser assim, o veículo diante do qual a mente humana está mais vulnerável e por estar localizado no lar, no âmbito da família, poderia ser apropriada tanto pela “ameaça comunista” quanto pelos ataques à moral não relacionados com o “inimigo vermelho”.

Vale salientar que a preocupação com os valores expressos pela telinha nem sempre estavam diretamente ligados ao anticomunismo. Entretanto, apesar de representarem sincronias e diacronias, as duas linhas que compunham as ameaças da televisão eram apropriadas pelos discursos da Escola em seus projetos políticos. Sabia-se que a televisão atingia o recesso das habitações, assim poderia afetar a família brasileira mais do que qualquer meio de comunicação. Alertava-se para o perigo dos produtores que iriam até as últimas consequências em seus programas em busca da audiência desenfreada.

A questão seria, então, como essas “defesas” às noções de moralidade representadas nos discursos significavam pontos importantíssimos no projeto político de Brasil pensado pela ESG. A televisão não poderia mostrar uma mulher divorciada fazendo sexo fora do casamento, por exemplo, porque as bases ideológicas do regime militar foram construídas nos ideais de família patriarcal, com o homem como chefe e a mulher e seus filhos como

subordinados. Era preciso respeitar o homem e o pai em casa para na rua respeitar a autoridade militar, amiúde, e não por coincidência, também masculina.

Caracterizamos o processo de construção discursiva, a partir da análise das leituras e produções dos egressos na Escola como uma epistemocracia, em que existe uma tentativa de mobilização do discurso com fins estratégicos, de tal forma que todas as arestas são apagadas ou silenciadas. No terceiro capítulo, encontramos uma quebra nessa epistemocracia que, ao mesmo tempo, pode ser vista como sua maior evidência: *As responsabilidades psicossociais da televisão*. Esse trabalho único discorda de muitos pontos base dos discursos da ESG, dos quais a visão corrente dos “poderes de penetração” da televisão é a principal divergência. Entretanto, o trabalho parte de muitas das mesmas referências da Escola e, além de tudo, sofre interferências dos corretores no seu texto.

Houve uma tentativa de enquadramento do discurso dissonante de *As responsabilidades psicossociais da televisão*, tal movimento nos deu suporte para analisar esse documento como uma representação da diferença no discurso da ESG e, ao mesmo tempo, nos mostrou até onde poderiam chegar os mecanismos de construção da epistemocracia da instituição.

Interpretando os discursos na Escola Superior de Guerra também como uma linguagem estratégica da Ditadura Civil-Militar, encontramos ainda mais uma questão relevante: a relação desse polo formador de discurso da ditadura com o tempo. As projeções nos trabalhos sobre televisão estão sempre presentes. Existem documentos que tentam propor políticas para os dez anos seguintes. Produções dos anos 1960 e 1970, pensando políticas públicas para os 1980. Vemos essas projeções e expectativas também como tentativas de legitimação das estruturas de poder.

Em 2019, um outro projeto político com muitas semelhanças ao da ESG também se utilizou da “ameaça comunista” e da “ameaça à moral” para primeiro ganhar as eleições do legislativo e executivo e depois se legitimar no poder. O mesmo projeto se legitimou por meio de uma narrativa esdrúxula do período ditatorial. Buscamos em Certeau os meios para entender essa nova narrativa:

A psicanálise articula-se a partir de um processo que é o núcleo da descoberta freudiana: o retorno do recaiado. Esse “mecanismo” utiliza uma concepção do tempo e da memória; nesse caso, a consciência é, simultaneamente, a *máscara* ilusória e o *vestígio* efetivo de acontecimentos que organizam o presente. Se o passado (ao ter

lugar e forma em um momento decisivo no decorrer de uma crise) é *recalcado*, ele *retorna*, mas sub-repticamente, ao presente do qual havia sido excluído.²⁷⁷

As narrativas sobre a Ditadura Civil-Militar, que durante as primeiras décadas após a redemocratização possuíam, na esfera pública pelo menos, um tom crítico para com os militares sempre foram “recalcadas” na sociedade brasileira. “Recalcada” aos círculos militares de oficiais mais antigos que realizavam encontros, comedidos, tentando não chamar muita atenção, todos os anos no dia 31 de abril para celebrar o golpe. “Recalcada” também nas narrativas da elite e classe média que em seus encontros de família conversavam sem exaltação sobre o “tempo da ditadura que era muito melhor”. Um dos nossos erros foi não levar a sério esses “recalques” que, como podemos entender em 2019, tanto precisavam ser debatidos.

No dia 1º de janeiro de 2019 tomou posse o maior “recalcado” já eleito presidente, com um general como vice-presidente e oito militares como ministros em seu governo; dos ditadores militares somente Castello Branco possuiu mais, com doze no total²⁷⁸. Três anos antes, havia homenageado um dos maiores torturadores e assassinos empregados pela ditadura. Durante toda a pré-campanha e na campanha em si negou a ciência histórica como disciplina. Pior do que ter negado os atos da ditadura, e essa é a chave de mudança principal, ele os assumiu e os considerou brandos demais, o recalque fora tamanho que a narrativa volta totalmente revirada.

O seu projeto político militarizado, apesar de ter sido difundido em grande parte através das redes sociais e da *internet*, encontrou grande apoio na programação televisiva. Diversas análises de conjuntura apontam que o candidato do PSL somente fora eleito devido a uma campanha massiva de difamação sofrida pelo Partido dos Trabalhadores e seu candidato Luís Inácio Lula da Silva. Tal campanha também encontrou grandes suportes na internet, mas seu principal veículo ainda foi a televisão. O Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente Lula foram bombardeados constantemente e quase que diariamente por anos nos principais canais de televisão do Brasil²⁷⁹. O objetivo seria minar o governo de centro-esquerda no poder durante a segunda década do século XXI.

²⁷⁷ CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica editora. 2011, p. 71.

²⁷⁸ ROMANO, Giovanna. Bolsonaro supera Geisel, Médici e Figueiredo em ministros militares. **Revista Veja**, *online*. São Paulo: Grupo Abril, 19 de fevereiro de 2019. Política. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-supera-geisel-medici-e-figueiredo-em-ministros-militares/>>. Acesso em: 26 de jul. de 2019.

²⁷⁹ FERES JR., João. Lula e o massacre do Jornal Nacional. **Revista Carta Capital**, *online*. São Paulo: Editora Confiança, 12 de maio de 2017. Opinião.

A campanha eleitoral de Bolsonaro teve, no período institucional em si, pouca utilização da televisão. O seu partido não possuía maior tempo de propaganda política, sua vitória, nesse sentido, deve muito a propaganda via *internet*. Entretanto, o quadro de desilusão com os governos petistas, que foi parte fundamental da eleição do candidato, deve-se muito à TV. Foi a partir da programação televisiva que toda uma camada de ódio às reformas realizadas pelo Partido dos Trabalhadores encontrou justificativa de existência.

Depois de quase quarenta e cinco anos da publicação do livro de Williams (2016), ainda podemos afirmar que “a televisão alterou o nosso mundo”²⁸⁰. Essa pesquisa justifica-se por compreender a importância de se estudar a mídia televisiva como ponto central em projetos políticos para o Brasil. Estudar como a “telinha” foi apropriada pelos discursos da ESG pode ajudar-nos a entender como essa mídia é utilizada na atualidade em projetos ainda ligados em parte ao regime ditatorial, mas que, ao mesmo tempo, trazem novas preocupações e desafios à democracia brasileira.

Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opinioao/lula-e-o-massacre-do-jornal-nacional/>>. Acesso em: 26 de jul. de 2019.

²⁸⁰ WILLIAMS, Raymound. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Tradução Marcio Serelle; Mário F.I. Virggiano. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2016, p. 24.

FONTES

Manuais da ESG:

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual básico**. 1975.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. 1977

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Regulamento da Escola Superior de Guerra**. 1966.

Monografias e trabalhos especiais da ESG:

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Análise do Fundamento Jurídico do Direito de Censura no Brasil: com apreciação dos problemas conjunturais relativos à sua aplicação e caracterizadas suas vinculações com a segurança nacional**. 1968.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Estudar, discutir e avaliar o desenvolvimento no Brasil, das Informações – seus processos, métodos e instrumentos de trabalho, forma de controle e estruturação**. 1968.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Examinar o problema da concentração do controle dos meios de comunicação, em face da liberdade de imprensa e do direito de polícia do Estado, tendo em vista sua repercussão sobre a segurança pública**. 1968.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Formas de comunicação e a opinião pública: estudar as relações entre as formas de comunicação e a opinião pública, particularmente dos processos utilizados para a manipulação da opinião pública. Meios de neutralização dessa manipulação**. 1969.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Problemas básicos da democracia brasileira**. 1969.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Identidade e divergência nas doutrinas de informação das forças armadas**. 1969.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Informações para o público e propaganda no quadro da comunicação social no Brasil**. 1969.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Meios de comunicação – da informação para o público**. 1969.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Estabelecimento de medidas capazes de manter a opinião pública brasileira bem informada**. 1970.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Estudar as influências, políticas e psicossociais, desfavoráveis à consecução da política nacional de segurança – utilização dos meios de comunicação social, internos e externos**. 1971.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **A comunicação e os objetivos nacionais**. 1972.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Comunicação social e segurança nacional**. 1972.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Comunicação social e objetivos nacionais-possibilidades**. 1972.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Estudar a política educacional brasileira face o desenvolvimento do país**. 1972.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Sistematização da doutrina das informações estratégias de segurança**. 1972.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Modelo psicossocial brasileiro: Considerada a conjuntura, formular, para a década 1975/1985, políticas e estratégias opcionais para: comunicação social**. 1974.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Considerada a conjuntura, formular, para a década 1975/1985, políticas e estratégias opcionais para: comunicação**. 1974.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Comunicação social e segurança psicossocial**. 1974.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As esquerdas nos veículos de comunicação social: Infiltração ou Dominação.** 1975.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e Estratégias 1976 – 1985. Campo Psicossocial: comunicação social face a segurança nacional.** 1975.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Política e estratégia – campo psicossocial: formação da opinião pública.** Considerando o decênio 66/75 e tendo em vista a conjuntura brasileira, formular para a década de 76/85, política e estratégias opcionais. 1976

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **A família brasileira e a conservação dos nossos valores.** 1978.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Contribuição dos meios de Comunicação Social para o desenvolvimento e a segurança.** 1980.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Os meios de comunicação no preparo da expressão psicossocial do poder nacional.** 1980.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **As responsabilidades psicossociais da televisão.** 1980.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Difusão pornográfica e vulnerabilidade social.** 1982.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Os meios de comunicação social, suas implicações sobre a formação da opinião pública.** 1981.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Comunicação social, opinião pública e censura.** 1981.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Os meios de comunicação social e a imagem do Brasil no exterior.** 1983.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Meios de comunicação de massa e a censura numa sociedade democrática.** 1984.

Palestras e painéis ministrados na ESG:

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Televisão e educação.** 1978.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Difusão cultural.** 1979.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Opinião pública.** 1968.

Livros:

ARRUDA, Antônio de. **ESG – História de sua doutrina.** São Paulo: GRD: Brasília: INL, 1980.

GORDON, George N.; FALK, Irving A. **Comunicação pela TV.** Belo Horizonte: editora Forum, 1969.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** Toronto: McGraw-Hill Book Company, 1969.

RIVERS, William L. e SHRAMM, Wilbur. **Responsabilidade na comunicação de massa.** Nova York: Harper e Row, publishers. 1957.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza.** 2 ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Encontrado em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario>

STEINBERG, Charles S. **Meios de comunicação de massa.** Nova Iorque: Hasting House, 1966.

WRIGHT, Charles R. **Comunicação de Massa: uma perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Bloch editora. 1973.

Filmes:

NEURÓTICO, Noivo; NERVOSA, Noiva;. Direção: Woody Allen. Produção: Charles H. Joffe, Jack Rollins. Nova Yorl: Rollins-Joffe Productions, 1977. 1 DVD (93 min.).

Jornais e revistas:

KENNY, Mary. O oráculo da era eletrônica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1966. Matutina, Geral, p. 1.

TÁVOLA, Arthur da. O cacique Cretan e Martin Luter King. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1980. Matutina, Cultura, p. 44.

ROMANO, Giovanna. Bolsonaro supera Geisel, Médici e Figueiredo em ministros militares. **Revista Veja**, *on-line*. São Paulo: Grupo Abril, 19 de fevereiro de 2019. Política.

FERES JR., João. Lula e o massacre do Jornal Nacional. **Revista Carta Capital**, *on-line*. São Paulo: Editora Confiança, 12 de maio de 2017. Opinião.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ARENDRT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAUBÉROT, Arnaud. **Não se nasce viril, torna-se viril**. In: COURTINE, Jean-Jacques (Org.). **História da virilidade. vol. 3: a virilidade em crise?** Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARROS, José D. Assunção. Arte é coisa mental: reflexões sobre o pensamento de Leonardo da Vinci sobre a arte. **Revista Poiésis**, n. 11, p. 71-82, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil republicano e o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica editora. 2011.
- _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- DIDONÉ, Iraci Maria e SOARES, Ismar de Oliveira (orgs). **O jovem e a comunicação. Leitura do mundo, leitura de si**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena [organizadoras]. **As Mobilizações do Gênero na Ditadura Brasileira: 1964-1985**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

DUARTE, Ana Rita Fonteles [organizadora]. **Imagens sob suspeita: censura e meios de comunicação na ditadura civil-militar brasileira.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

_____. **Carmem da silva: o feminismo da imprensa brasileira.** Fortaleza: Expressão gráfica e Editoria, 2005.

_____. **Jogos da memória: o Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979).** Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

ECO, Humberto. **Construir o inimigo e outros escritos ocasionais.** Lisboa: editora grávida. 2011.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade vol 1: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. **Ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A arqueologia do saber.** São Paulo: Forense Universitária, 2009.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: v. 24, nº 47, 2004.

_____. **O grande irmão: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre. **O problema da consciência histórica.** FGV Editora, 1998.

GAIMAN, Neil. **Deuses americanos.** São Paulo: Conrad Livros, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

_____. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

_____. **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa.** São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

GOULART, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (orgs). **História da televisão no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2010.

GUEDES, Moema de Castro; ALVES, José Eustáquio Diniz. **A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000: particularidades do grupo com nível universitário.** Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004.

HAMBURGUER, Esther. **O Brasil antenado: A sociedade da novela**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

HOBBSAWN, Eric, J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn [Organizadora]. **A invenção da pornografia: obscenidades e as origens da modernidade**. São Paulo: Hedra, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro do passado**

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

LAMAS, C. T. P. **Boca do lixo: erotismo, pornografia e poder no cinema paulista durante a ditadura militar (1964 – 1987)**. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo (USP), Escola de Comunicações e Artes. 2013.

LUCAS, M. R. L. A tecitura dos fios de Ariadne: arquivo e censura cinematográfica no Brasil. **Revista Antítese**, v.8, n15, p.134 – 153, jan./jun. 2015.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MARTINS, Francisco. **Grane dicionário brasileiro melhoramentos**. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1975

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963-1990)**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: editora Vozes, 2002.

MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; RIBEIRO, Marianne Montenegro Stolzmann Mendes. [Organizadoras]. **Psicologia em debate**. Novo Hamburgo: Feevale, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. **“Nossos comerciais, por favor!” A televisão brasileira e a Escola Superior de Guerra, o caso Flávio Cavalcanti.** São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

OSTERMANN, Fernanda; CAVALCANTI, CJ de H. **Teorias de Aprendizagem.** Porto Alegre: UFRGS, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: Operários. **Mulheres e Prisioneiros.** Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª.Ed., 1988.

PRESTES, Anita Leocadia. **Olga Benario Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984.** Londrina: Editora UEL, 2001.

SAGAN, Carl. **Contato.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTANA, Joelma Ramos; WAISSE, Silva. **Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais?** Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, V. 9, n. 2, p. 203-218, jul/dez 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila, Do original *Gender: An useful category of historical analyses.* Recife: S.O.S. Corpo, 1991.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. **No rastro da tragédia: projetos desenvolvimentistas na terra indígena Waimiri-Atroari.** Tessituras. Pelotas, v.2, n.2 p. 293-314, jul/dez. 2014.

SILVA, Gabriela Nascimento. **“Sugerimos o Corte”:** as censuras das telenovelas *Dancin' Days* e *Água Viva* em tempos de Estado Autoritário (1978-1980). Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2018.

SILVA, Roberta Alves. **A Grande Família: intelectuais de esquerda, Rede Globo e censura durante a ditadura militar (1973 – 1975).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2015.

SILVA, Thiago de Sales. **“Espetáculo inconveniente para qualquer horário”:** a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.

TIBOLA, Ana Paula Lima. **A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966).** Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo. Programa de Pós-Graduação em História. Passo Fundo, 2007.

TUCHERMAN, Ieda; SAINT-CLAIR, Ericson. O corpo transparente: dispositivo de visibilidade e mutações do olhar. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 19, p.1-17, julho/dezembro 2008.

VERAS, Elias. **Travestis: carne, tinta e papel**. Curitiba: Prismas, 2017.

VIEIRA, Rafael de Farias. **Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional: ou uma história da censura televisiva durante a ditadura militar (1964 – 1988)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.

VIGARELLO, Georges; **História da virilidade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Tradução Marcio Serelle; Mário F.I. Virgiano. - 1.ed. - São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2016.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação: Da teoria ao trabalho de campo**. Tradução Roberto Leal Ferreira; Campinas: Papyrus, 1998.